



ISSN 1234-5678

revista ecopolítica

ago - nov 2011



Ecopolítica.

publicação eletrônica quadrimestral, vinculada ao Projeto Temático Fapesp *Ecopolítica. Governamentalidade planetária, novas institucionalizações e resistências na sociedade de controle.*

O primeiro número traz as sessões constantes da revista: artigos, resenhas, notas sobre andamento de iniciação científica, *paisagens* (acompanhada de texto, verbete e imagens), trecho de seminário com convidado realizado durante a pesquisa e uma entrevista.

Ecopolítica, editada pelos integrantes do Nu-Sol (Núcleo de Sociabilidade Libertária do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais), apresenta-se a futuros conselheiros que colaborarão com a regularidade de sua publicação e a continuidade de nossas inquietações.

Ecopolítica 1, **setembro-dezembro 2011.**

O primeiro número da revista *Ecopolítica* aborda e desdobra a atualidade do conceito de governamentalidade, dimensionado em ecogovernamentalidade.

Os artigos de Sébastien Malette e Astrid Ulloa fornecem fecundas informações sobre os efeitos da análise genealógica sobre práticas de governo conectadas pela ecologia. As liberdades livres de transcendentalidades disponibilizam, nas palavras de Malette, o projeto de emancipação aberto sempre renovável, contudo, equacionado, segundo a natureza e a vida, atravessando e ultrapassando redes disciplinares e biopolíticas, e situando, no presente, as forças e os resultados de seus embates.

Ulloa problematiza a noção de “nativo ecológico” e a preservação/conservação do meio ambiente pelas populações indígenas. Trata-se, acompanhando Foucault, de uma nova *acontecimentalização*, produzida pela democratização na América Latina, desde o final do século passado, conectada com as convenções e tratados internacionais relacionados à conservação/preservação. As repercussões políticas, enfim, encontram-se expressas nas novas formas de poder pelas quais as populações indígenas reverterem, na atualidade, os efeitos da razão do Estado-nação de ontem.

Os artigos de Elaine Campbell e Salete Oliveira abordam a produção de subjetividades, o investimento na intimidade, os programas de governos ínfimos que chegam a crianças e aos jovens. A maquinaria do poder em Foucault encontra-se em relação complementar com a teoria maquinica do desejo em Deleuze e Guattari. É assim que Campbell mostra sua colaboração para análise das “emocionalidades de governo”, por meio da noção de “tornar-se outro” como uma “dobradura”. Interessa-lhe atingir a produção das sensibilidades normativas liberais como tolerância, segurança, compaixão, confiança e otimismo, por meio das quais se espera fazer de qualquer um o “ator racional”, o auto-empreeendedor que crê na consolidação de *suas* liberdades. Oliveira mostra o investimento cada vez mais exponencial em proteção ao risco vinculado ao empreendimento empresarial “de cunho neuropedagógico”, interessado na formação de pessoas *resilientes*. Cada um deve estar educado para saber suportar e para manter o ambiente em estado de controle das vulnerabilidades.

Os artigos situam as possibilidades analíticas, nos dias de hoje, compatíveis com a invenção de novas palavras que expressam as conectividades do momento, assim como foram antecipadas por algumas noções elaboradas por Foucault ao lidar com o presente. Estamos diante e próximos de pesquisadores que procuram compreender a atualidade e suas novas institucionalizações, incluindo subjetivações liberais a serem escavadas e resistências surpreendentes.

Trazemos as resenhas de dois trabalhos que mostram efeitos de contrastes. De um lado, Beatriz S. Carneiro comenta o livro de Jean Didier Vincent sobre o anarquista e geógrafo Élisée Reclus: um conservador olhando para um libertário a partir da paisagem. Sem dar-se conta, ou simplesmente por constatar, leva-nos a novas descobertas que somente o olhar libertário tem sobre o meio ambiente. De outro lado, Thiago Rodrigues, estampa o temor conservador delineado por Harald Welzer perante a iminência de uma nova guerra, a climática, e lhe contrapõe a leveza dos argumentos libertários e a clareza da análise foucaultiana sobre a guerra. Felipe Costa em breves páginas situa sua pesquisa de iniciação científica sobre a sustentabilidade, um conceito “fouxo” e por isso mesmo eficiente ao empresariado.

Em *paisagens*, Marcia C. Lazzari e Aline Passos situam o evento atômico em torno da usina de Fukushima-Japão, acontecido em maio de 2011. Associado a outros que lhe antecederam e anunciaram — não mais como obra da ação *irracional* do homem, mas dos eventos da natureza diante da proposital construção de usinas de energia atômica —, seus desdobramentos lançam alertas. Acompanha o percurso em palavras-imagens, um breve e contundente verbete da Enciclopédia Anarquista, organizada por Sébastén Faure, chamado “Natureza”.

O filósofo Guilherme Castelo Branco visita o Projeto Temático e conversa sobre a atualidade de Foucault e os incômodos atizados pelos resistentes.

Uma entrevista com o coordenador do Projeto Temático indica as inquietações que rondam o projeto e finaliza este primeiro número de *Ecopolítica*.

Foucault para o próximo século: ecogovernamentalidade

Sébastien Malette

Professor no Departamento de
Política da University of Victo-
ria, Canadá.

RESUMO:

O artigo propõe uma expansão da genealogia do poder de Michel Foucault para incluir a análise das racionalidades ecológicas de governo. Parte da noção de governamentalidade para propor ecogovernamentalidade, como reorganização dos conceitos de população, segurança e economia política, nos quais a regulação dos vivos se expandiria para regulação de tudo o que necessário para a vida. Localizo, nessa expansão, a emergência de uma nova épistème ecológica que levaria o problema do governo a uma nova fase crítica.

Palavras-chave: ecogovernamentalidade, biopolítica, segurança, ambiente, regulação.

ABSTRACT:

The article proposes an expansion of Michel Foucault's genealogy of power in order to include the analysis of ecological rationalities of government. It departs from the notion of governmentality to introduce the notion of eco-governmentality, reorganizing the concepts of populations, security and political economy, in which the regulation of the living would be expanded to regulate all that is needed for life. It identifies, in this process, the emergence of a new ecological épistème that would take the issue of government to a new critical phase.

Keywords: ecogovernmentality, biopolitics, security, environment, regulation.

No final da década de 1970, Michel Foucault empenhou-se novamente na relação poder/saber, previamente analisada por ele, sob a rubrica de “microfísica do poder”. Ele o fez examinando uma série de dispositivos do Estado moderno e de racionalidades de governo, relacionando gestão da população, economia política e a questão da segurança (Foucault, 2004b, 2004c; Gordon, 1991). Descreveu esses dispositivos e racionalidades com um novo termo, “governamentalidade”, que se refere não apenas aos meios, mecanismos e instrumentos do governo moderno, mas também a maneiras de pensá-lo sistematicamente (2001a). Muitos analistas posteriores a ele utilizaram o conceito de governamentalidade para dar sentido à “globalização neoliberal” (Lipschutz, 2005; Larner e Walters, 2004). Nesse contexto, alguns desafiaram nossas maneiras de entender a liberdade em relação à soberania (Prozorov, 2007). Outros esboçaram os efeitos disciplinares e normalizadores da ordem internacional emergente por meio de uma investigação do sistema de “graduação” dos países do “Terceiro Mundo” (Anghie, 2006), ou analisando a expansão da contabilidade social, gestão da população, controle de segurança, reforma democrática, racionalidade econômica, organização biopolítica e avaliação de risco (Porter, 1995; Ewald, 1991; O’Malley, 1996; Dean, 1999; Rose, 2007).

Discutirei a possibilidade de expandir a análise genealógica de Foucault para incluir as racionalidades ecológicas de governo. Baseado em seu pensamento, sugiro que possamos olhar por meio da “ecologia” como a ordem das coisas conecta diferentes cenários de governamentalidade. Mostrarei que a “ecogovernamentalidade” reorganiza as relações entre os conceitos foucaultianos de população, segurança e economia política: três movimentos constitutivos da governamentalidade moderna. Demonstrarei, também, que a emergência da “ecogovernamentalidade” pode ser compreendida como a intensificação e transformação da “lógica imanente” que reorganiza as suposições dualísticas e derivativas incorporadas ao nosso entendimento do político. Meu principal argumento é que os estudos da

governamentalidade deveriam reconhecer a “ecopolítica” como uma das principais racionalizações de governo para o século XXI.

O que é ‘governamentalidade’?

Governamentalidade é uma noção complexa cunhada por Michel Foucault no fim dos anos 1970. Este conceito emergiu logo após Foucault ter usado uma “microfísica do poder” para analisar diversas tecnologias e racionalidades de normalização. Como muitos sugeriram, a análise do “micro” feita por Foucault, disseminada e sempre mudando o lugar do poder/saber, chegou à maturidade com a publicação de *Surveiller et Punir* [Vigiar e Punir] em 1975 (Foucault, 2004a). Então, seu olhar genealógico mudou o foco para “o problema do governo” (Dean, 1999; Rose, 1999; Gordon, 1991; Burchell, 1996). Essa mudança aconteceu em resposta a duas críticas: que ele havia negligenciado o “macro” (ou seja, o Estado) a favor do “micro”, e havia retratado as relações de poder/saber de modo a sugerir que qualquer projeto (ou sujeito) de emancipação estaria condenado (Gordon, 1991). Ao se dirigir para o problema do governo mais diretamente, Foucault foi capaz de mostrar que tais críticas eram equivocadas.

Para Foucault, os níveis “macro” e “micro” de investigação estavam intimamente relacionados (Foucault, 2004c). Ele reconheceu que a normalização pela disciplinarização e individualização dependia do patrocínio do Estado moderno. Seus cursos de 1975-76, focados nas práticas psiquiátricas voltadas a regular e proteger o “corpo social” contra os perigos da “anormalidade”, demonstraram, claramente, o seu interesse nas economias de poder que tomaram populações e não apenas indivíduos como seus primeiros alvos de regulação (Foucault, 1999; 1999a).

Segundo Foucault, há uma estreita ligação entre a governamentalidade moderna e a progressiva “medicalização” das estruturas sociais (1999b; 2003b). As “racionalidades reguladoras” da normalidade e anormalidade expandem

tanto o escopo da investigação do que torna possível os “desviados”, quanto o alcance das intervenções sociais e disciplinares (Foucault, 1999a). A estreita regulação disciplinar de corpos individualizados simplesmente não é suficiente. Para entender as causas das “anormalidades sociais”, as recém-nomeadas corporações médico-sociais e os “cientistas sociais” emergentes tiveram que investigar as origens do que constitui e transmite a “anormalidade”. Para isso, tiveram que examinar, minuciosamente, a infância dos desviados e, posteriormente, regular métodos de paternidade; investigaram as marcas genéticas e intergeracionais que pareciam transmitir as “doenças sociais”; estudaram o meio no qual o desvio era mais propenso a emergir e tentar mudá-lo. Além disso, os novos “cientistas sociais” tiveram que avaliar os *ambientes* específicos e as *relações* que produziram novas formas de “anormalidades”. Assim, eles puderam produzir os dados calculáveis necessários para gerar racionalidades de governo; aquelas que administrariam *ambientes* e *relações* de modo a “conduzir a conduta” de pessoas em direção à normalidade, liberdade e segurança (Osborne, 1996).

Foucault vê uma conexão entre diferentes práticas disciplinares, economias biopolíticas de poder emergentes e diversos dispositivos de Estado. Contudo, para ele, o Estado não é o *telos* da política, nem sua materialização final, assim como não é simplesmente um dispositivo de poder ou de reprodução capitalista. Outras relações aparecem quando o Estado é analisado na maneira em que Foucault estudou a normalização e a disciplinarização (Foucault, 2004a; 2003a), em particular, diferentes economias de poder e produções de “verdade”. Neste sentido, é possível ver como a “verdade” da política de Estado é internalizada para produzir modelos específicos de subjetividade, tipos de liberdade e padrões de resistência.

Foucault não evita a análise sistemática da política ou o problema do Estado moderno. Ao contrário, ele reposiciona o Estado moderno como uma figura histórica e contingente na história mais ampla das tecnologias de poder e racionalidades de governo que ele chama de

“governamentalidade” (Foucault, 2004b). Do mesmo modo que ao oferecer uma análise sistemática das inter-relações das diversas economias de poder, Foucault não está sacrificando a dimensão analítica necessária para fundamentar suas afirmações teóricas, nem está nos dizendo o que devemos finalmente amar, endossar ou odiar ao fim de sua análise.

A liberdade como outra coisa

O suposto “silêncio normativo” no trabalho de Foucault levanta a questão da liberdade, base da segunda crítica, à qual ele responde. Ao longo de seu trabalho sobre a governamentalidade, Foucault examina os meios pelos quais as pessoas experimentam a “liberdade” (e, portanto, subjetividade) via diferentes práticas, racionalidades de governo e tecnologias de poder. Foucault não só expõe que as maneiras pelas quais nós experimentamos a “liberdade” são contingentes, como também mostra que a “liberdade” pode ser deslocada de sua frequente encarnação: o eu como uma entidade transcendental. Ao ressaltar o fato de que a liberdade é antes de qualquer coisa constituída e conceitualizada por “práticas”, Foucault se distancia da ideia de uma essência ontológica ou apriorística do eu trans-histórico. Tal eu imaginado pode ser capaz de se “liberar” de qualquer regime (tradicional, cultural ou governamental), pela força de adotar, contestar ou produzir práticas (Prozorov, 2007). No entanto, tal liberdade está sempre situada dentro de diversas conexões culturais e institucionais — ainda que abertas — de práticas de relações e racionalidades pelas quais a “ação livre” — não a liberdade — é posteriormente internalizada como significativa pelos agentes das relações, os quais se referem a si mesmos como agentes *desta* ou *daquela* “liberdade”.

Isso significa que Foucault opõe-se a todas as possibilidades de liberdade individual? Claro que não: significa que o que entendemos por “liberdade”

(ou como “resistência” em sua tradução liberal) não é uma quintessência humana. O que entendemos por liberdade emerge de um processo histórico variável de negociação muito específico sobre diversas racionalizações éticas que, por sua vez, operam por um padrão cultural de racionalidades localizado e específico. Portanto, pelo fato dessas “práticas de liberdade” serem inerentemente relacionais (e, portanto, reversíveis), contingentes e altamente contextualizadas, elas não estão suscetíveis a nenhum tipo de definição inequívoca sobre o que “liberdade” possa ser. Nenhuma governamentalidade pode congelar nossas negociações sobre a liberdade: não pelo fato do eu ser o epítome ou o lugar de alguma resistência transcendental já pressuposta por todas as formas de ação governamental, mas porque nunca nenhum regime de governo poderá suprimir o inesperado e as relações sempre mutáveis constitutivas da nossa experiência de liberdade, nem a condição de sua própria contingência como um regime particular de governo. É assim que nós podemos entender melhor Foucault quando afirma que não há melhor garantia da liberdade do que ela mesma. Podemos compreender a “liberdade” sem adotar nenhuma concepção predeterminada, transcendental ou a-histórica sobre ela, amarrada à nossa atual compreensão (Tully, 1999:138).

Há um foco inerente sobre a questão da emancipação nos estudos sobre governamentalidade que revela as condições contingentes da nossa história atual. Eles o fazem ao mesmo tempo em que esboçam a possibilidade de um futuro diferente, deixando para a próxima geração a capacidade de decidir qual deve ser seu futuro comum. Assim, esses estudos acreditam, com uma fé nunca vista, na nossa capacidade de criar melhores modelos de relações e interações quando necessário. Eles colocam a imaginação antes do julgamento, e o julgamento antes de qualquer verdade dogmática. É nesse sentido que a noção de governamentalidade de Foucault reintroduz a liberdade na política; não necessariamente pelo lugar individualizado da resistência eterna, mas por introduzir a existência histórica, contingente e humanamente inventada das diversas e múltiplas formas de racionalidades

de governo. Deste modo, Foucault situa a liberdade humana em um processo inter-relacional de negociações permanentes e abertas onde nós coletivamente traçamos nossos diversos entendimentos sobre o que é liberdade, o que é resistir, e o que é dominar ou ser dominado. Talvez a única injunção normativa de Foucault seja — para nós — estar atento a qualquer padrão de relações que possa imobilizar a própria possibilidade das relações serem diferentes. Tal atenção impediria a nossa dádiva inerente de um futuro indeterminado ao aplicar uma verdade que não poderia ser diferente. Foucault sugere um projeto de emancipação aberto e sempre renovável.

Em direção a uma “Ecogovernamentalidade”?

Entretanto, quais são as implicações de uma governamentalidade *verde* que tem se tornado cada vez mais notada desde a morte de Foucault? Quais racionalidades e tecnologias de governo estão implícitas nela? Quais as implicações em aderir a ela? Estas são as questões que eu gostaria de investigar na continuidade deste texto.

O tema da “governamentalidade verde” problematiza a (re) introdução da “natureza” no centro das racionalidades políticas ocidentais (Darier, 1999; Luke, 1999; Rutherford, 1999a). Deste modo, o trabalho de Foucault é de importância central na análise da produção e circulação de saber, tecnologias e racionalidades de governo que recorrem a noções de “natureza”. Mais precisamente, as amplamente disseminadas ecogovernamentalidades e as tecnologias ambientais são vistas como extensões das redes disciplinares, descritas por Foucault em *Vigiar e Punir*, e da biopolítica que o interessa em seus trabalhos posteriores. Assim, seu conceito de biopolítica é ampliado para incluir tudo o que seja necessário para manter a “vida” pela emergência de diversas práticas e regulações ambientais (Luke, 1997; Rutherford, 2007; Darier, 1999).

Dois pressupostos epistemológicos são usualmente incorporados em tais estudos genealógicos da “natureza”. Primeiro, é frequentemente sugerido que a “natureza” apareça como algo sem importância “ao menos ou até que certos seres humanos lhe deem significado ao interpretar alguns de seus signos ambivalentes como importantes para eles” (Luke, 1999). Segundo, isto é dito porque constantemente os humanos olham para os padrões naturais de maneiras diferentes: o significado da natureza será sempre múltiplo, móvel e em constante mudança (Luke, 1999).

No entanto, tais suposições não geram consenso algum entre os intelectuais para quem a “natureza” se refere a “processos biofísicos” primordiais que sustentariam — e até mesmo determinariam — o que nós entendemos por “cultura”. Embora ainda seja possível argumentar que esta forma de objetividade é apenas uma maneira de entender a “natureza” entre muitas outras, eu gostaria de sugerir que o projeto de examinar a emergência de racionalidades ecológicas não é necessariamente destinado a definir o que é a natureza *per se*. O projeto de compreender as relações de poder incorporadas nas formulações competitivas de como a “natureza” deve ser entendida não exige que nós saibamos o que é “natureza” em definitivo. É preciso apenas examinar os “efeitos” que tais formulações produzem nas configurações sociais e culturais que experimentamos. É aí que o conceito de Foucault de “governamentalidade” se encaixa: não apenas para explorar as dimensões das nossas experiências constituídas “por todas as maneiras de refletir e agir que visam modelar, administrar, regular a conduta das pessoas,” mas também recolocar a problemática da normalização conjugada com a “natureza”, tal como tem sido delineada no ocidente durante os três últimos séculos (Rose, 1996; Gordon, 1991; Foucault, 2001b). Como sugerem Stephanie Rutherford e Eric Darier, o trabalho de Foucault sobre a governamentalidade — e mais particularmente seu conceito de biopolítica — pode ser reconstruído como o estudo da “ecopolítica” quando as condições sob as quais populações são administradas estão subordinadas a

tentativas mais amplas de administrar toda a *Vida* com o desdobramento de racionalidades ecológicas de governo (Rutherford, S., 2007; Darier, 1999). Deixem-me expor três exemplos sobre tais reconstruções.

A governamentalidade dos entres

Primeiro, poderíamos expandir a análise de Foucault sobre governamentalidade para investigar como a ordem das “coisas” incluiu, progressivamente, variáveis como “vida”, “saúde”, “sustentabilidade” e “ambiente”, para gerar novas racionalidades de governo destinadas a dar visibilidade às relações *entre* as “coisas” pela produção de racionalidades ecológicas de governo. Desse modo, podemos ver que estas racionalidades não emergiram apenas do contexto de uma crise pelo desmatamento e poluição na Europa (ou seja, em um ambiente paraestatal já constituído), mas também no contexto de uma expansão colonial que foi concebida como uma solução para tais problemas (Moore, 2007). Assim, a emergência dessas racionalidades aparece intimamente relacionada à expansão dos poderes marítimos venezianos, franceses, holandeses e ingleses, todos competindo por atividades comerciais em lugares estratégicos que incluem as colônias das ilhas oceânicas e diversas plantações particularmente sensíveis ao desmatamento e à erosão do solo. De fato, problemas do último tipo levaram a novas conscientizações ambientais relacionadas à especificidade da terra, botânica, meteorologia e produção de mapas, por exemplo (Grove, 1995: 475). Grove insiste que foi nas colônias tropicais que os cientistas “perceberam pela primeira vez a velocidade extraordinária com que as pessoas, os europeus em particular, puderam transformar e destruir o seu ambiente natural” (Grove, 1998). Em meio à produção de tal saber e ao desenvolvimento de habilidades necessárias para explorar colônias distantes, emergiram as múltiplas relações de poder/saber que progressivamente formataram a “ecologização” do nosso

entendimento de política (Moore, 2007; Headrick, 1988; Crosby, 1986). Relações como estas podem ser traçadas não apenas nas incorporações coloniais europeias e nas inovações ambientais produzidas por elas, mas também nas crescentes preocupações que tais atividades estimuladas em direção ao “outro” não-europeu encontrado nessas regiões tropicais diante dos quais os “europeus modernos” formataram sua identidade em aspectos importantes. Todas essas relações e preocupações contribuíram para uma “percepção global” da interconectividade natural e intercultural (Grove, 1995: 476; Goodie, 2006: 33). Ao expandir a leitura de Foucault sobre a governamentalidade para incluir a “ecogovernamentalidade”, podemos aprofundar nosso entendimento do “problema de governo”. Este último acrescenta a essas “relações intermediárias” que conectaram os diferentes cenários de governamentalidade via um “ambiente” primordial, progressivamente colonizado por várias relações de poder/saber, em uma tentativa crescente de governamentalizar a “natureza”. Então, *contra* o argumento de Lipschutz — de que se a governamentalidade refere-se à gestão, então o ambiente político e a *praxis* não se referem, pois a política desafia o próprio fundamento constitutivo da governamentalidade neoliberal (Lipschutz, 2004: 242) — podemos contestar que a emergência das preocupações ambientais do ocidente estavam intimamente ligadas à expansão econômica desde o começo. De fato, a disseminação do colonialismo administrativo e a formatação dos diversos dispositivos políticos para “governar à distância” estabeleceram, desde o século XV em diante, a rede global da qual as chamadas “racionalidades de governo neoliberais avançadas” irão mais tarde emergir.

Da biopolítica à ecogovernamentalidade

Segundo, ao expandir a análise de Foucault sobre a biopolítica de modo a incluir a ecogovernamentalidade, podemos investigar as diversas

conexões entre os dois conceitos que formatam a governamentalidade moderna. Podemos notar, por exemplo, que o conceito de “ambiente” também foi modelado pela emergência das estatísticas e de modos indutivos de raciocínio, levando a ciências computacionais e modelos preditivos, todos operando para tornar as relações caóticas e aleatórias que esse conceito implica em previsíveis e, portanto, controláveis (Foucault, 2004b; Hacking, 2006; Rose, 1999). Daí, acompanhando os *insights* de Foucault sobre a significância política das estatísticas, podemos explorar os caminhos pelos quais a progressiva matematização da “natureza” tem possibilitado diversas racionalidades e tecnologias ecológicas para produzir uma ampla gama de “normas” que se referem à “natureza”, não apenas para complementar o poder do dispositivo da “soberania-lei”, mas também para dar forma a uma série de “reivindicações de verdades” sobre modos ecológicos de conduta pelos quais se espera que indivíduos racionais governem a si e aos outros (Desjardins, 1999; Ashford e Caldart, 2008).

Além disso, ao explorar os meios pelos quais o conceito de “população” (como um corpo-espécie) e “ambiente” (como sua necessidade territorial) estão relacionados, podemos localizar a emergência de diferentes racionalidades de governo fazendo uso de diversas metáforas orgânicas, de crescimento e de saúde, para explicar as relações entre as duas noções através da formação de disciplinas científicas como a “ecologia”. É sabido que a “ecologia” e suas éticas associadas emergiram amplamente como uma reação contra o “antinaturalismo” atribuído aos modelos científicos utilitaristas, ou seja, como uma reação que pretende expandir o foco reduutivo e completamente mecânico desses modelos, ao mesmo tempo em que mantém os métodos de laboratório intactos (Goodie, 2006: 36). Menos conhecida é a brilhante observação de Jo-Ann Goodie, que aponta a afiliação entre a teoria da evolução de Darwin e a emergência da “ecologia” para explicar a resolução desta ambiguidade, ressaltando,

assim, a influência do que se tornaria uma ciência dedicada a examinar “tudo no ambiente físico e biológico que afetou a sobrevivência em seu entendimento mais amplo” (Goodie, 2006: 37; Hawkins, 1997: 136).

Fortemente influenciado por tais representações ecológicas, os séculos XIX e XX testemunharam a emergência de diferentes racionalidades de governo trabalhando ativamente na conexão de argumentos médicos, sociais, econômicos, biológicos e ambientais para formular diferentes “padrões evolucionários” nos quais não só a vida, mas a administração de tudo o que a inclui torna-se critério primordial na orientação das ações políticas (Robert, 1938; Campbell, 2007; Schneider, 1990; Jones, 1986). Tais “padrões evolucionários” contribuíram significativamente para dar forma à “cultura moderna” que se viu com o direito “natural” de dominar os “inferiores” de acordo com a lógica evolucionista na qual apenas os “organismos” bem adaptados, abastados e tecnologicamente avançados sobreviveriam (Hawkins, 1997). A tradução econômica desse argumento requereu progressivamente que todos os “recursos naturais” — incluindo populações humanas — fossem vistos como “*commodities*” e/ou “recursos do Estado” que deveriam ser monitorados, protegidos e ampliados por uma grande variedade de “ecoespecialistas” que trabalham, em grande parte, em coordenação com os agentes do Estado (Broberg e Roll-Hansen, 1996). Sociedades inteiras, conseqüentemente, foram analisadas e comparadas no âmbito de sua produtividade de trabalho, vitalidade, bom comportamento, adaptabilidade e poderes econômicos, levando ao desenvolvimento de práticas raciais e eugenistas baseadas em classes, orientações sexuais, localizações geográficas e distinções etnológicas e tecnológicas para classificar a continuidade evolucionária da raça humana (Foucault, 1999a: 229; Rose, 2007; Bauman, 1989).

Portanto, é óbvio que o conceito de “população”, ou mesmo de “vida”, não poderia ter sustentado sozinho a articulação da biopolítica que, de acordo com Foucault, opera pela expansão de racionalidades médicas,

implantação do racismo de Estado, dispositivos de segurança, inferências estatísticas e pela emergência da economia política (Foucault, 2004b; 2004c). Ao aprofundar o “argumento evolucionista”, podemos então ampliar o estudo de um conjunto de estruturas no qual tudo o que é necessário para a “vida” e não apenas para a “vida” capturada pelo conceito de população e raça — teve que ser considerado pela integração política de diversas ciências ecológicas (Foucault, 1999: 52). Em outras palavras, podemos ampliar a problematização da governamentalidade moderna ao sugerir que os problemas da “vida”, do “ambiente” e do “governo” coincidem agora com a emergência da “ecopolítica”, cristalizando, assim, uma relação de poder/saber que reorganiza profundamente de maneira relacional os três movimentos constitutivos da governamentalidade moderna: governo, população e economia política (Rutheford, 1999a, 1999b; Luke, 1999; Darier, 1999; Goodie, 2006).

Ecogovernamentalidade: intensificação e transformações

Finalmente, ao expandir nossa análise de governamentalidade para incluir o estudo da ecogovernamentalidade, podemos ver a intensificação da “lógica imanente” que atravessa as diferentes racionalidades de governo analisadas por Foucault. Podemos estudar essa intensificação nas racionalidades ecológicas de governo emergentes no contexto da “globalização” que, de acordo com Law e Barnett, “tornaram-se a grande narrativa que justifica o fim de todas as outras grandes narrativas de mudança social” (Redcliff, 2002). Por “lógica imanente” da governamentalidade, refiro-me à ideia implícita na *raison d'état* que sustenta os princípios políticos inerentes que devem ser separados de qualquer tutela onto-teológica (Foucault, 2004b: 263; Mallete, 2006: 78). A ideia é reformulada nas noções de “sociedade civil”, “economia”, e “propriedade privada”, entendidos como domínios autônomos designados

aos seus próprios direitos contra o Político. Seguindo uma lógica similar, parece que as racionalidades ecológicas de governo contemporâneas reproduzem tanto as implicações *derivativas* quanto as *dualísticas* conectadas a qualquer racionalidade política que recorre a níveis de realidade mais profundos ou intrínsecos como titulares de suas próprias verdades: a “natureza” é algo diante da qual nos deparamos e a que devemos escutar¹. Deste modo, enquanto essas racionalidades ecológicas abrem novos domínios de intervenção política com alcance nunca visto, elas também estabelecem novos limites para a ação humana, agora, argumentando que o “mundo natural” que sustenta toda a vida tem regras intrínsecas que nenhum governo ou indústria humana deve violar (Agar, 2001).

No entanto, ao problematizar o planeta como um “campo dinâmico” no qual ações humanas ou não-humanas estão inerentemente interconectadas, essas racionalidades ecológicas estão questionando também alguns dos conceitos-chave do pensamento político ocidental (Lipschutz, 2004: 36). Tais racionalidades questionam frequentemente profundas hipóteses ontológicas e epistemológicas que sustentam, por exemplo, os meios pelos quais o pensamento político ocidental compreendeu os limites de uma “territorialidade” ao delinear as fronteiras de uma soberania que, por sua vez, justifica a integridade de tais limites ao fazer do território nacional uma posse. De fato, ao articular uma série de problemas ecológicos, estas racionalidades não estão apenas criticando o Estado moderno, mas

¹ Utilizo os termos *derivativo* e *dualístico* acompanhando as excelentes definições formuladas por John M. Meyer: “De um lado, alguns argumentam que a característica distintiva do pensamento ocidental é que a política (e a cultura humana em geral) está completamente separada da natureza. Eu me refiro a isso como uma explicação dualística... de outro lado, muitos enxergam o pensamento político ocidental como repleto de teorias normativas derivadas da concepção de natureza, seja a concepção de teologia dos aristotélicos, o mecanismo preciso dos primeiros cientistas modernos, ou a mão invisível da seleção darwiniana. Eu me refiro a isso como uma interpretação derivativa” (Meyer, 2001: 2).

também questionando o modelo de socialização capitalista predominante sobre o qual ele opera (Lipschutz, 2004: 243; Kuehls, 1996: 130; 1998: 48). Preocupações ecológicas, que incluem a perda da biodiversidade e a possibilidade de conflito por “recursos naturais” que acreditamos ser inesgotáveis, demandam agora não só uma melhor administração do cenário ecológico, mas algum tipo de coordenação que teria como alvo o equilíbrio ambiental e econômico e a sustentabilidade de todo o planeta (Luke, 1999). Em termos econômicos, tais preocupações podem ser reunidas ainda na questão colocada pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento 21 anos atrás: como podemos sustentar um mundo no próximo século com o dobro da população dependendo do mesmo meio ambiente (Kuehls, 1996: 75)? Para colocar isso de outra maneira, o futuro parece depender da existência de um ambiente capaz de prover as necessidades humanas em um tempo no qual os canais que permitiam o deslocamento de problemas ambientais e de extração de recursos para “terras distantes” estão se fechando em um ritmo acelerado, colocando novamente a chamada economia global como uma das principais preocupações (Kuehls, 1998). Em um mundo onde até mesmo pensar globalmente e agir localmente é um privilégio, os problemas globais permanecem como um problema ocidental de vários modos, senão como o ápice de um empreendimento colonial que começou séculos atrás (Wilmer, 1998). Uma solução é urgente para a criação de um futuro sustentável, que permita às chamadas sociedades pós-industriais manterem um nível de conforto e opulência facilitada por séculos de apropriação colonial, integração forçada, escravidão e assim por diante, ao mesmo tempo em que forneça uma fundamentação lógica para as sociedades não-ocidentais acatarem o modo de vida moderno, predominantemente moldado no ocidente (o livre mercado, consumo em massa, o Estado liberal democrático, e assim por diante) e uma fórmula de moderação que mantenha as condições ambientais exigidas para que esse modo de vida

continue. A “ecopolítica” aparece como o domínio no qual essa situação se apresenta.

Desde os trabalhos desbravadores de Aldo Leopold (1966), vários pensadores ecológicos articularam diferentes soluções. Eles variam da criação de uma nova ordem global (Ward e Dubos, 1972) ao autoritarismo centralizado por meio de instituições do Estado (Ophuls, 1977; Hardin e Baden, 1977); versões híbridas das duas, que projetam práticas liberais ou republicanas em grande escala (Ferry, 1992); comunismo (Heilbroner, 1980); anarquismo (Bookchin, 1991); e “parceria” entre agentes humanos e não-humanos baseada em uma revolução epistemológica no pensamento ocidental (Merchant, 2003; Kuehls, 1998; Serres, 1990; Latour, 2004). Essas soluções variam da constatação de diversos problemas ecológicos, que o “modelo keynesiano-westfaliano” não é mais capaz de conter ou de dirigir (demandando desta forma a criação de uma forma centralizada de um “leviatã global” capaz de coerção planetária nessas questões²), ao argumento que diz que enquanto continuarmos a acreditar que os humanos não são suscetíveis de consentir sem a coerção de comportamentos ecoamigáveis, criar um “governo mundial” é muito perigoso e/ou inapropriado para tais situações. Outros, embora comecem por constatações ecológicas similares, condenam os modelos políticos ocidentais predominantes pelos quais nós temos compreendido as regulações políticas e sociais. Com frequência, estas soluções exigem novas maneiras de entender a diversidade ecológica em termos do valor intrínseco da “vida” e de possibilidades de mutualismo ou outras formas de redes cooperativas descentralizadas capazes de nos libertar de padrões estabelecidos de relações hierárquicas.

Ao olhar para o que constitui apenas uma das fraturas que opõe as diversas racionalidades ecológicas de governo, fica claro que a base sobre a qual a nossa concepção do político se desenvolveu foi perturbada. A erupção da natureza na política parece demandar novas racionalidades

² A expressão “modelo keynesiano-westfaliano” é de Nancy Fraser (2007).

de governo e éticas de relações (Curry, 2006; Desjardins, 1999). Tais demandas geram tanto inseguranças quanto antecipações ao expor, direta ou indiretamente, o quão contingentes e dependentes são as nossas maneiras de pensar a política em relação aos contextos específicos em que elas ocorrem. De um lado, essas inseguranças se traduzem tanto como uma aproximação neorrealista, para a qual a centralização do poder e o monopólio da violência institucionalizada aparecem como as únicas soluções para resolver as diversas crises que a humanidade pode encontrar, como um argumento populista de que a emergência da consciência ecológica é um subproduto da modernidade e, como tal, uma evolução desse soberbo *ethos* democrático que as civilizações ocidentais produziram para salvar o mundo de sua “barbárie” (Ferry, 1992). De outro lado, encontramos pensadores que nunca desacreditaram do nosso *ethos* revolucionário adormecido e nunca duvidaram do retorno de uma grande narrativa, poderosa o bastante para varrer tanto o nosso realismo ocidental quanto o espartilho cartesiano e as aproximações neopirrônicas e suas visões “rizóicas” e dispersas de liberdade como constantes trocas de lado de resistência, compatíveis com o capitalismo e outras relações hierárquicas de poder em suas constantes reformas. Para esses revolucionários, a “natureza” representa o último salvador, o derradeiro solo para eliminar a procura de qualquer outra base filosófica para ações, a saber, o único solo monoteisticamente verdadeiro: a Terra (Weston, 1994 *apud* Meyer, 2001).

Ao explorar os impactos dessas diversas considerações ecológicas, podemos então explorar não apenas a intensificação como também a transformação da “lógica imanente” que descrevemos anteriormente. Podemos entender melhor uma lógica ecológica que reorganiza de maneira profunda as hipóteses dualísticas e derivativas incorporadas no nosso entendimento do Político. Podemos entender melhor a rearticulação de novos conjuntos de distinções operando para tornar convincentes as justificativas de empreendimentos ecológicos disciplinadores/reguladores,

e a produção de um conceito mais inclusivo pelo qual a regulação dos vivos pode, de fato, expandir-se para tudo o que é necessário para a vida: um *ambiente* interconectado e primordial, que as sociedades tecnologicamente avançadas e seus cientistas estão agora em posição de prever, policiar e regular (Osborne, 1996: 116-117).

Por isso, do que aparece como diversos indicadores de uma “episteme ecológica” emergente, o “problema do governo” aparenta ter alcançado uma nova “fase crítica”. O dragão, novamente, está para trocar de pele. Assim como novas medidas estão substituindo as velhas, as racionalidades de governo contemporâneas parecem estar convergindo na direção de uma noção mais ampla do que a de “vida”, “população”, “raça”, ou “economia” para reformular sua legitimidade de ação. Essas racionalidades de governo estão agora se aproximando da necessidade de governar o tecido das relações que ligam tudo e qualquer coisa, que apoia todos os seres vivos e não-vivos do mesmo modo, e que faz das fronteiras internas/externas uma questão secundária. Essa Mãe-Mônada é a “natureza” em toda a sua complexidade, diversidade e unidade, isto é, um ambiente planetário que todos nós compartilhamos, humanos ou não-humanos atores/sujeitos/objetos, da mesma maneira.

Tradução do inglês por Anamaria Salles.

Bibliografia

- AGAR, N. (2001). *Life's Intrinsic Value. Science, Ethics, and Nature*. New York: Columbia University Press.
- ANGHIE, A. (2006). *Imperialism, Sovereignty and the Making of International Law*. Cambridge: Cambridge University Press.
- ASHFORD, N. & CALDART, C. C. (2008). *Environmental Law, Policy and Economics*. Cambridge (MA): The MIT Press.
- BAUMAN, Z. (1989). *Modernity and the Holocaust*. Cambridge: Polity Press.
- BOOKCHIN, M. (1991). *The Ecology of Freedom*. Montreal: Black Rose Book.
- BROBERG, G. and ROLLS-HANSEN (orgs.) (1996). *Eugenics and the Welfare State*. East Lansing: Michigan State University Press.
- BURCHELL, G. (1996). "Liberal Government and Techniques of the Self". In: BARRY, B.; OSBORNE, T.; ROSE, N. (orgs.). *Foucault and Political Reason*. Chicago: The University of Chicago Press.
- CAMPBELL, C. (2007). *Race and empire. Eugenics in colonial Kenya*. Manchester: Manchester University Press.
- CROSBY, A. W. (1986). *Ecological Imperialism. The Biological Expansion of Europe, 900-1900*. Cambridge: Cambridge University Press.
- CURRY, P. (2006). *Ecological Ethics: An Introduction*. Cambridge: Polity Press.
- DARIER, E. (1999). "Foucault and the Environment: An Introduction." In: Darier, E. (org.). *Discourses of Environment*. Oxford: Blackwell.
- DEAN, M. (1999). *Governamentality: Power and Rule in Modern Society*. London: Sage.
- DESJARDINS, J. (1999). *Environmental Ethics*. Mountain View: Mayfield Publishing Company.
- EWALD, F. (1999). "Insurance and Risk". In: BURCHELL, G.; GORDON, C.; MILLER, P. (orgs.). *The Foucault effect*. Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf.
- FERRY, F. (1992). *Le nouvel ordre écologique. L'arbre, l'animal et l'homme*. Paris: Grasset.
- FOUCAULT, M. (1999a). *Il faut défendre la société. Cours au Collège de France 1975-76*. Paris: Gallimard/Seuil.
- ___ (1999b). *Les anormaux. Cours au Collège de France 1974-75*. Paris: Gallimard/Seuil.
- ___ (2001a). "Gouvernementalité". In: EWALD, F.; DEFERT; LAGRANGE, J. (orgs.). *Dits et écrits* (tome 2). Paris: Gallimard.
- ___ (2001b). "Omnes et Singulatim: Toward a Criticism of Political Reason". In: EWALD, F.; DEFERT; LAGRANGE, J. (orgs.). *Dits et écrits* (tome 2). Paris: Gallimard.
- ___ (2003a). *Histoire de la sexualité, volume 1: La volonté de savoir*. Paris: Gallimard.
- ___ (2003b). *Le pouvoir psychiatrique. Cours au Collège de France 1973-74*. Paris: Gallimard/Seuil.
- ___ (2004a). *Surveiller et punir*. Paris: Gallimard/TEL.
- ___ (2004b). *Sécurité, Territoire, Population. Cours au Collège de France 1977-78*. Paris: Gallimard/Seuil.

- ___ (2004c). *Naissance de la biopolitique. Cours au Collège de France 1978-79*. Paris: Gallimard/Seuil.
- FRASER, N. (2007). "Reframing Justice in a Globalizing World". In: HELD, D. & KAYA, A. (orgs.). *Global Inequality. Patterns and Explanations*. Cambridge: Polity Press.
- GORDON, C. (1991). "Governmental rationality: An introduction." In: BURCHELL, G.; GORDON, C.; MILLER, P. (orgs.). *The Foucault effect*. Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf.
- GOODIE, J-A (2006). *The Invention of the Environment as a Legal Subject*. University of Murdoch: PhD dissertation. Disponível em: Murdoch University Digital Theses, <http://www.lib.murdoch.edu.au/> (consultado em 8/7/2008).
- GROVE, R.H. (1995). *Green Imperialism. Colonial Expansion, Tropical Island Edens and the Origins of Environmentalism, 1600-1860*. Cambridge: Cambridge University Press.
- ___ (1998). *Ecology, Climate and Empire. The Indian Legacy in Global Environmental History 1400-1490*. Oxford: Oxford University Press.
- HACKING, I. (2006). *The Emergency of Probability*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HARDIN, G. & BADEN, J. (1977). *Managing the Commons*. San Francisco: Freeman.
- HAWKINS, M. (1997). *Social Darwinism in European and American Thought 1860-1945*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HEADRICK, D. R. (1988). *The Tentacles of Progress. Technology Transfer in the Age of Imperialism, 1850-1940*. Oxford: Oxford University Press.
- HEILBRONER, R. L. (1980). *An Inquiry Into the Human Prospect: Updated and Reconsidered for the 1980s*. New York: Norton.
- INDA, J. X. (2005). *Anthropologies of Modernity: Foucault, Governmentality and Life Politics*. Oxford: Blackwell.
- JONES, G. (1986). *Social Hygiene in Twentieth Century Britain*. London: Croom Helm.
- KUEHLS, T. (1996). *Beyond Sovereign Territory. The Space of Ecopolitics*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- ___ (1998). "Between Sovereignty and Environment: An Exploration of the Discourse of Government." In: Liftin, K.T. (org.). *The Greening Sovereignty in World Politics*. Cambridge (MA): The MIT Press.
- LARNER, W. & WALTERS, W. (orgs.) (2004). *Global Governmentality. Governing international spaces*. London: Routledge.
- LATOUR, B. (2004). *Politiques de la nature. Comment faire entrer lês sciences em démocratie*. Paris: La Découverte.
- LAW, M. & BARNETT, C. (2000). "After Globalization". In: *Environment and Planning D*, nº 18, vol. 1, february, pp. 1-25.
- LEOPOLD, A. (1966). *A Sand County Almanac with other essays*. New York: Oxford University Press.
- LIPSCHUTZ, R. D. (2004). *Global Environmental Politics: Power, Perspective and Practice*. Washington: CQ Press.
- ___ (2005). *Globalization, Governmentality and Global Politics*. New York: Routledge.

- LUKE, T. (1999). "Environmentality as Green Governmentality". In: DARIER, E. (org.). *Discourses of Environment*. Oxford: Blackwell.
- ___ (1997). *Ecocritique*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- MALETTE, S. (2006). "La gouvernementalité chez Michel Foucault." In: *Laval University*. Disponível em: Erudit/Thèse de l'université Laval, <http://www.erudit.org/these/liste.html?typ=tous&let=M> (consultado em 8/7/2008).
- MERCHANT, C. (2003). *Reinventing Eden. The Fate of Nature in Western Culture*. London: Routledge.
- MEYER, J. M. (2001). *Political Nature. Environmentalism and the Interpretation of Western Thought*. Cambridge (MA): The MIT Press.
- MOORE, J. W. (2007). "Silver, Ecology, and the Origins of the Modern World, 1450-1640". In: HORNBERG, A.; MCNEILL, J.R.; MARTINEZ-ALIER, J. (orgs.). *Rethinking Environmental History. World-System History and Global Environmental Change*. NEW York: Altamira Press.
- O'MALLEY, P. (1996). "Risk and Responsibility". In: BARRY, B.; OSBORNE, T.; ROSE, N. (orgs.). *Foucault and Political Reason. Liberalism*. Chicago: The University of Chicago Press.
- OPHULS, W. (1977). *Ecology and the Politics of Scarcity*. San Francisco: Freeman.
- OSBORNE, T. (1996) "Security and Vitality: Drains, Liberalism and Power in the Nineteen Century." In: BARRY, B.; OSBORNE, T.; ROSE, N. (orgs.) *Foucault and Political Reason*. Chicago: The University of Chicago Press.
- PELS, P. (1997). "The Anthropology of Colonialism: Culture, History, and the Emergency of Western Governmentality". In: *Annual Review of Anthropology*, vol. 26, pp. 163-183.
- PORTER, T. M. (1995). *Trust in Number*. Princeton: Princeton University Press.
- PROZOROV, S. (2007). *Foucault, Freedom and Sovereignty*. Aldershot: Ashgate.
- RABINOW, P. (1984). *The Foucault Reader*. Harmondsworth: Penguin Books.
- REDCLIFF, M. (2002). "The Environment and Civil Society: The Rights to Nature, and the Rights of Nature". In: PAGE, A. & REDCLIFF, M. (orgs.). *Human Security and the Environment*. Cheltenham: Edward Elgar.
- ROBERT, M. (1938). *Biopolitics. An Essay in the Physiology, Pathology and Politics of the Social and Somatic Organism*. London: Dent.
- ROSE, N. (1996). "Governing Advanced Liberal Democracies". In: BARRY, B.; OSBORNE, T.; ROSE, N. (orgs.). *Foucault and Political Reason*. Chicago: The University of Chicago Press.
- ___ (1999). *Power of Freedom*. Cambridge: Cambridge University Press.
- ___ (2007). *The Politics of Life Itself*. Princeton: Princeton University Press.
- RUTHERFORD, P. (1999a). "The Entry of Life into History." In: DARIER, E. (org.). *Discourses of Environment*. Oxford: Blackwell.
- ___ (1999b). "Ecological Modernization and Environmental Risk." In: DARIER, E. (org.). *Discourses of Environment*. Oxford: Blackwell.
- RUTHERFORD, S. (2007). "Green Governmentality: Insights and Opportunities in the Study of Nature's Rule". In: *Progress in Human Geography*, n. 31, vol. 3, pp. 291-307.
- SCHNEIDER, W. H. (1990). *Quality and Quantity: The Quest for Biological Regeneration in the Twentieth-Century France*. Cambridge: Cambridge University Press.

SERRES, M. (1990). *Le contrat naturel*. Paris: François Bourin.

TULLY, J. (1999). “To Think and Act Differently”. In: ASHEDEN, S. & OWEN, D. (orgs.). *Foucault contra Habermas*. London: Sage Publication.

WARD, B. & DUBOS, R. (1972). *Only One Earth; The Care and Maintenance of a Small Planet*. New York: Norton.

WESTON, A. (1994). *Back to Earth: Tomorrow's Environmentalism*. Philadelphia: Temple University Press.

WILMER, F. (1998). “Taking Indigenous Critiques Seriously: The Enemy R Us”. In: LIFTIN, K.T. (org.). *The Greening of Sovereignty in World Politics*. Cambridge (MA): The MIT Press.

A ecogovernamentalidade e suas contradições*

Astrid Ulloa

Pesquisadora do Instituto Colombiano de Antropologia e História (ICAHN), Bogotá.

RESUMO:

O texto discute a construção da figura do nativo ecológico e suas implicações nas relações dos povos indígenas em negociações entre Estados e empresas relativas ao meio ambiente, e na construção de uma ecogovernamentalidade.

Palavras-chave: ecogovernamentalidade, ambientalismo, povos indígenas, direito ambiental, multiculturalismo.

ABSTRACT:

The article discusses the development of the image of the ecological native and its implications in the relations of indigenous peoples in negotiations with states and companies related to the environment and to the development of an ecogovernmentality.

Keywords: ecogovernmentality, environmentalism, indigenous peoples, environmental right, multiculturalism.

O grande desafio etnográfico atual ao qual a globalização neoliberal nos confronta está na espacialidade de todas as formas de governo, algumas das quais podem estar envolvidas nas práticas diárias dos Estados-nação, enquanto outras atravessam ou se sobrepõem à sua jurisdição territorial (Fergusson e Gupta, 2002).

Na Colômbia e na comunidade internacional, muitos veem agora os povos indígenas como nativos ecológicos,¹ que protegem o meio ambiente e são a esperança para enfrentar a crise ambiental e de desenvolvimento. As representações sobre os povos indígenas, do “sujeito colonial selvagem” ao “ator político ecológico”, conseqüentemente, transformaram-se. Analisar a construção das identidades ecológicas dos povos indígenas, reconstruir historicamente a emergente relação entre os indígenas e o ambientalismo, examinar criticamente as conseqüências desta relação para comunidades indígenas específicas, e determinar como a política cultural e ambiental dos povos indígenas impactou as políticas ambientais nacionais e transnacionais, ao proporcionar diferentes noções sobre natureza e desenvolvimento, são os meus principais objetivos.

Não procuro por causas específicas, nem trato de validar uma teoria; pelo contrário, desejo reconstruir as diferentes redes, condições de surgimento e implicações (políticas, econômicas e sociais) de um evento particular: a consolidação da relação entre os indígenas e o ambientalismo.

Para analisar crítica e cuidadosamente as condições históricas relacionadas ao surgimento das atuais situações ambientais dos indígenas, uso o conceito *acontecimentalização*, de Foucault. Para este pensador, um acontecimento é uma situação que expressa o começo de uma nova e incontestada relação e, neste caso, dos indígenas com o ambientalismo. Portanto, é necessário encontrar

¹ Ainda que em alguns pontos, para facilitar a leitura e manter a concordância gramatical, eu utilize o termo *nativos ecológicos*, este deve ser entendido no singular, *nativo ecológico*, de modo a refletir a tendência dos discursos ambientais de classificar o *outro* como uma entidade total, apagando as diferenças internas, singularizando-o e, às vezes, universalizando-o como uma verdade evidente.

as conexões, os encontros, os apoios, os bloqueios, as relações de força, as estratégias, etc. que, em um determinado momento, formaram o que em breve será evidência, universalidade, necessidade (Foucault, 1982: 61).

A relação entre os povos indígenas e o ambientalismo (que implica políticas, discursos, conhecimentos, representações e práticas) é explorada neste texto com a indagação das múltiplas causalidades, processos e inter-relações que ajudaram a configurá-la. Segundo Foucault,

a diminuição do peso da gravidade causal consistirá, pois, em construir, em torno do evento singular analisado como processo, um “polígono” ou, melhor dizendo, um “poliedro de inteligibilidade”, cujo número de faces não está definido de antemão e que jamais pode ser considerado como totalmente acabado (Idem).

Não há estudos sistemáticos centrados na exploração da relação entre os povos indígenas e o meio ambiente de uma maneira concreta e histórica, como se faz neste texto; no entanto, esta já foi previamente pesquisada (Bengoa, 2000; Brosius, 1999; Conklin, 1997, 2002; Conklin e Graham, 1995; Ramos, 1998, 2002; Ulloa, 2001, 2003; Varese, 1996). Portanto, é meu interesse contribuir para o entendimento dos atuais laços existentes entre os processos de construção das identidades ecológicas e as ações político-ambientais dos movimentos indígenas.

Uma das perguntas mais importantes entre os estudiosos das ações coletivas dos movimentos indígenas é como e por que estes ganharam poder político em âmbitos nacionais e internacionais. Brysk (2000) argumenta que as ações políticas dos movimentos indígenas obtiveram êxito devido às suas identidades coletivas e à internacionalização de suas ações nos espaços políticos transnacionais. Yashar (1999) defende que, sob as novas políticas neoliberais, os povos indígenas confrontam as ideias de democracia, o que lhes permite se posicionarem no cenário político. Álvarez, Dagnino e Escobar (1998) opinam que a construção

de identidade e a política cultural permitem aos movimentos sociais (incluindo os indígenas) propor novas maneiras de fazer política. De outro lado, Varese (1996) considera que os povos indígenas se situam como atores políticos resultantes de suas ações de resistência.

Apesar de suas diferentes respostas e perspectivas, estas análises sobre movimentos indígenas têm em comum o reconhecimento de que estes se utilizaram dos espaços políticos — abertos recentemente na América Latina, durante a terceira onda de democratização² — para construir alianças que os introduziram nas arenas políticas nacionais e internacionais estabelecidas em momentos anteriores. Estas perspectivas de análise mostram como as ações dos povos indígenas se transformaram, desde as constituições dos Estados-nação até a instalação de líderes na política convencional; porém, não dão conta da relação entre movimentos indígenas e ambientalismo. Proponho, portanto, abordar tal relação incluindo o contexto do reconhecimento do multiculturalismo e o ambientalismo.

No âmbito internacional, os direitos indígenas foram reconhecidos por meio de aparatos legais internacionais, como a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Sobre este processo, Colchester afirma:

o direito internacional agora aceita que os povos indígenas gozem de direitos coletivos: a propriedade; o controle e o manejo de suas terras e territórios; o exercício de seu direito consuetudinário; a representação de si mesmos através de suas próprias instituições representativas. Também se reconhece que as leis, políticas e “desenvolvimento” não lhes devem ser impostos sem seu consentimento prévio e informado (Colchester, 2002: 2).

Desde o final da década de 1970, as ações políticas dos povos indígenas

² A terceira onda da democratização, ou o processo de promoção das democracias no mundo, a partir de 1974, possibilitou, na América Latina, o aumento da politização dos movimentos indígenas.

e os processos de construção de identidade estiveram relacionados à ecologia, ao ambientalismo e à conservação da biodiversidade, coincidindo com a internacionalização do direito ambiental. Considero que o surgimento da crise e da consciência ambiental criaram um novo contexto político, não apenas para os indígenas, mas também para movimentos sociais similares. Neste novo contexto, emergiu um discurso ambiental global baseado no conhecimento científico e em acordos e instituições ambientais supranacionais, como a Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB) e o *Global Environmental Facility* (GEF) administrado pelo Banco Mundial, responsáveis por começar a regular o meio ambiente de forma a construir a biodiversidade como uma “mercadoria global” (McAfee, 1999). Como a metáfora sugere, o discurso ambiental global tomou forma em termos econômicos, sob o marco dos mercados internacionais.

Os povos indígenas parecem estar cada vez mais “empoderados”, agora “livres” para estabelecer relações com as agências e corporações internacionais em “igualdade” de condições, dado que são atores com capacidade de ação, autorrepresentados, autônomos e com controle sobre seus territórios e recursos. As instituições privadas nacionais e transnacionais negociam, diretamente, com os povos indígenas, sem intervenção estatal, o uso de seus recursos naturais. No Equador, por exemplo, uma corporação petrolífera estabeleceu relações diretas com os Huarani, e uma transnacional farmacêutica fez o mesmo com os Awa. Ao mesmo tempo, há políticas internacionais, como as geradas pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), encarregada de estabelecer políticas para a “administração” dos direitos de propriedade intelectual dos indígenas. As políticas da CDB, conseqüentemente, relacionadas com a proteção do conhecimento “tradicional”³ (de povos

³ Em muitas situações, o termo *tradicional* chegou a ser sinônimo de *ancestral*. Usados indistintamente, ambos os vocábulos aludem a conhecimentos e práticas que os povos indígenas mantiveram consigo ao longo da história. No entanto, este texto optou por

indígenas e comunidades locais) foram deslocadas para o âmbito da OMPI. Este recente contexto ambiental gerou novas situações políticas que não se ajustam às análises anteriores sobre as ações políticas dos movimentos indígenas.

Portanto, o argumento é o de que as ações políticas dos povos indígenas e o surgimento das identidades ecológicas coincidem com a internacionalização do direito ambiental (a construção de uma ecogovernamentalidade) e o multiculturalismo, que fazem dos indígenas sujeitos que podem ter direitos sobre seus territórios e recursos para assim entrar no mercado ambiental. No entanto, estas situações e políticas estão em processo de formulação e podem ser manipuladas e transformadas pelos indígenas, ao proporem trocas e ganharem poder dentro dos discursos e políticas ambientais, situando assim novas formas (locais) de interação entre conhecimentos, concepções sobre natureza e o manejo de recursos naturais, que confrontam a globalização desde baixo, mediante a formulação de contraglobalizações ou contragovernabilidades.

Para analisar a relação entre indígenas e meio ambiente, parto da noção de governamentalidade até transformá-la em ecogovernamentalidade e estabeleço como esta se estrutura com o surgimento de uma nova formação discursiva (o ambientalismo), o multiculturalismo, os direitos indígenas e ambientais, e uma governabilidade global.

O surgimento da consciência ambiental pode ser considerado como o marco de início de uma nova formação discursiva (de acordo com o conceito de discurso de Foucault), que produz um grupo de orações e proporciona uma linguagem para se falar sobre — uma maneira de representar o conhecimento sobre — os atores “ecológicos” e o ambiente. O discurso, na perspectiva de Foucault, está relacionado com as representações como uma fonte de produção de conhecimento social

citar entre aspas a palavra “tradicional” nas ocasiões em que não é esta sua acepção, mas ao contrário, carrega a ambiguidade do imaginário associado ao *nativo ecológico*.

que, por sua vez, está relacionado com as práticas sociais e as questões do poder. Para Foucault, a análise das representações tem que estar centrada na produção do conhecimento através de discursos dentro de contextos históricos e sociais específicos.

O discurso global ambiental em questão se caracteriza por uma determinada maneira de pensar sobre o “meio ambiente” e se expressa em vários textos, práticas, condutas, políticas, disciplinas e objetos que compartilham as mesmas regras ou, nas palavras de Foucault, pertencem à mesma formação discursiva. Assim, o meio ambiente foi convertido no novo espaço de conhecimento que chama por uma governabilidade técnica especial. Esta situação possibilitou o início de uma governamentalidade específica, a ecogovernamentalidade (Foucault, 1991b).⁴ Foucault entende governamentalidade como:

1. O conjunto constituído por instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer esta forma tão específica, tão complexa de poder, que tem como meta principal a população; como forma primordial de saber, a economia política; como instrumento técnico essencial, os dispositivos de segurança.
2. A tendência, a linha de força que, em todo o ocidente, não deixou de conduzir, desde muitíssimo tempo, à preeminência deste tipo de poder que se pode chamar “governo” sobre todos os demais: soberania, disciplina; levando, por sua parte, ao desenvolvimento de uma série de aparatos específicos de governo e, por outra, ao desenvolvimento de toda uma série de saberes.
3. O processo ou, melhor dizendo, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, convertido nos séculos XV e XVI em Estado administrativo, se viu pouco a pouco “governamentalizado” (Foucault, 1999: 195).

⁴ O conceito de governamentalidade de Foucault foi usado para analisar e criticar os discursos ambientais: governamentalidade ecológica (*ecological governmentality*), por Rutherford [1999]; governamentalidade ambiental (*environmental governmentality*), por Darier [1999]; e ambientalidade (*environmentality*), por Luke [1999b]. Utilizo o conceito de ecogovernamentalidade de maneira similar, no entanto me centro na relação histórica entre os indígenas, o ambientalismo e a ecogovernamentalidade, enfoque não desenvolvido anteriormente.

Watts sintetiza o conceito de governamentalidade como

todos os projetos ou práticas que objetivam dirigir os atores sociais a se comportarem de uma maneira particular e com fins específicos, em que a política governamental é apenas um dos meios de regular ou dirigir tais ações (Watts, 1993-1994).

Sob este conceito, defino a ecogovernamentalidade como todas as políticas, discursos, conhecimentos, representações e práticas ambientais (locais, nacionais e transnacionais) que interagem com o propósito de dirigir os atores sociais (corpos verdes) a pensar e se comportar de maneiras particulares, com fins ambientais específicos (desenvolvimento sustentável, segurança ambiental, conservação da biodiversidade, acesso a recursos genéticos, entre outros). Nesta ecogovernamentalidade, as organizações ambientais (governamentais e ONGs), os atores sociais (inclusive os povos indígenas e suas políticas culturais e ambientais), os ambientalistas e as comunidades científicas, entre outros, são agentes no processo para regular e dirigir as ações sociais de acordo com lógicas e discursos que contribuem para o desenvolvimento de uma concepção emergente de governamentalidade ambiental global. No entanto, isto implica em negociações e conflitos, assim como acordos.

Ao acompanhar Gupta e Luke, argumento que esta nova ecogovernamentalidade constrói políticas, discursos e práticas nacionais e internacionais que induzem os povos indígenas a um novo circuito de produção e consumo verde. Gupta considera que

poderíamos estar assistindo ao nascimento de um novo regime de disciplina em que a governamentalidade se desliga do Estado-nação para instituir-se em uma nova escala global. Neste projeto, o ambientalismo global vem, conjuntamente com outros acordos globais e tratados, e com as instituições responsáveis pelo monitoramento e pelo cumprimento destes “convênios”, para regulamentar a relação entre as pessoas e as coisas em uma escala global (e não simplesmente internacional) (Gupta, 1998: 321).

De maneira similar, Luke ressalta como

os ambientes, portanto, emergem com o biopoder, como uma parte essencial da constituição do “homem” moderno, agora convertido em pretexto para regular a vida através da política (Luke, 1999a: 129).

O ambientalismo assumiu diferentes posições, tendências e concepções. No entanto, o problema global da crise ambiental gerou uma resposta global única. Esta criou processos de controle resultantes em ações globais que transcendem interesses e concepções locais, gerando uma série de interdependências entre o local e o global.

O processo de globalização do ambientalismo teve início entre o final da década de 1960 e o começo da de 1970, momento em que, para resolver problemas humanos de degradação ambiental, foi preciso inovar nas soluções nacionais, no conhecimento especializado, nas práticas sociais e, principalmente, na participação internacional.

Os problemas ambientais servem de desculpa para “soluções” globais e processos de universalização de estratégias de manejo do meio ambiente. Sob esta tendência ambiental, todos os humanos, supostamente iguais e sem distinção de classe, gênero ou etnia, compartilham um “futuro comum” e a tarefa de sanar os problemas ambientais. Organismos multilaterais, ONGs ambientalistas internacionais, companhias transnacionais — somente para nomear alguns — assumiram a tarefa “altruísta” de salvar o planeta. No entanto, estes processos globais geram uma grande interdependência entre os diferentes atores e países (uma governabilidade global), para assim poder regular e resolver problemas ambientais, como o crescimento da população, a segurança alimentar e a perda de recursos genéticos que, a propósito, são considerados os maiores problemas do chamado “Terceiro Mundo”. Ao que parece, esta ecogovernamentalidade determina, inclusive, práticas ambientais cotidianas no interior das

relações desiguais de poder. Dentro desta mentalidade, os indígenas são introduzidos em novos circuitos de produção e consumo verde, nos quais seus conhecimentos e práticas começam a ser reconhecidos.

Desta maneira, a ecogovernamentalidade também está ligada a políticas do multiculturalismo que a retroalimenta, como expressou Hale ao estabelecer que o reconhecimento do multiculturalismo está também relacionado com as políticas neoliberais que abraçam os direitos de reconhecimento e defendem que

o Estado não somente “reconhece” a comunidade, a sociedade civil, as culturas indígenas e similares, mas também as constitui à sua própria imagem, ativamente desviando-as de excessos radicais, incitando-as a realizar o trabalho de formação do sujeito, que de outra maneira recairia ao Estado (Hale, 2002: 496).

Um dos exemplos do processo de disseminação do multiculturalismo é a maneira como a Convenção nº 169 da OIT eliminou algumas das barreiras que historicamente impediam os indígenas de assentir com os direitos humanos. A convenção também permitiu o reconhecimento de direitos indígenas de autodeterminação e autonomia, e o início da necessidade de participação política por meio das organizações e de representantes indígenas nos processos de planejamento, discussão e desenvolvimento dos projetos que afetam os territórios e vidas indígenas.

De outro lado, desde os anos 1970, os direitos e normas relacionados aos povos indígenas e ao ambiente começaram a ser reconhecidos nos âmbitos nacionais e internacionais. Direitos que estão conectados e se reforçam mutuamente. O ambientalismo invoca o nativo ecológico como um ator essencial em seus discursos e os povos indígenas afirmam que sua contribuição cultural aos discursos ambientais está pautada em seu respeito à natureza (Ulloa, 2001). Desta forma, estes dois processos (reconhecimento dos direitos indígenas e ambientalismo), nos âmbitos legal e político, compartilham as seguintes características: estão

em construção, têm limitações em seu alcance e contêm concepções contraditórias acerca dos direitos de propriedade intelectual sobre os recursos naturais (Flórez, 2001).

Considero que estamos diante de uma ecogovernamentalidade em que as regulações relativas às novas discussões de biodiversidade e desenvolvimento sustentável se apresentam como necessárias para a defesa do planeta (a Mãe Natureza) e seus recursos naturais através do desenvolvimento sustentável. Dentro desta nova ecogovernamentalidade, a Colômbia e os povos indígenas em geral, e os povos indígenas de Sierra Nevada de Santa Marta (SNSM) em particular, tiveram um papel destacado, dado que seus territórios e recursos naturais agora são parte dos *hot spots* da biodiversidade, temas centrais deste discurso global ambiental.

A ecogovernamentalidade produz a ideia de “grupo étnico” como minoria autocontida, reforçada sob a ideia de uma territorialidade e soberania nos termos do modelo do Estado-nação, mas em uma escala micro, dentro do processo de reconhecimento de seus direitos. Estas situações permitiram aos povos indígenas se redefinirem como micronações, habilitadas a negociar com as corporações e políticas transnacionais seus recursos, territórios e conhecimentos, sob o risco de serem assimilados pelos modelos neoliberais, acima do Estado nacional. No entanto, considero que a construção das identidades ecológicas propicia também novas ideias e alternativas aos processos de globalização econômica e ao modelo neoliberal no tocante a território, autonomia e “natureza”.

O surgimento da ecogovernamentalidade, relacionada às políticas ambientais globais e ao reconhecimento do multiculturalismo, implica em novas situações e contradições, dentro das quais considero três de destacada relevância para o contexto aqui analisado: a relação entre soberania nacional e autodeterminação indígena, o posicionamento de novas concepções de natureza e a separação dos direitos ambientais dos direitos dos povos indígenas.

Uma das principais contradições da nova ecogovernamentalidade é a maneira paralela pela qual as políticas ambientais reforçam a ideia de propriedade individual dos recursos naturais, enquanto reconhecem, simultaneamente, os direitos de propriedade intelectual coletiva dos povos indígenas. O reconhecimento da biodiversidade como uma nova mercadoria que pode ser medida, contada e comprada, gera novas situações econômicas e culturais para eles. Estas situações permitiram sua presença em espaços internacionais, pois eles têm territórios com alta biodiversidade, implicando reconhecimento transnacional do direito coletivo dos povos indígenas sobre seus territórios e recursos, podendo manejar e controlar seus territórios de maneira soberana.

Em termos geográficos, a biodiversidade se localiza principalmente nos países do “Terceiro Mundo”, e estes demandam sua soberania sobre seus recursos, especificamente sobre os recursos genéticos, fazendo com que as corporações transnacionais tenham que negociá-los através do Estado. Devido às novas conotações dos recursos naturais, os países do “Terceiro Mundo” estão reforçando tanto os direitos dos povos indígenas, como suas leis sobre a soberania e o controle territorial (desmontando gradualmente seus direitos), para resistir às políticas neoliberais de fragmentação. Apesar de os próprios Estados praticarem as políticas que rompem com o modelo do Estado-nação, ao implementarem a descentralização e a participação transnacional, nos âmbitos locais (como é o caso do reconhecimento dos direitos dos povos indígenas), eles também têm que resistir, simultaneamente, a estas próprias políticas, pois poderiam perder sua soberania sobre a territorialidade e a biodiversidade nacional.

Estas dinâmicas entre o multiculturalismo nacional e transnacional, as políticas ambientais que reconhecem os direitos indígenas e a legislação global ambiental baseada nos direitos de propriedade, desenhados para proteger a biodiversidade, afetam a ideia de soberania sobre os

recursos naturais. As legislações nacionais reconhecem cada vez mais a ideia do multiculturalismo e os direitos indígenas de decidir sobre o manejo dos recursos naturais e seus territórios, significando que podem atuar em conjunto com as corporações transnacionais, situação que pode anular o poder estatal nestas negociações. Os povos indígenas estão “empoderados” para estabelecer negociações com as corporações transnacionais, reconhecendo seus recursos como o fazem as nações soberanas, contradizendo as políticas neoliberais de redução do poder estatal ao criar (reconhecer) múltiplas micronações com poderes em microescala.

Outra contradição vem das noções sobre a natureza. A ideia de biodiversidade está fundamentada na noção de “recurso genético”, e este assumiu duas formas nos discursos ambientais: “um produto natural” e “uma construção cultural”. Estas concepções são diferentes, pois se baseiam em conceitos opostos sobre a natureza (a natureza primitiva e a natureza como fruto de uma construção cultural) e em enfoques teóricos diversos. No entanto, suas implicações são similares para os indígenas. Se o recurso genético é um “produto natural” pertence à humanidade, pois sempre esteve fora da ordem social, os indígenas devem compartilhar estes recursos com a humanidade. Se o recurso genético é fruto de uma “construção cultural”, pertence aos indígenas e estes possuem direitos de propriedade sobre os mesmos, que devem entrar em circuitos de comercialização e consumo, isto é, devem estar à disposição, novamente, da humanidade, mas desta vez mediados por um contrato legal. No último caso, o reconhecimento dos direitos indígenas permite uma alternativa mais produtiva para o manejo dos recursos naturais, mas concomitantemente implica reforço da tradição, pois a esperança da manutenção perpétua de tais recursos, na pretensão ecológica, está associada à manutenção do manejo “tradicional”. Ao mesmo tempo, é necessário colecionar biodiversidade e recursos genéticos, remetendo-

se aos processos coloniais e aos inventários orientados a mercados específicos.

Por fim, apresento outra contradição entre dois processos: o reconhecimento dos direitos indígenas e dos direitos ambientais. Apesar de ambos terem sido ratificados no âmbito internacional e nacional de maneira quase paralela, seu desenvolvimento e implementação quase sempre são desconhecidos. Assim mesmo, as análises jurídicas evidenciam como as noções básicas de sustentação dos direitos dos povos indígenas não estão aplicadas em toda sua extensão, pois não os reconhece completamente como povos. De outro lado, as ações ambientais estão restritas pelas noções de desenvolvimento sustentável que partem de uma noção moderna de natureza distinta da noção de progresso proposta pelos indígenas.

Segundo McAfee (1999) e Gupta (1998), o reconhecimento dos saberes e direitos indígenas está ligado a seu potencial econômico. Neste sentido, os conhecimentos e territórios indígenas não são reconhecidos por seu valor cultural, mas de acordo com os interesses dos novos mercados verdes. Ainda mais, parece que quando a natureza se transforma em uma mercadoria global (McAfee, 1999; Gupta, 1998; Sachs, 1999), as práticas e conhecimentos indígenas são reconhecidos somente porque são valiosos neste novo ecomercado livre.

Além disso, os povos indígenas devem realizar suas práticas sob os parâmetros da segurança ambiental, reproduzindo os padrões internacionais de desenvolvimento sustentável, baseados na ideia de um mercado “livre” (McAfee, 1999). Os projetos de desenvolvimento sustentável introduzidos no “Terceiro Mundo” geralmente impõem um manejo global dos recursos naturais.

Estas contradições e relações induzem a uma série de questionamentos: Quem negociará com estas novas situações (territorialidade e autonomia indígenas)? Em quais espaços ocorrerá, ou ocorre, a inter-relação dos

povos indígenas com as corporações multinacionais? Os indígenas estão ganhando ou perdendo dinheiro? O que ocorrerá quando todos os recursos dos territórios indígenas já tiverem sido negociados nos ecomercados ou no eco e etnoturismo? O que acontecerá com esta particular “identidade ecológica” dos povos indígenas após ser consumida pelos mercados nacionais e internacionais? Quais serão as estratégias para negociar em novos contextos, nos quais todos os recursos e conhecimentos podem ser comprados e vendidos? Como estará baseado o poder político indígena? Quais serão suas opiniões? Se os indígenas estão sob e dentro do mercado verde (produtos ecológicos e orgânicos), quanto tempo mais durará a era ecológica? De fato, vários pesquisadores e militantes dos movimentos ambientais sustentam que a era verde está terminando. Por fim, os indígenas estão propondo uma contraglobalização, contragovernamentalidade ou modernidades alternativas, ou estão sob uma ecogovernamentalidade hegemônica?

Tradução do espanhol por Gabriel Passetti

Bibliografia

ÁLVARES, Sonia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (orgs.) (1998). *Cultures of Politics, Politics of Cultures. Re-visioning Latin America Movements*. Boulder: Westview Press.

BENGOA, José (2000). *La emergencia indígena en América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica.

BROSIUS, J. Peter (1999). “Green Dots, Pink Hearts: Displacing Politics from the Malaysian Rain Forest”. In: *American Anthropologist*, vol. 101, nº 1.

BRYSK, Alison (2000). *From Local Village to Global Village: Indian Rights and International Relations in Latin America*. Stanford: Stanford University Press.

COLCHESTER, Marcus (2002). “Indigenous Right and the Collective Conscious”. In: *Anthropology Today*, vol. 18, nº 1, fevereiro, pp. 1-3.

CONKLIN, Beth (1997). “Body Paint, Feathers, and Vcr: Aesthetics and Authenticity in Amazonian Activism”. In: *American Ethnologist*, vol. 24, nº 4, pp. 711-737.

____ (2002). “Shamans versus Pirates in the Amazonian Treasure Chest”. In: *American Anthropologist*, vol. 104, nº 4, pp. 1050-1061.

CONKLIN, Beth; GRAHAM, Laura (1995). “The Shifting Middle Ground: Amazonian

- Indians and Eco-Politics”. In: *American Anthropologist*, vol. 97, n° 4, pp. 695-710.
- DARIER, Éric (org.) (1999). *Discourses of the Environment*. Oxford: Blackwell Publishers.
- FERGUSON, James; GUPTA, Akhil (2002). “Spatializing States: Toward an Ethnography or Neoliberal Governmentality”. In: *American Ethnologist*, vol. 29, n° 4, pp. 981-1002.
- FLÓREZ, Margarita (2001). “Protección del conocimiento tradicional y tatamio legal internacional de los pueblos indígenas”. Bogotá: Icanh, manuscrito.
- FOUCAULT, Michel (1982). *La imposible prisión: debate con Michel Foucault*. Barcelona: Editorial Anagrama.
- ___ (1991a). “Questions of Method”. In: BURCHEL, Graham; GORDON, Colin; MILLER, Peter (orgs.). *The Foucault Effect: Studies in Governmentality*. Chicago: University Chicago Press.
- ___ (1991b). “Governmentality”. In: BURCHEL, Graham; GORDON, Colin; MILLER, Peter (orgs.). *The Foucault Effect: Studies in Governmentality*. Chicago: University Chicago Press.
- ___ (1999). “La ‘gubernamentalidad’”. In: *Estética, ética y hermenéutica. Obras esenciales*. Barcelona: Paidós, vol. III.
- GUPTA, Akhil (1998). *Postcolonial Developments. Agriculture in the Making of Modern India*. Durham: Duke University Press.
- HALE, Charles. “Does Multiculturalism Menace? Governance, Cultural Rights and the Politics of Identity in Guatemala”. In: *J. Latin Am. Stud.*, vol. 34, 2002, pp. 481-524.
- LUKE, Timothy (1999a). *Capitalism, Democracy, and Ecology*. Urbana e Chicago: University of Illinois Press.
- ___ (1999b). “Environmentality as Green Governmentality”. In: DARIER, Éric (org.). *Discourses of the Environment*. Oxford: Blackwell Publishers.
- MCAFEE, Kathleen (1999). “Selling Nature to Save it? Biodiversity and Green Developmentalism”. In: *Society and Space*, vol. 17, n° 2.
- RAMOS, Alcida (1998). *Indigenism: Ethnic Politics in Brazil*. Madison: University of Wisconsin Press.
- ___ (2002). “Cutting Through State and Class: Sources and Strategies of Self-representation in Latin America”. In: WARREN, Kay; JACKSON, Jean (orgs.). *Indigenous Movements, Self-representation, and the State in Latin America*. Austin: University of Texas Press.
- RUTHERFORD, Paul (1999). “Ecological Modernization and Environmental Risk”. In: DARIER, Éric (org.). *Discourses of the Environment*. Oxford: Blackwell Publishers.
- SACHS, Wolfgang (1999). *Planet Dialectics. Exploration and Environment & Development*. Londres: Zed Books.
- ULLOA, Astrid (2001). “El nativo ecológico. Movimientos indígenas y medio ambiente en Colombia”. In: ARCHILA, Mauricio; PARDO, Mauricio (orgs.). *Movimientos sociales, Estado y democracia em Colombia*. Bogotá: Icanh, CES, Universidad Nacional de Colombia.
- ___ (2003). “The Ecological Native: Indigenous Movements and Eco-governmentality in Colombia”. Dissertação. Irvine: Departamento de Antropologia da Universidade da California.

VARESE, Stefano (1996). “The New Environmentalist Movement of Latin America Indigenous People”. In: BRUSH, Stephen B.; STABINSKY, Doreen (orgs). *Valuing Local Knowledge. Indigenous People and Intellectual Property Rights*. Washington: Island Press.

WATTS, Rob (1993-1994). “Government and Modernity: An Essay in Thinking Governmentality”. In: *Arena Journal*, nº 2.

YASHAR, Deborah (1999). “Democracy, Indigenous Movements, and the Postliberal Challenge in Latin America”. In *World Politics*, vol. 52, nº 1, pp. 76-104.

A vida emocional do poder governamental

Elaine Campbell

Professora de Criminologia na Escola de Geografia, Política e Sociologia Claremont Bridge, New Castle University, Reino Unido.

RESUMO:

Este artigo problematiza alguns dos princípios-chave da tese da governamentalidade e questiona seus pressupostos centrais sobre formas de racionalidade, processos de subjetivação e condições de possibilidade para a conduta ética. Também nos leva a reconsiderar os princípios da governança neoliberal contemporânea, suas “racionalidades de governo”, tecnologias e aparatos, a maneira como estes trabalham para capturar tanto corações quanto mentes e ainda como promovem uma arte de governar “emocionalizada”, a ponto de podermos falar, apropriadamente, de “emocionalidades de governo”.

Palavras-chave: Governamentalidade, emocionalidades, justiça criminal, segurança, confiança.

ABSTRACT:

This paper problematises some of the key tenets of the governmentality thesis and questions its core assumptions about forms of rationality, processes of subjectivation and the conditions of possibility for ethical conduct. It also prompts us to reconsider the tenets of contemporary neo-liberal governance, its “rationalities of rule”, technologies and apparatuses, how these work to capture hearts as well as minds, and how these may promote an, emotionalised art of government such that we might properly speak of “emotionalities of rule”.

Keywords: Governmentality, emotionalities, criminal justice, security, confidence.

Introdução

Estudos em governamentalidade expandiram nosso entendimento sobre como as estratégias de regulação neoliberais governam por meio de escolhas autorreguladas, empresariais e competitivas, de indivíduos autônomos que exercitam racionalidade econômica, política e social nas escolhas que fazem e decisões que tomam. Como coloca Burchell,

cada vez mais o governo invade o que há de mais individual nos indivíduos, as relações práticas que estes têm consigo mesmos na condução de suas vidas; *ele os afeta intimamente, fazendo da sua racionalidade a condição para a liberdade ativa destes indivíduos* (Burchell, 1996: 30).

Nas considerações foucaultianas sobre o neoliberalismo, encontramos, consistentemente, uma cidadania formada por sujeitos responsáveis que se autointegram na miríade dos “regimes calculistas”, inscrevem-se em suas próprias maneiras privadas de “administração de riscos” e adotam a ética do “utilitarismo” para maximizar seus estilos de vida e, assim, tomá-los (por engano)¹ como produto de suas escolhas pessoais. De acordo com esta descrição, parece que os sujeitos neoliberais possuem uma relação puramente instrumental consigo mesmos e com os outros; as identificações com tecnologias e práticas governamentais e a obrigação de se alinhar a elas são representadas por uma relação puramente cognitiva. Não tenho dificuldade em aceitar o ponto de vista de que a figura do cidadão autorrealizado é “a característica mais fundamental, e mais generalizável, dessas novas racionalidades de governo” (Rose, N., 1996a: 60), mas o que é subestimado, e mais amplamente ignorado nesta perspectiva, é a possibilidade de um sujeito neoliberal que é “realizado”

¹ Na versão original, encontra-se a expressão *(mis)take*. A autora joga com as palavras *take* e *mistake*, que significam tomar e tomar por engano, respectivamente (N.T.).

por algo diferente da razão governamental (assim como por esta). Em resumo, a tese da governamentalidade parece dar pouca importância para indivíduos responsabilizados que podem “decifrar, reconhecer e admitir a si mesmos como sujeitos de desejo” (Foucault, 1984: 5), e cujos afetos, portanto, constituem um lugar-chave para o exercício do poder governamental.

Esta perspectiva acompanha e se baseia no influente trabalho de Rose a respeito da genealogia de si, no qual ele expõe “as tecnologias e técnicas que sustentam pessoalidades — identidade, personalidade, autonomia e individualidade — em seus lugares” (Rose, N., 1996b: 2). Rose admite que desejos, paixões, sentimentos e emoções integram essas tecnologias, mas não oferece explicação teórica para tanto e tampouco fornece ferramentas conceituais para a compreensão das relações governamentais da vida afetiva. No mesmo sentido, e inspirada na filosofia spinoziana,² uma série de trabalhos acadêmicos³ consolidou o que Patricia Clough identificou como “inflexão afetiva” nas humanidades e ciências sociais (Hardt, 2007: IX). No entanto, foi a partir da coleção de ensaios originais editada por Clough e Halley que o afeto foi teorizado como algo que possui potencial político dentro das relações de poder — uma perspectiva que vai além da suposição de Massumi do afeto como “pré-social”⁴. Como sugere o subtítulo da coleção, trata-se de uma série de

² SPINOZA, B., “Ethics”. In: CURLEY, E. (ed). *Complete works, part 3*. Princeton, Princeton University Press, 1985. DELEUZE, G. *Expressionism in philosophy: Spinoza*. New York: Zone Books, 1990.

³ Ver, por exemplo: SEDGEWICK, Eve Kosofsky e FRANK, Adam (eds) (1995). *Shame and its sisters: a Silvan Tomkins Reader*. Durham, NC: Duke University Press. HARDT, Michael (1999). “Affective labour”. In: *Boundary 2*, 26:2. Durham, NC: Duke University Press, pp. 89-100. BERLANT, Lauren (2000). *Intimacy*. Chicago: University of Chicago Press. MASUMI, Brian (2002). *Parables of the virtual: movement, affect, sensation*. Durham, NC: Duke University Press. AHMED, Sara (2004). *The Cultural Politics of Emotion*. Edinburgh: Edinburgh University Press.

⁴ Sobre esta discussão, ver: CLOUGH, Patricia Ticineto (2007). “Introduction”. In: CLOUGH, Patricia Ticineto e HALLEY, Jean (eds). *The affective turn: theorizing the social*. Durham, NC: Duke University Press, p. 2.

ensaios que percebe a inflexão afetiva como necessária, senão central, para “teorizar o social”, e que explora a vida afetiva, *inter alia*, da organização sexual do trabalho, da formação em saúde, da diáspora coreana, das tecnologias cinematográficas e da moda. É neste viés que o presente artigo utiliza o domínio da justiça criminal, da segurança e do controle do crime, em uma época de risco e incerteza, como lente através da qual investiga a vida emocional do poder governamental.

Em vários aspectos, focar a vida emocional problematiza alguns dos princípios-chave da tese da governamentalidade e nos leva a questionar alguns dos seus principais pressupostos sobre as formas de racionalidade, processos de subjetivação e condições de possibilidade para a conduta ética. Também nos leva a reconsiderar os princípios da governança neoliberal contemporânea, suas “racionalidades de governo”, tecnologias e aparatos, a maneira como estes trabalham para capturar tanto corações quanto mentes e também como podem promover uma arte de governar “emocionalizada”⁵. Essa discussão está dividida em três partes. A primeira explora formas de racionalidade e abre espaço para pensar a relação mutuamente sustentável entre cognição e afetividade, entre as capacidades instrumentais e expressivas do sujeito de poder. A discussão se desloca para a análise dos processos de subjetivação, com atenção especial à problemática da “dessubjetivação do sujeito” de Foucault. Ao utilizar como referencial a noção deleuziana de “dobra”, a terceira parte da discussão lança mão de um estudo de caso que explora os domínios

⁵ A autora utiliza os termos *emotionalised* e *emotionalities* para formar duplos com as palavras *rationalised* e *rationalities*, respectivamente. A tradução para o português, no entanto, encontra dois obstáculos. O primeiro é a inexistência de uma palavra que corresponda diretamente a *emotionalised*, cuja tradução mais próxima seria emocionada, enquanto *emotionalities* poderia ser traduzida por emoções. Em decorrência disto, o segundo obstáculo é que o duplo trabalhado pela autora ao longo do texto se perde caso sejam feitas estas opções. Como *emotionalised* e *emotionalities*, a rigor, não pertencem ao vocabulário formal da língua inglesa e são derivações que a autora faz da palavra *emotion*, optou-se aqui por manter o já referido duplo, operando também por derivações não formais em português da palavra emoção (N.T.).

afetivos da confiança e do respeito para sugerir maneiras como essas subjetividades do afeto constituem um lugar-chave para o exercício do poder governamental. O estudo de caso enfoca um período de interesse governamental intensificado, e altamente mediado, pela liberdade, pela proteção (de riscos) e pela minimização de danos e ameaças de perigos externos. Apesar de se referir a um ano particularmente agitado no Reino Unido, 2006, o estudo de caso explora uma série de modos contemporâneos de governar que de maneira alguma são excepcionais, mas mecanismos governamentais bastante típicos, implantados em nome da segurança, e que pretendem tranquilizar a opinião pública e restaurar nela a confiança e o respeito pelos sistemas de governo.

1. Formas de racionalidade

O interesse de Foucault pela racionalidade não deve ser confundido com a concepção e a análise weberiana de racionalidade enquanto processo histórico e global. Como aponta Smart, para Weber, o processo de racionalização permeou todas as esferas da vida social a tal ponto que ele o afirmou como principal característica definidora da modernidade (Smart, 2004: 138). Ao contrário, e às vezes para se defender da alegação que seu trabalho “se resume a um único e mesmo processo de racionalização meta-antropológico ou meta-histórico” (Foucault, 1991: 78), Foucault enfatiza a contextualização e a variedade histórica de diferentes formas de racionalidade, suas funções específicas e efeitos. Portanto, de todas as formas que a “racionalidade” pode assumir, a forma globalizante, trans-histórica e universal não está entre elas. Pelo contrário, “racionalidades de governo” são maneiras específicas de pensar sobre como governar em tempos e lugares específicos. Não se trata de formular e implementar um projeto grandioso extraído da análise política e filosófica, ou de impor um esquema de lógica governamental sobre

uma realidade imperfeita. “Racionalidades” são discursivas; elas propõem estratégias, sugerem reformas, identificam problemas, recomendam soluções e constituem uma série de suposições, instruções e pressupostos que são encapsulados em discursos e saberes que guiam, induzem e informam nossas maneiras de estar no mundo. Segundo Rose, “essas racionalidades... operam menos pela descrição do mundo do que pela sua concepção e realização sob uma descrição específica” (Rose, N. 1999: XXII). Lemke usa a expressão “pragmática de governo” (Lemke, 2002: 55) e prossegue afirmando que a racionalidade política não é um tipo de saber puro e neutro, sequer é exterior ao saber, mas é “ele mesmo um elemento de governo que ajuda a criar um campo discursivo no qual exercer o poder é ‘racional’” (Idem). O uso que Lemke faz das aspas para indicar a ambiguidade do “racional” é significativo aqui. Ele chama a atenção para a rejeição de Foucault diante de qualquer noção de ideal, de razão transcendental que pode ser contraposta à desrazão ou à irracionalidade. Foucault descreve tal exercício comparativo como sem sentido (Foucault, 1982: 210) e confronta formas corporais e carcerárias de penalidade para colocar a questão:

A cerimônia da tortura pública não é, em si, mais irracional que o aprisionamento em uma cela; mas é irracional no sentido de uma prática penal que envolve novas maneiras de calcular sua utilidade, justificando-a, graduando-a, etc. (Foucault, 1991: 79).

A recusa de Foucault em avaliar sistemas de penalidade por um critério de racionalidade científica é típico de uma compreensão pós-moderna que considera razão e lógica “no mesmo pé” que mito e magia (Latour, 1988: 146-150). No entanto, a tipificação de Foucault é de curta duração e ele acompanha as perspectivas pós-modernas sobre “racionalidade” ao insistir que deveríamos restringir o “uso dessa palavra a um sentido instrumental e relativo” (Foucault, 1991: 79). Embora repita aqui a importância da especificidade do contexto, ele, não obstante, substitui

instrumentalismo por “razão” como critério de “racionalidade”. Para os persuadidos pelo pós-modernismo, maneiras instrumentais ou objetivas de “racionalizar” são especialmente repreensíveis, uma vez que enfatizam utilidade, eficiência, confiabilidade, durabilidade, superioridade, às custas de valores expressivos e formas sensíveis da existência humana. Até mesmo comentadores modernos reclamam que Foucault é “excessivamente instrumental e objetivo” (Garland, 1990: 3) ou, pior, que ele adere a uma “dogmática funcionalista” (Idem: 4).

Todavia, muitas das evidências para estas acusações enfocam seu trabalho teórico sobre o biopoder e o poder disciplinar, sugerindo que, enquanto a crítica pode ser analiticamente persuasiva, ela é, no entanto, específica aos estudos genealógicos de Foucault e é de fundamental relevância para o seu foco contemporâneo na sociedade disciplinar, na biopolítica, na vigilância e no panoptismo. De maneira similar, a assertiva autoincriminadora de Foucault sobre o ethos utilitário das “racionalidades” não deve ser superestimada ou tomada como sua única ou última palavra sobre o assunto. É questionável, por exemplo, se, ao usar o termo “instrumental”, Foucault está se referindo a um ambicioso esquema de cálculo, utilidade tecnocrática, ou a algo mais modesto, como as qualidades “práticas” ou “exequíveis” das técnicas governamentais, discursos e práticas, em suas experiências imediatas — “racionalidades”, então, como uma espécie de “como” ou “habilidade” cotidiana. Essa interpretação não exclui, portanto, a consideração do que podemos chamar utilmente de “emocionalidades de governo” — que são formas discursivas e materiais que pretendem e supõem maneiras específicas de *sentir* o mundo. Podemos sugerir, então, que “racionalidades de governo” seja um conceito mais inclusivo do que vem sendo apontado até agora, e se refere a todas as formas de tecnologias e aparatos governamentais que tornam viáveis como pensar, como agir e como sentir.

Por motivos puramente nominais, vamos nos referir aos processos que

sustentam a vida emocional do poder governamental como “emocionalidades de governo”. Não se trata de uma oposição a “racionalidades de governo”, mas da ênfase em um quadro inclusivo de referências que reconhece a relação mutuamente sustentável entre o cognitivo e o instrumental, de um lado, e o afetivo e o expressivo, de outro. Em outras palavras, para que os sujeitos neoliberais *pensem* diferente sobre as escolhas e decisões que podem fazer, eles também precisam aprender a *sentir* diferente a respeito delas.

2. Processos de subjetivação

Muitos estudiosos foram rápidos em apontar como a governamentalidade reconhece a multidimensionalidade das relações de poder e sugerem que essa tese supera muito do que foi considerado como o foco unidimensional de Foucault sobre o poder disciplinar e as forças de dominação (McNay, 1994; Patton, 1998). Como coloca Lemke, a noção de governamentalidade tem “potencial inovador” na medida em que ela reconhece como o poder é, ao mesmo tempo, uma força de objetivação e subjetivação, e traz à tona a ideia de um sujeito constituído-constituente permanentemente posicionado no interstício entre o poder individualizante e a liberdade individual (Lemke, 2001: 191). McNay sugere que uma das vantagens analíticas do conceito de Foucault de poder governamental, mais do que o de poder disciplinar, é que ele introduz a ideia de um sujeito ativo que possui capacidade de resistir às “forças individualizantes e totalizantes das estruturas modernas de poder” (McNay, 1994: 123).

Dotada de capacidade de resistência, a cidadania formada por sujeitos (neo)liberais está apta, portanto, a transformar, subverter e desafiar relações governamentais de todos os tipos — da recusa em fazer uma dieta saudável à escusa em ser testemunha de um crime, passando pela

rejeição da necessidade de reciclar o lixo em nome da proteção do meio ambiente. Implicitamente, assim, resistência se configura como um problema de escolha autorrefletida ou de motivação pessoal para escolher, ignorar ou se dissociar de tecnologias e práticas específicas. Isso se encaixa facilmente no interior de um modelo produtivo, de ação autônoma, mas é difícil enquadrá-lo na ideia de Foucault de subjetivação, que denota a natureza dialética entre coação e liberdade — que “o sujeito se constitui por meio de práticas de sujeição ou, de um jeito mais autônomo, por meio de práticas de liberação, de liberdade” (Foucault, 1989: 313). McNay reclama que Foucault não oferece explicação satisfatória e que ele oscila “entre momentos de determinismo e de voluntarismo” (McNay, 2000: 9). Butler é crítica do termo “subjetivação”, enxergando-o como paradoxal uma vez que “denota tanto o devir do sujeito quanto o processo de sujeição — habita-se a figura da autonomia apenas ao se tornar sujeito a um poder, uma sujeição que implica uma dependência radical” (Butler, 1997: 83). Tie aponta que o sujeito construído por Foucault encontra-se em uma difícil relação consigo mesmo, uma vez que a autorreflexão é incapaz de “atingir uma resistência radical, distanciada criticamente dos termos de sua construção” (Tie, 2004:164).

A insuficiência de Foucault em fornecer uma explicação torna difícil, então, distinguir entre as práticas de si que são impostas aos indivíduos por meio das sanções governamentais e normas de regulação e aquelas que expressam relações de resistência. Igualmente, não há base para compreender a natureza da obediência — ou ela é consequência da autorreflexão ou a realização de uma (perversa) adesão à sujeição. Em uma economia mista de relações de poder em que “sujeitos coletivos ou individuais se deparam com um campo de possibilidades no qual vários comportamentos, várias reações e diversas condutas podem ser percebidas” (Foucault, 1982: 221), processos de subjetivação jamais podem ser lineares ou homogêneos. Consequentemente, argumenta Tie, os efeitos cumulativos

dessa heterogeneidade não podem ser previstos e, na ausência de uma hermenêutica de si e de ação, as “possibilidades de ação de resistência sempre emergirão acidentalmente” (Tie, 2004: 165), em vez de por um processo reflexivo e crítico de realização pessoal.

A problemática da “dessubjetivação do sujeito” em Foucault continuou percorrendo sua analítica do poder e produziu um pensamento subsidiário que, por vários caminhos, esforça-se em teorizar subjetividades governamentais. Abordagens psicanalíticas têm lugar de destaque nestes trabalhos e as contribuições de Zizek, Butler e (a aplicação de) Lacan, Klein e Freud para entender as dimensões psíquicas do sujeito constituído-constituente possuem especial relevância. Em um eloquente e perspicaz artigo, Tie discute os relativos méritos dessas perspectivas ao sugerir que a cumplicidade dos “sujeitos” em suas subjetivações não pode ser compreendida puramente como efeito de seus posicionamentos discursivos. Ao contrário, sua cumplicidade tem uma “dimensão afetiva” (Idem: 161). O que interessa aqui é como essa “dimensão afetiva” é conceituada no interior daquelas teorias psicanalíticas específicas, e como ela é mobilizada enquanto exercício de poder. Zizek, por exemplo, fala de um “suplemento inconsciente” e postula um tipo de reserva subterrânea de sentimento que existe como Outro para o poder soberano, e que “fornece a *satisfação* que serve como o suporte não-conhecido de sentido” (Zizek apud Tie, 2004: 162). No entanto, é discutível o quão longe (ou se) a tese de Zizek se endereça adequadamente à questão da ação, mas isso é menos importante aqui do que sua formulação de “suplemento inconsciente”. Não está claro, por exemplo, porque “economias de prazer” são consideradas “extradiscursivas” e, portanto, colocadas em um domínio pré-linguístico do inconsciente. Isso parece sustentar uma posição essencialista que postula a noção de um domínio de emotividade pré-social, biológico e “extraconsciente”.

Enquanto isso, para Butler, a “realização pessoal” do sujeito constituente

ocorre em um momento de trauma induzido por uma contínua inabilidade de constituição de si como uma entidade coerente e completa. Butler aponta a interminável necessidade de reiterar “quem somos nós” como uma demonstração da incoerência da individualidade, um estado de interesses que emerge de um resíduo indisciplinado de vida psíquica “que excede os efeitos aprisionadores da demanda discursiva para habitar uma identidade coerente, para se tornar um sujeito coerente” (Butler, 1997: 83). A psique, em Butler, circula por zonas de ininteligibilidade, excede os requisitos da subjetividade e é disruptiva em relação a ela. Esta é uma descrição psicanalítica de resistência bastante familiar. Por exemplo, em Rose (Rose, J., 1987), o potencial disruptivo da psique é lido pela lente lacaniana de um “destino alienante” no qual o sujeito se apresenta permanentemente instável por meio da perda constitutiva da (possibilidade de) autoidentificação. Em Jefferson (1996; 1997), a ambivalência da individualidade de Mike Tyson (como um condenado por estupro, como um *superstar* do boxe, como um bastião da hipermasculinidade, como um “delinquente juvenil”, como um “viadinho”) é entendida por meio da noção Kleiniana de redução de ansiedade, um mecanismo de defesa psíquica. Tie invoca a ideia freudiana de “estranho” como “uma tonalidade especial de ansiedade” (Masschelein apud Tie, 2004: 170) que surge do “retorno de dilemas psíquicos não resolvidos” (Idem: 170) — como a realização daquilo que parecia familiar (um senso de si, por exemplo) e se transforma em algo perturbante e, quem sabe, prazerosamente estranho. De maneira similar, Butler aplicou o conceito de Freud de melancolia para entender o trauma da impossibilidade de formação coerente do sujeito; como ela coloca, “a melancolia que está na formação do sujeito (e, portanto, que sempre ameaça desorganizar e desestabilizar essa formação) sinaliza um sofrimento incompleto e insolúvel” (Butler, 1997: 23).

Em cada uma dessas considerações, a resistência do sujeito é localizada

em uma dimensão afetiva da vida psíquica — alienação, ansiedade, estranheza e melancolia. Desta forma, não fica claro como essas variedades psíquicas (ou emocionais) reformulam ou subvertem as condições de sujeição, ou como redirecionam os efeitos discursivos e materiais do poder, tanto quanto se mantém em um estado permanente de impotência, às margens da formação do sujeito. E o que podemos fazer com uma vida psíquica animada por um repertório tão limitado de emoções? “Bons humores”, como deleite, excitação, satisfação e otimismo, não se encaixam no registro psicanalítico de afetos; e também não existem bases para supor que *qualquer* estado emocional — à exceção da apatia, talvez — não possa ser experimentado como excesso. Ao citar Beauvoir (1972: 80), McNay aponta que “a linguagem da psicanálise sugere que o drama do indivíduo se desdobra apenas dentro dele mesmo e isso se obscurece à medida que a vida e as ações individuais envolvem principalmente uma ‘relação com o mundo’” (McNay, 2000: 129). Há um mérito claro em dirigir a atenção para a libido, energia cinética da vida emocional, como uma força desestabilizadora, mas sem considerar as relações intersubjetivas nas quais o poder está sempre implicado, ela não induz/incita nem cumplicidade, nem resistência dentro dos processos de subjetivação.

Uma possibilidade significativa para sair desse impasse é a noção deleuziana de “dobra”. Deleuze inventa essa metáfora para denotar uma “zona de subjetivação” (Deleuze, 1995: 337), e acrescenta que “a subjetivação é criada por dobradura” (Idem: 323). “A dobra” não presume um eu com qualquer interioridade essencial; nem como efeito de um campo exterior de relações de poder; ela é, ao contrário, “um limiar, uma porta, um devir entre duas multiplicidades” (Deleuze e Guattari, 1983: 29). A noção de “dobra”, então, não apenas rejeita as suposições psicanalíticas de uma psique interiorizada, mas também se refere (e ultrapassa) ao paradoxo do sujeito constituinte-constituído de

Foucault⁶. Até onde Deleuze está interessado, “realização pessoal” não tem nada a ver com resíduo psíquico ou excesso inconsciente, nem se trata do efeito dos limites e exclusões de práticas individualizantes; ele argumenta:

Nunca ‘permanece’ nada do sujeito, uma vez que ele é criado a cada ocasião, como um foco de resistência, com base nas dobras que subjetivam conhecimento e torcem cada poder... A luta pela subjetividade se apresenta ela mesma, portanto, como o direito à diferença, variação e metamorfose. (Deleuze, 1995: 325)

A tese deleuziana de dobradura tem sido tomada por muitos teóricos da governamentalidade, mais notadamente Dean, cujo ensaio é, talvez, o exemplo mais claro de ecletismo deleuziano-foucaultiano sobre questões de governo⁷. Dean se compromete com o que ele chama de “ontologia crítica de nós mesmos” para explorar como formas de “autoridade governamental” e “racionalidades de governo” são duplicadas ou *dobradas* em nossas maneiras de ser, pensar e agir — “neste sentido”, escreve ele, “pode-se falar de uma dobradura de relações exteriores de autoridade para esculpir um domínio que pode agir sobre si e por si, mas que, ao mesmo tempo, é simplesmente o interior marcado por aquela dobra” (Dean, 1996: 222). Por mais valioso que seja este trabalho para pensar sobre processos de subjetivação, como a “dobradura da autoridade”, ele repousa sobre uma leitura um tanto parcial e seletiva de Deleuze, que tem como efeito obscurecer a visão da dobradura das “emocionalidades de governo”. Trata-se de uma omissão surpreendente, uma vez que a maioria dos comentadores reconhece a complementaridade entre a teoria maquínica do

⁶ Em *Afterword: the subject and power*, Foucault fala de lutas contra o ‘governo da individualização’ que liga o indivíduo a ‘sua própria identidade de maneira constringedora’ (p. 212). No entanto, ele nos deixa sem ferramentas analíticas para pensar sobre como, nesses ‘momentos de luta’, nós podemos vencer a submissão da subjetividade.

⁷ Ver, por exemplo: ROSE, Nikolas (1993). “Government, authority and expertise in advanced liberalism”. In: *Economy and Society*, vol. 22, n. 3, pp. 283-299 e ROSE, Nikolas (1995). “Authority and the genealogy of subjectivity”. In: HEELAS, Paul; LASH, Scott; MORRIS, Paul (orgs.). *De-traditionalization: authority and self in an age of cultural uncertainty*. Oxford: Basil Blackwell.

poder de Foucault e a teoria maquínica do desejo de Deleuze e Guattari.⁸ Em Deleuze e Guattari, o desejo é considerado como a força motora produtiva das relações sociais. Em *O Anti-Édipo*, eles afirmam:

Sustentamos que o campo social é imediatamente percorrido pelo desejo, que é o produto historicamente determinado do desejo, e que a libido não precisa de nenhuma mediação ou sublimação, de nenhuma operação psíquica, de nenhuma transformação, para invadir e investir as forças produtivas e as relações de produção. Existe apenas o desejo e o social, e nada mais (Deleuze e Guattari, 1983: 29).

Neste esquema, afetos são concebidos como forças do desejo, em fluxo contínuo como “intensidades de movimento, ritmo, gestos e energia” (Massumi, 1996). Afetos acompanham “linhas de fuga”, escapam de “planos de consistência”, tais como subjetividade centrada e rotinas habituais, movem-se em direções imprevisíveis como uma onda produtiva e desterritorializante de energia libidinal. Como resume Patton, “o sentimento de poder é um afeto associado ao processo de *tornar-se outro* diante do que se era antes” (Patton, 2002: pp. 74-75 [grifos da autora]).

É essa noção de “tornar-se outro”, como uma “dobradura” de “emocionalidades de governo”, que eu quero tratar no restante deste artigo⁹. Baseado no quadro original estabelecido por Foucault em *O uso dos prazeres*¹⁰, Deleuze delineia “quatro dobras de subjetivação” (Deleuze,

⁸ Ver, por exemplo: BOGUE, Ronald (1969). *Deleuze and Guattari*. Londres: Routledge. PATTON, Paul (2000). *Deleuze and the political*. Londres: Routledge. TAMBOUKOU, Maria (2003). “Interrogating the ‘Emotional Turn:’ making connections with Foucault and Deleuze”. In: *European journal of psychotherapy, counselling and health*, vol. 6, n. 3, pp. 209-223.

⁹ Ver também: CAMPBELL, Elaine (2010). “Narcissism as ethical practice? Foucault, askesis and an ethics of becoming” in *Cultural Sociology*, vol. 4, n. 1, pp. 23-44.

¹⁰ Ver: FOUCAULT, Michel (1984). *The use of pleasure: the history of sexuality*, vol. 2. Tradução de Robert Hurley. Harmondsworth: Penguin, pp. 26-28. FOUCAULT, Michel (1990). *The Care of the Self: the history of sexuality*, vol. 3. Tradução de Robert Hurley. Harmondsworth: Penguin, pp. 238-239. FOUCAULT, Michel (1984b). “On the genealogy of ethics: an overview of work in progress”. In: RABINOW, P. (org.) *The Foucault reader: an introduction to Foucault’s thought*. London: Penguin, pp. 352-357.

1995: 323); esse quadro de referência foi aplicado, com sucesso, por Dean (1996) para elaborar a “dobradura da autoridade”, e é usado aqui para estruturar e informar uma análise da “dobradura da emocionalidade”, utilizando os domínios afetivos da confiança e do respeito como um estudo de caso. A análise desenvolve quatro aspectos-chave para pensar sobre o “eu emocional” como um problema de governo; isto envolve, segundo Dean, “questões de *ascética* (as práticas de governo), de *ontologia* (a materialidade do governo), de *deontologia* (o sujeito governável) e de *teleologia* (o *telos* do governo)” (Dean, 1996: 226).

3. Protegendo nossa liberdade

Para mim, construir um fundamento de segurança, ordem pública e estabilidade é a base de confiança e certeza que indivíduos, famílias e comunidades precisam para atingir seu potencial. Só podemos dirigir mudanças duradouras e sustentáveis se capacitarmos o povo para assumir maior responsabilidade pela força e bem estar de suas próprias vidas e comunidades de maneira a estabelecer uma relação diferente entre Governo e governados (Home Office, 2004: 7-8).

Neste prefácio, o então *Home Secretary*,¹¹ David Blunkett, articula nitidamente as condições normativas para os sujeitos neoliberais atingirem seu potencial — segurança, ordem pública, estabilidade, capacitação e responsabilidade por si e pela comunidade. O que parece ser “diferente” nas relações governamentais reiteradas aqui é a ênfase dada na sua ancoragem em uma relação afetiva de confiança. Não é novidade para as sociedades democráticas liberais valorizar, quando não santificar, as afetividades como condições necessárias para a legitimação governamental, a autoridade e o

¹¹ No Reino Unido, o *Home Office* é o departamento governamental responsável pela emissão de passaportes e controle da imigração, bem como pelas políticas anti-drogas, de combate ao crime, de contra-terrorismo e pela polícia. O chefe desse departamento é chamado de *Home Secretary* e possui status de ministro. Disponível em: <http://www.homeoffice.gov.uk/> (consultado em 20/04/2011) (N.T.).

consentimento, mais especialmente nos termos de instituições políticas que incorporam, sustentam e protegem o governo da lei. No entanto, neste documento e por toda parte, nos discursos, lançamentos, conferências de imprensa, entrevistas midiáticas, relatórios consultivos e declarações políticas, é a ausência de confiança e certeza, e a presença do medo, da insegurança e da incerteza que, rotineiramente, aparecem em primeiro plano como um *problema* de governo.

Um telos de liberdade negativa

Em um discurso para o DEMOS¹² em 2006, o então *Home Secretary* (John Reid) proclamou que “nós agora vivemos em um mundo onde a insegurança é um fenômeno que atravessa o econômico e o social, o doméstico e o exterior, o psicológico e o físico, o individual e o coletivo” (Reid, 2006). Esse tipo de assertiva reforça a noção um tanto quanto saturada de “insegurança ontológica” de Giddens (1991) como descrição geral da nossa experiência comum em uma modernidade tardia. Ao mesmo tempo em que muito dessa visão sombria se sustenta, a retórica de um mundo em fuga e das narrativas de desencaxe, suspeita, precariedade, risco, ameaça e medo que a acompanham servem como uma “disposição de organização”, um “registro afetivo” ou uma “emocionalidade de governo” em função de re-imaginar o tipo de governo que pode ser moldado em nome da liberdade. Quando os limites do estado de natureza e do estado da sociedade civil são desfocados, uma cidadania auto-interessada não só é receptiva a enfáticas (e muitas vezes repetidas) manchetes, como “nossos cidadãos não devem viver no medo” (Blair, 2007), como também está aberta para técnicas e modalidades governamentais que prometem realizar o *telos* utópico de ordem, segurança e estabilidade. Tal eventualidade é

¹² O DEMOS é um centro de pesquisa e consultoria (*think tank*) sobre poder e política do Reino Unido. Disponível em: <http://www.demos.co.uk/>. (acesso em 20/04/2011) (N.T.).

possível graças a uma fórmula negativa de liberdade fundamentada na ontologia da (auto) proteção. Segundo Blair:

Este não é um debate entre aqueles que valorizam a liberdade e aqueles que não a valorizam. É uma argumentação sobre os tipos de liberdade que precisam ser protegidas... E é uma tentativa de proteger a liberdade mais fundamental de todas — liberdade de não ser prejudicado pelos outros. (Idem)

Isso requer uma série de questionamentos, e não é menor o problema de quem são “os outros” dos quais devemos ser protegidos e de quais são os tipos de prejuízos que “esses outros” podem infligir e que inibem e ameaçam nossa liberdade de governar a nós mesmos e de sermos governados como indivíduos confiantes e seguros. Quero sugerir que uma relação de oposição entre o eu e os “outros perigosos” é corrente e, em primeiro lugar, mobilizada por meio da imposição de alguns estados afetivos de estar no mundo; estes, por sua vez, incentivam a receptividade de realidades e formas governamentais alternativas de (auto) governo — uma ontologia que Bennett teoriza como “uma disposição com potencial ético” (Bennett, 2001: 131).

Mais ou menos governo?

No final da primavera de 2006, a melhor descrição para a situação do Reino Unido era a de uma montanha russa emocional de angústia existencial¹³. Escândalos, crises, fiascos, incompetências, sentenças polêmicas, assassinatos, raptos, estupros, demissões ministeriais, fugas das prisões,

¹³ Eu não estou sugerindo que a experiência do Reino Unido é ou foi a única. De fato, as respostas do governo do Reino Unido aos riscos e ameaças colocados pelo terrorismo, pelo crime e pela desordem, assim como a (presumida) receptividade pública a elas, são bem típicas de governos democráticos liberais em nome da segurança. Ver, por exemplo, a série de ensaios publicada pelo US Social Science Research Council: BENHABIB, Seyla (2002). “Unholy politics”. In: *After September II: terrorism and democratic virtue*. SSRC. Disponível em: www.ssrc.org/sept11/essays/benhajib.htm. (consultado em 12/4/2010). BIGO, Didier (2002). “To Reassure and Protect in After September 11”. In: *After September II: terrorism and democratic virtues*.

empregos clandestinos e um telefonema no qual o antigo *Chief Inspector of Prisons*¹⁴, Lord Ramsbotham, mandava o Primeiro Ministro calar a boca (Morris, 2006), criaram as condições para um amplo e altamente mediado debate público sobre a competência e a ambição do governo, bem como sobre sua habilidade de atingir “seu principal objetivo de proteger o público” (Home Office, 2006: 2).

No Reino Unido, ao longo de poucos meses de 2006, foram raras as bases eleitorais do governo que não constituíam, de alguma forma, um “outro perigoso”. Em meio a elas, os suspeitos usuais de terrorismo, os criminosos e os “delinquentes permanentes” (Dean, 2002: 48) não apenas avultaram como formaram o cenário do terror vigente, da suspeita, do medo e da intimidação sobre os quais uma gama de diferentes emoções veio a ser refratada. As paixões movidas pelo “mais perigoso” não são novidade e constituem o núcleo das afetividades primordiais que sustenta a necessidade de qualquer tipo de governo. A novidade em 2006 foi como uma série de “acontecimentos infelizes” e desencadeou variadas disposições emocionais que colocaram em questão o que significa governar e ser governado; e com o passar do ano, danos emocionais diversos não só expuseram o eu como vulnerável, desprotegido e ontologicamente precário, mas também investiram, inspiraram e produziram uma formação afetiva de incerteza. Em abril de 2006, o “escândalo dos

SSRC. Disponível em: www.ssrc.org/sept11/essays/biggo.htm. (consultado em 21/4/2010). JAYASURIYA, Kansishka (2002). “9/11 and the new ‘anti-politics’ of ‘security’”. In: *After September 11: terrorism and democratic virtues*. SSRC. Disponível em: www.ssrc.org/sept11/essays/jayasuriya.htm (consultado em 1/5/2009). MEYERS, Peter A. (2002). “Defend politics against Tterrorism”. In: *After September 11: terrorism and democratic virtues*. SSRC. Disponível em: www.ssrc.org/sept11/essays/meyers.htm (consultado em 12/4/2010). Ver também: SPARKS, Chris (2003). “Liberalism, terrorism and the politics of fear”. In: *Politics*, vol. 23, n. 3, pp. 200-206.

¹⁴ *Her Majesty’s Inspectorate of Prisons* (HMI) é um órgão de inspeção do tratamento dos presos e dos locais de aprisionamento no Reino Unido. Também responsável pela inspeção dos centros de detenção de imigrantes. O comando deste órgão é do *Chief Inspector of Prisons*, nomeado pelo Ministro da Justiça. Disponível em: <http://www.justice.gov.uk/inspectorates/hmi-prisons/aboutus.htm>. (consultado em 20/04/2011) (N.T.).

presos estrangeiros” chamou a atenção para o *Home Secretary*; a questão que persistiu mesmo depois da demissão de Charles Clark no mês seguinte, e também durante o início da administração de John Reid, foi se o *Home Office* e o *Home Secretary* eram “adequados para a situação”. O escândalo se baseou na descoberta de que aproximadamente 1.023 presos estrangeiros foram libertados da prisão, entre 1999 e março de 2006, e não foram, em seguida, deportados. Acrescentou-se ainda que existia um número desconhecido de perigosos delinquentes (assassinos e estupradores) entre os que foram soltos, embora nunca tenha sido determinado um número real e as informações variassem entre 5 e 179 (BBC News, 22/5/2006). Talvez o relato mais honesto tenha sido o de David Roberts, chefe do *Immigration and Nationality Directorate*¹⁵, que admitiu que não fazia a “menor ideia” de quantos imigrantes ilegais havia no Reino Unido. Na mesma semana, as atenções se voltaram para a divulgação de que mais de 20 assassinos condenados fugiram da *Leyhill Open Prison* nos últimos cinco anos; mas esse número foi rapidamente revisado de acordo com uma investigação da BBC que informou que mais de 300 presos fugiram de lá nos três anos anteriores (Kelly, 2006). Neste meio tempo, o chefe do *Prison Service*¹⁶, Phil Wheatley, compilou suas próprias estatísticas e admitiu, dois dias depois, que cerca de 700 prisioneiros escaparam do regime aberto somente no ano anterior (BBC News, 22/5/2006). Também não se pode esquecer, nisso tudo, que, rapidamente, tornou-se um esporte para os espectadores, a atenção tardia que

¹⁵ O *Immigration and Nationality Directorate* (hoje, *UK Border Agency*) é o órgão do *Home Office* responsável pela política de imigração e permanência no Reino Unido, bem como pelo controle das fronteiras e pela concessão de cidadania e asilo político. Disponível em: <http://www.ukba.homeoffice.gov.uk/>. (consultado em 20/04/2011) (N.T.).

¹⁶ *Her Majesty's Prison Service* é o serviço nacional de custódia de presos do Reino Unido (que, desde 2004, foi combinado com o *National Probation Service* e forma o *National Offender Management — NOMS*. Esta é uma agência executiva do Ministério da Justiça que é responsável, ainda, pelo sistema de justiça para jovens — *Youth Justice*). Disponível em: <http://www.hmprisonservice.gov.uk/abouttheservice/noms/>. (consultado em 20/04/2011) (N.T.).

recaiu sobre o *Criminal Records Bureau*¹⁷, quando passou a ser público que 2.700 “pessoas inocentes” foram rastreadas por engano como se tivessem antecedentes criminais, motivo pelo qual algumas foram demitidas de seus empregos (Idem). Não foi estranho, então, que assim que esse catálogo de erros começou a se abrir, o Primeiro Ministro “tropeçou em suas respostas, e seu humor parecia algo como deprimido ou cansado. O autoritário, controlador e arrogante Blair desapareceu de todos os lugares” (Assinder, 2006). A discussão online “Charles Clark deveria se demitir?” (BBC News, Fórum-a) recebeu 3.822 comentários, dentre eles, “chocante”, “escandaloso”, “repugnante”, “apavorante”, “irritante” e “atônito” foram os que mais se destacaram como danos emocionais causados pela saga do *Home Office* e dos erros ministeriais.

Como se o “escândalo dos presos estrangeiros” e seus desdobramentos ainda não fossem suficientes para abalar a confiança na capacidade do Estado de proteger o público, mais revelações continuaram a expor a fragilidade do governo em tempos de incerteza. Uma série de homicídios altamente qualificados que culminaram em processos e julgamentos, na primavera de 2006, suscitou sérias preocupações na comunidade sobre a efetividade da gestão de presos. Por exemplo, em novembro de 2005, Mary-Ann Leneghan foi sequestrada, estuprada, torturada e assassinada por seis jovens, dentre os quais quatro estavam sob supervisão do *Probation Service*¹⁸ à época do ocorrido. Para responder a uma onda de críticas

¹⁷ Agência executiva do *Home Office* que monitora os antecedentes criminais dos cidadãos do Reino Unido. Disponível em: http://www.direct.gov.uk/en/D11/Directories/DG_068034 (consultado em 20/04/2011) (N.T.).

¹⁸ Optou-se aqui por não traduzir a palavra *probation*, uma vez que se trata de instituto jurídico que não existe, *stricto sensu*, no Brasil, e muitas vezes é confundido com o sursis processual (usualmente aplicado para submeter o acusado à prestação de serviços à comunidade, ao comparecimento mensal em juízo, etc). Nos países anglo-saxões, cujo direito é fundado nos costumes (*common law*), há situações em que o processo judicial fica suspenso, não há prolação de sentença e o acusado é colocado em liberdade sob supervisão de um oficial designado para tanto. O *Probation Service* é, assim, a central que coordena tantos os submetidos ao *probation* quanto os oficiais que os supervisionam (N.T.).

da opinião pública e à cobertura negativa da imprensa, previsivelmente, o novo *Home Secretary*, John Reid, foi rápido em prometer uma revisão e reestruturação do *Probation Service*, admitindo que houve “falhas... para ser franco, o sistema de *probation* não está funcionando tão bem quanto deveria” (BBC News, 7/11/2006). No final do ano, o *Home Office* publicou dados que confirmavam que mais de 500 crimes graves, violentos e sexuais (incluindo estupro) e 98 assassinatos foram cometidos por criminosos sob supervisão de *probation* nos dois anos anteriores (*The Scotsman*, 6/12/2006). Ainda que os políticos ratificassem que se tratava de falhas organizacionais e operacionais capazes de serem superadas por reformas, um público inerte cresceu sempre ansioso, mas de uma maneira muito mais difusa. Desesperado, um colaborador da discussão online “Nós precisamos de uma reforma no *Probation Service*?” suplicou “pelo amor de Deus, protejam-nos!” (BBC News, Fórum-b). Na mesma discussão, Ian, de Whitwick, perguntou:

Quantos inocentes mais terão que ser assassinados até que o povo seja protegido. Estou realmente com muita raiva porque os Tribunais, a Polícia e o *Probation* falharam na sua principal meta: PROTEGER O POVO DE PESSOAS PERIGOSAS! (desculpem pelo grito) (Idem).

A partir desta perspectiva, compartilhada por muitos outros debatedores, as falhas do serviço público foram tomadas como sintomas de um mal-estar maior no governo institucional que rapidamente perdia seu apelo de proteção. Em um artigo, no qual foi cautelosa com os remédios punitivos e cética em relação ao “bom senso” da reforma organizacional, Mary Riddell argumentou, sobre o caso de Mary-Ann Leneghan, que:

O *Probation Service* é o alvo errado aqui. Se Michael Johnson e os cinco co-torturadores fossem todos realmente “psicopatas” não seria tão assustador. Johnson parece mesmo de um caráter particularmente brutal. Mas alguns de sua gangue parecem friamente

normais — jovens que se complicaram por causa de drogas e crimes relativamente pequenos antes de criarem entre si alguma ligação para formar um esquadrão da morte (Riddell, 2006).

Aqui, Riddell alude ao colapso do binômio que separa “nós” e “eles”, o “normal” e o “patológico”, os “assustadores” e os “assustados”. Tal colapso incita uma sensibilidade gótica que provoca deslocamentos emocionais sobre o nosso estar no mundo e amplia preocupações profundas e ansiedades associadas a um momento histórico e sócio-político específico. Em suma, as coisas nunca são o que parecem.¹⁹ Um tipo diferente de lógica de expressão foi articulada na discussão online. Nick, de Warwickshire, Reino Unido, escreveu:

A coisa mais assustadora sobre aquela gangue que matou uma adolescente é que eles não estavam nem aí; não se importavam em sequestrar garotas, em torturá-las e estuprá-las, em matá-las, em serem pegos ou em irem para a prisão. Como nós vamos lidar com indivíduos assim é que ninguém sabe. Nós temos uma geração inteira crescendo que não pensa duas vezes em usar a violência extrema como recurso diário (BBC News, op. cit., 20/3/2006).

Para Nick, o maior medo é a aparente perda de uma ética do cuidado e a falta de reciprocidade; de maneira geral, é o advento do estado de natureza hobbesiano, e de um futuro que está nas mãos de uma geração que já normalizou a violência e dobrou o sino da morte para a sociabilidade.

Mesmo sem uma metanarrativa sobre a insegurança que prevaleça, esses diversos eventos conspiram para minar a confiança e a segurança na capacidade das autoridades governamentais, nas técnicas e formas de periciar a fronteira entre ordem e caos que deixam cada um de nós expostos, vulneráveis e buscando sua própria proteção. Mead sugere que, enquanto as condições para a estabilidade e a certeza não forem conhecidas,

¹⁹ Ver, por exemplo: BOTTING, Fred (1996). *Gothic*. London: Routledge.

as pessoas gravitarão para formas mais autoritárias de governo — ele nota que “as pessoas não estão interessadas em ‘liberdade’ se elas estão... de qualquer maneira fundamental, inseguras. Elas irão querer mais governo e não menos” (Mead, 1936). Essa visão pode contribuir para a emergência de um “liberalismo autoritário”²⁰ e a “alavancagem de uma das principais e indiscutíveis funções do governo — a manutenção da ordem e da segurança — pela criação de mais e mais policiamento eficiente e pela promoção de mais punições” (Feely, 2003: 124). De alguma forma, isso também contribui para o advento de “novas punições” dirigidas por um virulento “populismo punitivo” e seu constante clamor por formas de justiça retributivas, incapacitantes e dissuasivas.²¹ A tese punitiva/autoritária tem um certo apelo *prima facie*, mas no mesmo sentido que a noção de “suplemento inconsciente” de Zizek, ela repousa sobre alguns pressupostos duvidosos e contraditórios a respeito da força e da direção da relação entre “estruturas de sentimentos” e formas autoritárias de governo²². Mais ainda, e de novo seguindo Zizek, tende-se a considerar “sentimentos coletivos” como a expressão de um público monolítico em um humor punitivo universal. Colocado de outra forma, “paixões punitivas” não exaurem a variedade de sensibilidades que uma afetividade de insegurança e incerteza pode envolver — por exemplo, sentimentos de decepção, frustração, perplexidade, tristeza, desespero, raiva, choque, insulto e confusão, todos eles aparecem

²⁰ Ver, por exemplo: VALVERDE, Marianne (1996). “‘Despotism’ and ethical governance”. In: *Economy and Society*, vol. 25, n. 3, pp. 357-372. HINDESS, Barry (2001). “The liberal government of unfreedom”. In: *Alternatives: Social Transformation and Humane Governance*, vol. 26, n. 1, pp. 93-111. DEAN, Mitchell (2002), op. cit.. DEAN, Mitchell (2002b). “Powers of life and death beyond governmentality”. In: *Cultural Values*, vol. 6, n. 1 and 2, pp. 119-138.

²¹ Ver, por exemplo: GARLAND, David (2001). *The culture of control*. Oxford: Oxford University Press. PRATT, John; BROWN, David; BROWN, Mark; HALLSWORTH, Simon; MORRISON, Wayne (orgs.) (2005). *The new punitiveness: trends, theories, perspectives*. Cullompton: Willan. PRATT, John (2007). *Penal Populism*. London: Routledge.

²² Ver, por exemplo: MATTHEWS, Roger (2005). “The Myth of Punitiveness”. In: *Theoretical Criminology*, vol. 9, n. 2, pp. 175-201.

no discurso da opinião pública detalhado acima. Precisariamos perguntar como uma ontologia da segurança e da confiança no trabalho do governo — especialmente em suas formas de soberania e disciplina — é levada para fora da estética dessas disposições negativas; como um estado de confiança é posto a serviço de uma técnica, de um governo e de uma política e quais tipos de comprometimentos éticos são inspirados por ele; quais são as técnicas de autogoverno que dobram subjetividades inseguras e as reproduzem como confiantes, como cidadãos seguros?

Autoritários e outros eus

Sempre que se presta atenção às orientações autoritárias das sociedades democráticas liberais, há uma tendência da criminologia a focar exclusivamente as instituições legais e as medidas que dependem do exercício dos poderes soberano e disciplinar — tais como as sentenças mais severas e de dissuasão; o policiamento de alta visibilidade e direcionado; o maior uso de tecnologias de vigilância; a intensificação dos poderes judiciários. Esse foco limitado resulta em um esvaziamento da nossa compreensão do que significa governar o “eu autoritário” em um contexto de insegurança e desordem. Contudo, existem importantes demonstrações de formas, meios, funções e conteúdos de “técnicas autoritárias de si” a serem encontradas em uma ampla literatura sociológica. Penso aqui no ensaio de Hindess sobre a noção de “auto-aperfeiçoamento” e a centralidade do que ele descreve como “governo liberal da falta de liberdade” (Hindess, 2001); e o trabalho inovador de Valverde sobre a noção de “hábito” e seu papel como técnica-chave para diferentes formas de autodespotismo (Valverde, 1996). Em cada uma dessas considerações, práticas de autogoverno estão sempre, e desde sempre, incrustadas em “obrigações comuns da cidadania” (Mead apud Dean, 2002: 39), a tal ponto que, trabalhar em um programa de auto-

aperfeiçoamento, ou resolver livrar-se de “maus hábitos”, expressam uma relação social e política e um compromisso ético com os outros.

Dean fala da formação de sujeitos-cidadãos relacionada à “‘forma de subjetivação’ ou à ‘forma de obrigação’... a posição que tomamos ou que nos é dada em relação a regras e normas... por que governamos a nós mesmos e aos outros de uma determinada forma” (Dean, 1996). Apesar de concordar com a análise de Dean, questões deontológicas não envolvem apenas maneiras normativas de *pensar*, *ser* e *agir*; essa visão negligencia o potencial transformativo das formas afetivas, e o quanto determinadas maneiras de *sentir* estão implicadas em práticas de si, na produção da própria alteridade, do tornar-se outro, de *sentir* diferente a fim de *ser* diferente.

Em setembro de 2005, o governo do Reino Unido criou a Força Tarefa do Respeito, nomeando tanto uma Coordenadora do Governo (Louise Casey) quanto uma Ministra para o Respeito (Hazel Blears), para acompanhar o seu progresso. Ao comprometer 80 milhões de libras com um novo fundo para o programa, em janeiro de 2006, o Primeiro Ministro publicou o Plano de Ação do Respeito, e no final de outubro de 2006, a agenda do Respeito havia estabelecido seu próprio Esquadrão do Respeito, com seu próprio site e central telefônica de ação. Com sua elegante logomarca e seus cativantes bordões, a implantação do programa do Respeito estava em andamento antes, durante e depois da primavera de escândalos que deixou os cidadãos do Reino Unido cambaleando em desespero por sua própria proteção. Acompanhado por uma boa dose de pompa, o programa prometeu fazer cumprir um modo efetivo de obrigação que potencializasse a ética, a reciprocidade e a sociabilidade. No discurso de lançamento do Plano de Ação do Respeito, Blair anunciou:

Respeito é um modo de descrever a própria possibilidade de vida em comunidade. Trata-se da consideração a que os outros são

obrigados. Trata-se do meu dever de respeitar os direitos que você tem e que lhe são caros. E vice-versa. Trata-se do nosso pertencimento recíproco a uma sociedade, do pacto que temos uns com os outros (Blair, 2006).

Ganhar respeito, sentir respeito, ser respeitável, agir responsabilmente é, portanto, expressão de uma filiação ética afirmativa e, para Blair, é uma disposição afetiva sustentada pela maioria da população. Por exemplo, neste discurso de lançamento, ele comenta “é claro, a *enorme maioria* das pessoas entende isso intuitivamente e não tem problema em viver lado a lado com seus vizinhos” (Idem, grifos da autora); e na introdução do Plano de Ação do Respeito, ele aponta que “a maioria de nós aprende o respeito com nossos pais e nossas famílias” (Respect Task Force, 2006 [grifo da autora]). É essa referência à maioria — aqueles que são capazes de se autogovernar como cidadãos respeitáveis — justaposta à “minoría” — aqueles que possuem capacidade limitada ou nenhuma capacidade para viver uma vida ética baseada no respeito pelos outros — que interessa especificamente aqui. Como nos lembra Dean, nas sociedades liberais democráticas, aqueles que não fazem, não podem e não irão fazer de si mesmos sujeitos de governo são selecionados por técnicas autoritárias de governo (Dean, 2002). Neste sentido, o Plano de Ação do Respeito é claro como um cristal: “todo mundo pode mudar — se as pessoas que precisam de ajuda não o fizerem, nós o faremos” (Respect Task Force, 2006).

O que se propõe aqui é uma cartografia de sujeitos in/governáveis. Com a certeza de que aqueles que não têm respeito serão sujeitados e submetidos a tecnologias autoritárias de governo, o “resto de nós” pode ficar (mais) confiante em viver em uma sociedade estável, ordenada e determinada. Para realizar esse telos, ao invés de depender de medidas autoritárias de profundidade, como são convencionalmente concebidas em articulações de “mais governo”, formas de governo soberanas e

disciplinares são colocadas para trabalhar dentro, pela e em nome da comunidade. Em outras palavras, em um processo de responsabilização (Rose, N., 1993; Garland, 2001), a sociedade civil passa a ser o local-chave para a implantação de uma série de tecnologias afetivas com a finalidade de constituir subjetividades, tanto de confiança quanto de respeito, que deslocam (mas não substituem) a necessidade de práticas evidentes de “controle do crime” em favor de uma série de redes de obrigações e alianças de reciprocidade.

Artes do eu emocional

O programa do Respeito supõe a existência de uma “maioria respeitável” que, a despeito de sua própria capacidade de autogoverno, precisa trabalhar sobre si mesma e sobre os outros para atingir um estado afetivo de confiança e segurança. Esta ascese é mais claramente enunciada no estratégico documento *Confident Communities in a Secure Britain: The Home Office Strategic Plan 2004-2008* (Home Office, 2004), que é mais elaborado no *Plano de Ação Juntos Nós Podemos* (Civil Renewal Unit, 2005) e repetidamente articulado como “nosso [do governo] compromisso junto aos cidadãos que obedecem à lei”. Dentre outras coisas, a “maioria respeitável” é encorajada a fazer uso de uma ordem de “novas” oportunidades e planos de ação para se envolver nos problemas da comunidade, como por exemplo, manter-se informada e participar dos processos assumidos pelas agências locais de abordagem da cultura do desrespeito; tomar posição contra comportamentos antissociais ao denunciar incivildades; atualizar regularmente as “autoridades competentes” sobre o impacto do comportamento antissocial nas vizinhanças; e ajudar a formular políticas locais prioritárias por meio de sugestões para ações específicas das equipes locais de policiamento. Através destas modalidades governamentais, a “maioria respeitável” é, portanto, transformada em uma variada e fluida

rede de autoridades responsáveis, e por meio desse processo é capacitada para se auto-atualizar (tornar-se outra) enquanto cidadãos confiantes. Mas e quanto à “minoría”, aqueles que não têm respeito e para os quais uma abordagem mais autoritária pode ser necessária?

Como afirma Dean (2002), o liberalismo autoritário distingue os sujeitos de acordo com suas relativas capacidades de autonomia. Assim, tal como a diferenciação da “maioría”, dentro da “minoría” estão aqueles “que podem ser proveitosamente assistidos no exercício de sua própria liberdade e aqueles que devem ser coagidos” (Idem: 47). Em relação aos primeiros, a agenda do Respeito sustenta que “a educação familiar é uma das mais importantes responsabilidades na criação de uma sociedade forte, baseada no respeito mútuo” (Respect Task Force, 2006: 17). Tecnologias de educação familiar, portanto, constituem a chave para inculcar disposições apropriadas e comportamentos estéticos. Poder ser que os indivíduos dentro da “minoría” sejam capazes de autogoverno em alguns aspectos de suas vidas — por exemplo, como consumidores, como empregados, como moradores — mas se, como pais, eles “são relutantes ou incapazes de assumir suas responsabilidades, nós (“a maioría”) devemos garantir que eles sejam desafiados e apoiados a fazê-lo” (Idem). O apoio vem por meio de vários “novos” serviços, intervenções e subsídios financeiros, sociais e culturais, para ajudar tanto os pais quanto seus filhos. O desafio, de outro lado, significa apoio obrigatório, imposto por uma panóplia de novas e ampliadas competências (não judiciais²³), das quais a OCAS (Ordem do Comportamento Antissocial)²⁴ é uma das mais notórias. Ao nível da ascense, então, a operacionalização dos modos de governar liberais/não-liberais faz um mapeamento sobre uma população dicotomizada, onde os lugares dos membros da “maioría/minoría” são determinados pela presença/ausência — no caso desta

²³ Na versão original, a autora utiliza a expressão *out of court* que significa a resolução de conflitos fora dos tribunais, de maneira conciliatória ou amigável (N.T.).

²⁴ Em inglês, ASBO – Anti-Social Behaviour Order (N.T.).

última, de educabilidade — como uma estética do respeito. À luz disso, quero sugerir que modalidades e técnicas de formas liberais/não-liberais de governar são mobilizadas por meio de familiares “taxonomias do afeto” ou o que eu tenho nomeado de “emocionalidades de governo”. Neste artigo, examinei confiança e respeito como “emocionalidades de governo”, como sensibilidades preferidas e selecionadas que são nutridas, engendradas e dobradas por meio de tecnologias e práticas governamentais específicas. Claro, confiança e respeito não exaurem as emocionalidades que circulam pelos discursos governamentais; podemos pensar, por exemplo, como tolerância, compaixão, otimismo e (até) felicidade (Marrin, 2006) assumem importância e relevância especiais dentro do liberalismo — elas não são meramente disposições pessoais, mas a expressão de uma relação política e ética específica. Apropriadamente, então, podemos falar de “emocionalidades de governo” como artes de governo por meio das quais nós buscamos governar e sermos governados de maneira consciente, estética e afetiva.

4. Conclusão

Análises inspiradas pela noção de governamentalidade de Foucault não têm em vista a aplicação da teoria ao mundo empírico para poder explicá-lo. Mais exatamente, o projeto de Foucault sugere certo número de ferramentas conceituais para a compreensão de *como* diferentes formas de governo são pensadas e realizadas, e *como* as subjetividades são formadas e transformadas quando indivíduos autônomos se identificam com uma complexa ordem de tecnologias, estratégias e autoridades especializadas. No entanto, e a despeito de uma rica e diversa “produção acadêmica da governamentalidade”, pouca atenção tem sido dada a como o desejo, o afeto e a vida sensível estão implicados em processos de subjetivação; como a paixão pode (ou não) estimular uma identificação

com programas governamentais; e como as “emocionalidades de governo” propõem e sugerem maneiras de sentir o mundo — como devemos nos sentir sobre nós mesmos e sobre os outros, como nós participamos, cultivamos e executamos uma vida estética, e como nós buscamos governar e ser governados conscientemente e de maneira expressiva. O estudo de caso apresentado aqui demonstra como questões de governo, poder e política, moralidade e ética, nunca podem ser somente um problema de cognição e razão. Pressupor que indivíduos autodirigidos se identificam com determinadas tecnologias e práticas de si sobre bases puramente instrumentais é negar as intensidades emocionais e afetivas que circulam, permeiam e informam formas cognitivas e discursivas de ser, agir e dizer. São estas intensidades que confrontam e abalam nossa segurança ontológica e que, não somente perturbam nosso senso de ordem social e estabilidade, como também provocam um questionamento sobre o trabalho do governo e sua capacidade de dirigir nossa conduta e a dos outros. Mais ainda, esses “distúrbios” emocionais não são redutíveis a um exclusivo estado psíquico — melancolia, como a psicanálise a tomaria — mas são altamente diferenciados, complexos e fluidos a ponto de abrirem múltiplas “linhas de fuga” e iniciarem uma pletera de possibilidades alternativas para a (re)formulação de in/governáveis subjetividades.

No entanto, tais momentos de intensidade podem incitar novas identidades e provocar novas ligações éticas que são inimigas de certos regimes de governo assim como representam perigo para o regime e problematizam suas formas e racionalidades de governo. No estudo de caso, a perda da confiança no trabalho do governo, juntamente com sentimentos expressos de desconfiança, desapontamento, choque, insulto, confusão e medo, criou condições afetivas para questionar o exercício do poder governamental em uma sociedade liberal e democrática, e estimulou a necessidade de realinhar cidadãos duvidosos como sujeitos confiantes e seguros — um processo

que eu descrevi como “dobradura de emocionalidades”. Há muito para ser aprendido das considerações que localizam a ação afetiva no coração de uma analítica do governo. Primeiro, elas nos alertam para a forma como as obrigações no liberalismo envolvem não apenas os códigos legais e morais, mas também sensibilidades normativas, maneiras particulares de sentir que são propriamente consideradas para sustentar a vida ética e política em uma sociedade liberal — por exemplo, tolerância, segurança, compaixão, confiança, otimismo. Em segundo lugar, ela sugere que a participação e a adesão plena dos membros da sociedade civil dependem de uma identidade afetiva tanto quanto qualquer outro tipo de individualidade, como um “ator racional”, por exemplo. Em terceiro lugar, e de acordo com este último ponto, uma descrição que enfoca a vida afetiva enfatiza como credenciais ético-políticas são demonstradas e estabelecidas não apenas pela capacidade de ser um indivíduo auto-empresendedor ou auto-suficiente, mas também se assenta em capacidades de expressão e de exibição de certas qualidades estéticas. Finalmente, enquanto a coexistência e a intersecção de soberania, disciplina e poder governamental tem sido amplamente reconhecida, pouca atenção tem sido dada para a maneira pela qual taxionomias de afeto subscrevem o posicionamento estratégico de modos de governar liberais/não liberais através de uma clientela diferenciada por ontologias de sentimentos. Governar através de subjetividades de afeto é, portanto, uma estratégia fundamental de governo e é indispensável para a noção de governar por meio da liberdade.

Tradução do inglês por Aline Passos.

Bibliografia

ASSINDER, Nick (2006). “Clarke Starting to Look isolate” (26/4/2006). Disponível em: http://news.bbc.co.uk/1/hi/uk_politics/4946460.stm (consultado em 14/12/2006).

BEAUVOIR, Simone de (1972). *The Second Sex*. Harmondsworth: Penguin.

BENNETT, Jane (2001). *The enchantment of modern life: attachments, crossings and*

ethics. Princeton: Princeton University Press.

BLAIR, Tony (2006). *Respect Action Plan Launch Speech* (10/1/2006). Disponível em: <http://www.pm.gov.uk/output/Page8898.asp>. (consultado em 17/5/2007).

___ (2007). “Our citizens should not live in fear”. In: *The Observer*, 11/12/2005. Disponível em: <http://observer.guardian.co.uk/comment/story/0,6903,1664591,00.html> (consultado em 17/5/2007).

BURCHELL, Graham (1996). “Liberal government and techniques of the self”. In: BARRY, Andrew; OSBORNE, Thomas; ROSE, Nikolas (orgs.). *Foucault and political reason: liberalism, neo-liberalism and rationalities of government*. Chicago: University of Chicago Press.

BUTLER, Judith (1997). *The psychic life of power: theories in subjection*. Stanford: Stanford University Press.

DEAN, Mitchell (1996). “Foucault, government and the enfolding of authority”. In: BARRY, Andrew; OSBORNE, Thomas; ROSE, Nikolas Rose (orgs.). *Foucault and political reason: liberalism, neo-liberalism and rationalities of government*. Chicago: University of Chicago Press.

___ (2002). “Liberal Government and Authoritarianism”. In: *Economy and Society*, vol. 31, n. 1.

DELEUZE, Gilles (1995). “Foldings, or the inside of thought (subjectivation)”. In: KELLY, Michael (org.). *Critique and power: recasting the Foucault/Habermas debate*. Cambridge: MIT.

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Felix. *Anti-Oedipus: Capitalism and Schizophrenia*. Translated by Robert Hurley, Mark Seem and Helen R. Lane. Minnesota, University of Minnesota Press: 1983.

FELLY, Malcolm (2003). “Crime, social order and the rise of neo-conservative politics”. In: *Theoretical Criminology*, vol. 7, n. 1.

FOUCAULT, Michel (1982). “Afterword: the subject and power”. In: DREYFUS, Herbert L. & RABINOW, Paul (orgs.). *Michel Foucault: Beyond structuralism and hermeneutics*. London: Harvester Wheatsheaf.

___ (1984). *The use of pleasure: the history of sexuality, vol. 2*. Tradução de Robert Hurley. Harmondsworth: Penguin.

___ (1989). “An Aesthetics of existence”. In: LOTRIBGER, Sylvère. *Foucault live*. Tradução de John Johnston. Nova York: Semiotext(e).

___ (1991). “Questions of method”. In: BURCHELL, Graham; GORDON, Colin; MILLER, Peter (orgs.). *The Foucault effect: studies in governmentality*. Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf.

GARLAND, David (1990). “Frameworks of inquiry in the sociology of punishment”. In: *British Journal of Sociology*, vol. 41, n. 1.

___ (2001). *The culture of control*. Oxford: Oxford University Press.

GIDDENS, Anthony (1991). *Modernity and Self-Identity*. Cambridge: Polity.

HARDT, Michael (2007). “Foreword: what affects are good for”. In: CLOUGH, Patricia Ticineto & HALLEY, Jean (eds.). *The affective turn: theorizing the social*. Durham, NC: Duke University Press.

HINDESS, Barry (2001). “The liberal government of unfreedom”. In: *Alternatives: Social Transformation and Humane Governance*, vol. 26, n. 1, pp. 93-111.

JEFFERSON, Tony (1996). “From ‘little fairy boy’ to the ‘compleat destroyer’: subjectivity and transformation in the biography of Mike Tyson”. In: MAC AN

GHAILL, Mairtin (org.). *Understanding Masculinities*. Buckingham: Open University Press.

___ (1997). “The Tyson rape trial: the law, feminism and emotional ‘truth’”. In: *Social and Legal Studies*, vol. 6, n. 2, pp. 281-301.

KELLY, Chris. “Inmates walk out weekly from jail”. In: *BBC News* (19/5/2006). Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/1/hi/england/bristol/4998306.stm>. (consultado em 14/12/2006).

LATOURE, Bruno (1988). *The pasteurization of France*. Cambridge, Mass: Harvard University Press.

LEMKE, Thomas (2001). “ ‘The Birth of Bio-Politics’: Michel Foucault’s lecture at the Collège de France on neo-liberal governmentality”. In: *Economy and Society*, vol. 30, n. 2.

___ (2002). “Foucault, governmentality and critique”. In: *Rethinking Marxism*, vol. 14, n. 3, Nova York: Guilford Publications.

MARRIN, Minette (2006). “The dangerous business of happiness”. In: *The Sunday Times* (18/06/2006).

MASSUMI, Brian (1996). “The Autonomy of Affect”. In: PATTON, Paul (org.). *Deleuze: a critical reader*. Oxford: Basil Blackwell.

MCNAY, Lois (1994). *Foucault: A Critical Introduction*. Cambridge: Polity Press.

___ (2000). *Gender and agency: reconfiguring the subject in feminist and social theory*. Oxford: Polity Press.

MEAD, Lawrence (1986). *Beyond Entitlement: The Social Obligations of Citizenship*. New York: Press.

MORRIS, Nigel (2006). “Blair told to ‘Shut Up’ about prison sentencing”. In: *The Independent*, 16/6/2006.

PATTON, Paul (1998). “Foucault’s Subject of Power”. In: MOSS, Jeremy (org.). *The Later Foucault*. London: Sage.

REID, John (2006). *Security, Freedom and the Protection of Our Values*. Discurso proferido pelo *Home Secretary* para o DEMOS. Londres, Reino Unido: 09/08/2006. Disponível em: <http://press.homeoffice.gov.uk/Speeches/sp-hs-DEMOS-090806?version=1> (consultado em 09/01/2007).

RIDDELL, Mary (2006). “Savage Truth?”. In: *Comment Is Free, Guardian Unlimited* (23/3/2006). Disponível em: http://guardian.co.uk/commentisfree>mary_riddell (consultado em 17/5/2007).

ROSE, Jacqueline (1987). *Sexuality in the field of vision*. London: Verso.

ROSE, Nikolas (1993). “Government, authority and expertise in advanced liberalism”. In: *Economy and Society*, vol. 22, n. 3, pp. 283-299.

___ (1996a). “Governing ‘advanced’ liberal democracies”. BARRY, Andrew; OSBORNE, Thomas; ROSE, Nikolas (orgs.). *Foucault and political reason: liberalism, neo-liberalism and rationalities of government*. Chicago: University of Chicago Press.

___ (1996b). *Inventing our selves: psychology, power and personhood*. Cambridge: Cambridge University Press.

___ (1999). *Governing the soul: the shaping of the private self*. Londres: Free Association Books.

SMART, Barry (2004). *Michel Foucault*. London: Routledge.

TIE, Warwick (2004). “The psychic life of governmentality”. In: *Culture, Theory and*

Critique, vol. 45, n. 2.

VALVERDE, Marianne (1996). “‘Despotism’ and ethical governance”. In: *Economy and Society*, vol. 25, n. 3, pp. 357-372.

Documentos:

Civil Renewal Unit (2005). *Together We Can*. London: Home Office.

Home Office (2004). *Confident Communities in a Secure Britain: The Home Office Strategic Plan 2004-2008*, Cmnd. 6287. London: Home Office.

Home Office (2006). *From improvement to transformation: an Action Plan to reform the Home Office so it meets public expectations and delivers its core purpose of protecting the public*. London: Home Office.

Respect Task Force (2006). *Respect Action Plan*. Londres: COI.

Programas televisivos:

BBC News. “At-a-Glance: Home Office Woes” (22/5/2006). Disponível em: http://news.bbc.co.uk/1/hi/uk_politics/4946460.stm. (consultado em 14/12/2006).

BBC News. “Reid proposes Probation Overhaul” (7/11/2006). Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/1/hi/uk/6123966.stm>. (consultado em 19/12/2006).

Fóruns de discussão na internet:

BBC News (Fórum-a). “‘Should Charles Clarke Resign?’ *Have Your Say*” (Fórum de discussão aberto em 25/4/2006 e fechado em 2/5/2006). Disponível em: <http://newsforums.bbc.co.uk/nol/thread.jspa?threadID=1570&&edition=1&tt1=20061219180037>. (consultado em 19/12/2006).

BBC News (Fórum-b). “Lend a Hand: Do We Need a Probation Service Review? *Have Your Say*” (Fórum de discussão aberto e fechado em 20/3/2006). Disponível em: <http://newsforums.bbc.co.uk/nol/thread.jspa?sortBy=i&threadID=1374&start=0&tart=0&edition=1>. (consultado em 19/12/2006).

Política e fissuras sobre crianças e jovens: psiquiatria, neurociência e educação

Saete Oliveira

Pesquisadora no Nu-Sol e no projeto Fapesp Ecopolítica, professora no Departamento de Política da Faculdade de Ciências Sociais e no Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP.

RESUMO:

Hoje, os investimentos neurocientíficos e psiquiátricos sobre crianças e jovens intensificam-se. Apresentam sinalizações, não negligenciáveis, para uma educação preventivo-terapêutica, acoplada à rotinização de diagnósticos e tratamentos educativos em espaços variados. A psiquiatria se renova, também, no interior dela própria, pelo que vem sendo chamado de “psiquiatria do desenvolvimento”, mais recente variação da designada “psiquiatria da infância e adolescência”. Interessa, neste momento, traçar o funcionamento de novas formas de monitoramentos sutis que objetivam aplacar rebeldias e os investimentos neuropsiquiátricos voltados à formação de crianças e jovens resilientes.

Palavras-chave: resiliência, controle, psiquiatria, política, prevenção.

ABSTRACT:

In present days, the neuroscientific and psychiatric investments on children and adolescents have intensified. They bring about undeniable signals for an education based on prevention and therapy, combined with the routinization of diagnosis and educative treatments in various spaces. The psychiatry renews itself, also in its interior, by what has been called “psychiatry of development” – the most recent variation of the so-called “psychiatry of infancy and adolescence”. What matters, at the moment, is to outline the functioning of new and subtle ways of monitoring that aims at hampering resistances and on neuropsychiatric investments intended to educate resilient children and adolescents.

Keywords: resilience, control, psychiatry, politics, prevention.

Tocar na vida de um jeito *estranho* não é fácil. Expressá-la de forma *esquisita* é um perigo. E hoje, o que traz perigo? Em quais práticas, em quais gestos, palavras, silêncios, habita um perigo arredo e inestancável. Onde estão as fissuras de mão dupla a serem escancaradas?

Antonin Artaud não teve meias palavras ao dizer que “a peste existe para abrir abscessos” (Artaud, 1984: 44). Gesto estranho, perigoso. A fissura fendia nele. Um vinco, um sulco, uma cicatriz, um bulcão vulcânico na epiderme.

Se Michel Foucault teve sensibilidade para extrair de Artaud o que situou como “materialidade de pensamento” (Foucault, 1990: 35) é porque sua estranheza audaz também não deixava passar indelével o que a facilidade de apropriações inócuas, esta limpeza substitutiva das palavras, prefere diluir ao gosto da vida faxinada desprovida de sangue.

Agora já é uma das marcas de Nietzsche em Foucault (Nietzsche, 1998: 66; Foucault, 1979: 143).

E que não se confunda crueldade com derramamento de sangue. Artaud precisou aqui um inclassificável apetite de vida. E frisou nesta crueldade praticada um exercício incidindo, antes de mais nada, em si próprio.

Cruel arremesso. Gesto estranho, perigoso.

Dupla fissura, uma própria que se volta para acompanhar e fraturar fissuras incididas em corpos, em vidas, em existências de crianças e jovens. E uma em seu retorno esquisito, estranho, num demorar-se, mesmo breve num mínimo fôlego, em fraturas expostas. Um vinco, um sulco, uma cicatriz, um abscesso vivo. Um abscesso vivo que se volte contra a própria política.

Projeto Atenção Brasil

Num abissal acidente de pesquisa encontra-se uma pequena notícia.

Nela, por sua vez, um projeto, iniciado em 2009, é divulgado: o *Projeto Atenção Brasil*. Ele foi firmado por um convênio entre pesquisadores brasileiros, da Universidade de Duke (EUA) e da Universidade La Sapienza, situada em Roma, Itália. Seu teor grandiloquente arroga-se inédito no país ao dirigir esforços às chamadas inovadoras medições de hábitos, comportamentos e da denominada saúde mental de crianças e jovens. Segundo o coordenador do projeto, o neurologista infantil Marco Antonio Arruda, o principal objetivo é

identificar os fatores de proteção e de risco para o desenvolvimento e saúde mental das crianças e dos jovens, fato que possibilitará a criação de medidas preventivas e de intervenção eficazes voltadas para esse público. O estudo será conduzido a partir de informações obtidas dos pais, professores e profissionais voluntários das áreas de saúde e educação. Além de avaliar a incidência de transtornos neuropsiquiátricos, como o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), depressão e enxaqueca, a pesquisa estima também o uso do tabaco ou bebida alcoólica pelas mães durante a gestação, hábitos de sono e uso excessivo da mídia eletrônica (televisão, videogame e computador) pelas crianças e jovens. Todos esses aspectos influenciam na formação do feto, e pela primeira vez no Brasil uma pesquisa de âmbito nacional pretende viabilizar medidas de prevenção e intervenção eficazes para essa faixa etária da população. Os estudiosos irão avaliar a habilidade do público infantojuvenil em enfrentar dificuldades e reprovar (Andi, 2009).

Este projeto, por sua vez, proveio de uma parceria entre o Instituto Glia¹, uma empresa especializada em consultorias e operacionalizações

¹ A escolha do termo *glia* para intitular o Instituto não é casual. O uso moderno da palavra situa-se na medicina, no âmbito da histologia biológica, para denominar um grupo de células componentes do sistema nervoso: *células glia* ou *neuroglias*. Estudos mais recentes em diversas áreas, dentre elas, biologia molecular, neurociências e psiquiatria, situam estas células não como exatamente neuronais — ainda que no cérebro elas apareçam em número maior ao de neurônios — mas vitais para a defesa e restauração dos próprios neurônios, assim como para captação e liberação de neurotransmissores, por meio de pesquisas em torno de mapeamentos de neuroimagens, sequenciamento proteicos e medições de índices de ionização de cálcio, potássio e

de estudos das neurociências aplicadas à educação, responsável pelo estudo piloto no qual foram avaliadas 1.994 crianças da rede estatal de ensino com idade entre cinco e doze anos, que lançou as bases para a segunda etapa do *Atenção Brasil*.

O coordenador do projeto é o mesmo que dirige o Glia. Este instituto é expressão da prática de um duplo empreendedorismo em voga hoje: o do neurologista em sua própria carreira e em um promissor negócio. O Glia foi fundado em uma cidade emblemática do conservadorismo do interior do estado de São Paulo, São José do Rio Preto, onde um viver “classe média” também traz contornos ao projeto e, simultaneamente, volta-se a crianças pobres e de classe média baixa. O Glia, por sua vez, lança mão dos aportes das neurociências, com ênfase em sua vertente cognitiva. A parceria do *Projeto Atenção Brasil* com o instituto define o que constitui de forma mais ampla o próprio Glia. Trata-se de uma empresa especializada em consultorias e operacionalizações de estudos das neurociências aplicadas à educação em quatro principais áreas de atuação: “capacitação profissional, pesquisa e desenvolvimento de softwares, consultoria escolar e responsabilidade social” (Instituto Glia, s/d).

Ajustam-se por sobreposição um empreendimento empresarial, de cunho neuropedagógico, que em seu surgimento, de saída, já traz o conveniente selo de empresa definida como Instituto. Mas não só, a empresa-instituto rapidamente cria, em 2006, uma comunidade virtual, como dupla extensão de empreendimento do Instituto: a *Comunidade Virtual Aprender Criança*, que serviu como plataforma de convocação de profissionais voluntários para o *Projeto Atenção Brasil*, antecedido por

outras substâncias. Os estudos recentes vêm procurando mostrar que as *glias* não só nutrem e sustentam os neurônios, desempenhando ao mesmo tempo sua defesa, mas são, também, responsáveis por sua capacidade plástica, efeitos neuromodulatórios, restaurações e conexões neuronais. As *células glias*, são denominadas, também, *glue cells* (células conectivas) (Kapczinski et al, 2002: 197-198).

dois congressos preparatórios, um no ano de 2006 e outro em 2008. Em novembro deste mesmo ano, foi lançada uma enquete na página do *Comunidade Virtual Aprender Criança*, inquirindo sobre o interesse em participar de uma pesquisa nacional sobre saúde mental infantil. Um intervalo de seis meses foi suficiente para montar um banco de dados de cadastrados na participação do projeto como operadores, aplicadores de questionários, capacitadores e, também, os contatos — registros das escolas de ensino fundamental e médio que se apresentaram como voluntárias para participar da pesquisa nas cinco regiões do país.

Em 2009, já eram veiculados os primeiros resultados do projeto piloto:

Para os pais, apenas 86% das crianças são felizes, 29% das mães fumaram e 10% ingeriram bebida alcoólica durante a gestação de seus filhos, fatores que interferem diretamente na saúde mental das crianças. Essas primeiras análises também mostraram que sete em cada grupo de dez crianças assistem televisão todos os dias; e uma em cada quatro joga videogame com essa mesma frequência; 54% desobedecem em casa e 28% na escola; enquanto 20% apresentam dificuldade escolar importante. Outros fatos também revelados pela pesquisa é que para os pais, 59% das crianças são consideradas nervosas; 40% mal humoradas; 28% delas sentem-se sozinhas, remetendo a características de solidão; 23% apresentam dificuldades de relacionamento. E o mais grave: cerca de 6% do público pesquisado já mencionou a intenção de tentar o suicídio (Andi, 2009).

De parcerias não fortuitas...

Proliferam cada vez mais convênios e parcerias, em áreas diversas, firmados com a Universidade de Duke, cotada entre as dez universidades mais importantes dos EUA.

Chama atenção o fato de tal universidade abrigar projetos e conectar consórcios vinculados a institutos e pesquisas que vão de perfis reles, vulgares, àquelas que envolvem grandes capas e cepas científicas dimensionadas naquilo que poderia ser chamado de alta magnitude, como

o Instituto Internacional de Neurociências de Natal Edmond e Lilly Safra (IINN-ELS), criado e coordenado pelo neurocientista Miguel Nicolelis, também professor e pesquisador da Universidade de Duke, Carolina do Norte, o mesmo que propôs e preside a “Comissão do Futuro da Ciência Brasileira”, internacional, independente e voluntária e sediada, ao mesmo tempo, no Ministério da Ciência e Tecnologia.

Não é negligenciável como a Universidade de Duke traz uma marca religiosa na história da própria instituição, que repercute de forma sutil ou explícita em seus investimentos acadêmicos, intelectuais e científicos, e ao mesmo tempo reforça uma tradição de formar profissionais e pesquisadores que se vangloriam do fato de “ter vindo de baixo”, de valorizarem o estatuto de quem “venceu na vida”.

Foi o caso do ex- presidente dos EUA, Richard Nixon, formado em direito, eleito pelo partido republicano e que renunciou após o episódio *Watergate*, e mais recentemente o de Melinda Gates, proveniente do reacionário estado do Texas, formada em ciência da computação e com mestrado em administração de empresas, que vem a ser a esposa de Bill Gates e ocupa o cargo de vice-presidente da Fundação Bill e Melinda Gates, dedicando-se à “caridade”.

Expressa-se aqui o apogeu do mediano, do médio incensado por conservadores, democratas e progressistas, o apogeu da miséria do médio — presente no Estado, empresas, bancos, mídias, fundações, institutos, universidades, ONGs e congêneres organizados, dentro e fora da internet —, entre um investimento na pobreza e a sustentação da continuidade dos miseráveis, dos médios e dos abastados, que retroalimentam as filantropias renovadas e revestidas, em reles e alta magnitude, da qual o próprio voluntariado se nutre e que atravessa o tom de pesquisas, seus produtos e efeitos do que isto forma, dá forma e faz funcionar. Expressão de uma política e de uma maneira de tocar na vida.

Projeto Atenção Brasil, a cartilha: resiliência e recompensas

Após o projeto piloto, partiu-se para a primeira fase da pesquisa. A amostra foi ampliada e um dos primeiros produtos ordinários apresentados no final da primeira parte do *Projeto Atenção Brasil* (PAB) foi publicado no segundo semestre de 2010. Uma cartilha intitulada — *Educando com a ajuda das neurociências: cartilha do educador*. Antes do título, um subtítulo: “Um retrato atual da criança e do adolescente brasileiro”.²

Epígrafe da cartilha: “Para os educadores que desejam que seus filhos e alunos tenham controle sobre suas vidas e não que a vida tenha controle sobre eles.”

Metodologia de pesquisa e questionário:

No estudo foram avaliados aspectos demográficos, socioculturais, antecedentes pessoais e gestacionais, desenvolvimento, hábitos e desempenho escolar, além da aplicação do Questionário de Capacidades e Dificuldades (SDQ, Strengths and Difficulties Questionnaire). Desenvolvido por Robert Goodman em 1997, o Questionário de Capacidades e Dificuldades é um instrumento de

² A divulgação da cartilha se deu sob o estatuto de “domínio público” e encontra-se disponível no site da *Comunidade Virtual Aprender Criança* www.aprendercrianca.com.br, tendo seu acesso para *download* alocado, especificamente em <http://www.aprendercrianca.com.br/atencao-brasil/cartilha-do-educador/cartilha-do-educador-educando-com-a-ajuda-das-neurociencias>. Na página para *download*, a cartilha é apresentada nos seguintes termos: “Temos a grata satisfação de disponibilizar a vocês o mais esperado fruto do PROJETO ATENÇÃO BRASIL a cartilha do Educador: ‘Educando com a ajuda das Neurociências’. Essa cartilha é resultado do trabalho voluntário de mais de uma centena de professores por nós treinados que, em campo, entrevistaram pais e professores de mais de 9.000 crianças e adolescentes de 87 cidades e 16 estados brasileiros. Os resultados revelam um retrato atual e inédito da infância e adolescência brasileira na primeira década do século 21. A análise dos resultados permitiu elaborarmos recomendações para pais e professores, baseadas em evidências científicas, que certamente contribuirão na condução educacional de milhares de crianças e adolescentes brasileiros. Esperamos que desfrutem e colaborem com seus comentários e sugestões, eles serão alimento para o amadurecimento desse fruto, documento vivo de um grande ideal que se renovará a cada edição. Os participantes do Congresso Aprender Criança 2010 receberam um exemplar impresso da cartilha. Você pode fazer o *download* gratuito, clique aqui. Cordialmente, Marco A. Arruda.”

triagem em Saúde Mental infantil que pode ser aplicado a crianças e adolescentes de 4 a 16 anos e é composto por 25 itens que permitem estimar um índice total de dificuldades, dificuldades emocionais, problemas de conduta, hiperatividade e desatenção, problemas com os colegas e comportamento pró-social (empatia), bem como o eventual impacto provocado por esses sintomas na vida da criança ou adolescente e sua família. De acordo com a pontuação, as dificuldades podem ser consideradas normais ou anormais. É um questionário de domínio público, já tendo sido traduzido para 69 línguas e normatizado em numerosos países, inclusive no Brasil por Bacy Fleitlich-Bilyk e colaboradores. O PAB é, portanto, um estudo populacional do tipo transversal, em que se avalia uma amostra populacional em um determinado momento. Nesse tipo de estudo os pesquisadores podem avaliar fatores de risco e de proteção para um determinado desfecho, seja ele uma doença (por exemplo, hipertensão arterial, enxaqueca, câncer de pulmão, etc.), um estado (por exemplo, bom desempenho escolar, Saúde Mental, etc.) ou outra condição. Em estudos desse tipo não podemos fazer inferências do tipo causa-efeito, possibilidade a ser levantada por estudos prospectivos (quando os sujeitos da amostra são acompanhados ao longo do tempo) (Arruda et al, 2010: 7).

As medições de escalas de crianças e jovens a quem o questionário se dirige envolve três campos: família (pais); escola (professores) e saúde (profissionais variados). O campo da saúde e educação se mostra como elemento intermediário entre a família e a escola, que por sua vez se situam como campos contínuos ao se considerar os objetivos de saúde conectados aos de segurança que atravessam o *Projeto Atenção Brasil*. Assim, o conjunto dos campos que inicialmente era formado por três, vira um conjunto de quatro e sua expansão exponencial encontra respaldo na variação psiquiátrica da psiquiatria do desenvolvimento; por meio dela, se efetua o contínuo do controle e se efetiva uma *educação preventivo-terapêutica*.

O preâmbulo da cartilha associa Saúde, Saúde Mental e Justiça Social, entretanto, é preciso destacar que a saúde aparece como seu objetivo maior, sendo condicionado pela saúde mental, elemento valorizado como

aquele indispensável para a obtenção da meta que se propõe: a justiça social. Diante disto, uma conclusão apressada poderia considerar seu preâmbulo anacrônico, pois corrobora o redimensionamento da definição de saúde proveniente ainda do pós-II Guerra Mundial, e instituída pela Organização Mundial da Saúde (OMS), quando a saúde passou a ser situada não mais como ausência de doença, mas presença constante de bem-estar.

Entretanto, o preâmbulo lança mão de uma recente noção de saúde mental³ que já não é propriamente aquela firmada na metade do século XX, quando agora se reforça que “saúde mental é mais do que ausência de doença mental” e, ao mesmo tempo, vincula bem-estar ao funcionamento integral de um indivíduo e da comunidade.

O *Projeto Atenção Brasil* indica uma sobreposição de elementos políticos característicos de bem-estar reativados pelo viés da psiquiatria associada às neurociências em seu afã de uma nova definição de saúde mais ampla, e vinculada agora, decisivamente, à denominada qualidade de vida compartilhada, também pelo viés neoliberal. É possível que o que se apresenta sejam investimentos atuais em uma *educação preventivo-terapêutica* na qual a repisada prevenção geral, porta de entrada das políticas de saúde e segurança, vem se consolidar pela saúde de refinamentos de gestão de governos do chamado desenvolvimento mental.

A cartilha define fatores de risco e proteção apoiada em referências provenientes de estudos de psicopatologias em crianças; de cultura e de desenvolvimento; e nos estudos específicos levados a cabo pelo recente Instituto Nacional de Psiquiatria do Desenvolvimento (INPD), já sinalizando aqui uma das primeiras associações possíveis de serem

³ A respeito da recente construção do conceito de “saúde mental” e dos deslocamentos histórico-políticos trazidos pelos investimentos atuais na psiquiatria biológica ver SIQUEIRA, Leandro Alberto de Paiva (2009). *O (in)divíduo compulsivo: uma genealogia na fronteira entre a disciplina e o controle*. São Paulo: Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais no Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais-PUCSP.

marcadas entre o *Projeto Atenção Brasil* e o *Projeto Prevenção* realizado pelo INPD.⁴

Podemos definir fator de risco como uma variável que aumenta a probabilidade (chance) de uma pessoa ou grupo desenvolver determinada doença, estado ou outra condição. Por exemplo são conhecidos fatores de risco para doenças vasculares o tabagismo, vida sedentária, colesterol alto, hipertensão arterial e diabetes. Por outro lado, entende-se como fator de proteção toda variável que reduzirá essa probabilidade, protegendo o indivíduo de determinado desfecho. Os fatores de risco e proteção em Saúde Mental infantil podem ser de origem genética (no caso das doenças hereditárias), biológica, ambiental, psicológica e socioeconômica, e podem atuar de forma isolada ou combinada, muitas vezes interagindo entre si de maneira complexa. Entre eles, os fatores de ordem sócio econômica, psicológica e ambiental prevalecem sobre os intrínsecos à criança (genéticos e biológicos). A combinação e acumulação de fatores de riscos é mais importante do que a natureza de cada um tomado isoladamente. Os mecanismos pelos quais esses fatores interagem entre si desencadeando um transtorno mental ou protegendo a criança e o adolescente contra ele, vêm sendo exaustivamente estudados pela Psiquiatria do Desenvolvimento (Idem, [grifos meus]).

Os mínimos sinais em uma criança do que pode vir a ser detectado

⁴ O *Projeto Prevenção*, subtítulo *Projeto de Alto Risco para o desenvolvimento de problemas de Saúde Mental na Infância e de Resiliência*, é um projeto colaborativo entre a Universidade São Paulo (USP), a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Ele tem o apoio do governo de ambos os estados e da empresa Nestlé, a mesma que apóia oficialmente, o Instituto Nacional de Psiquiatria do Desenvolvimento (INPD), criado no ano de 2009, e que funciona sediado conjuntamente com o Instituto de Psiquiatria da USP, ao qual se conjugam também vários laboratórios, dentre eles o Laboratório de Neurociências da USP (LIM 27). O *Projeto Prevenção* tem por objetivo estudar crianças, de 6 a 12 anos, em escolas estatais de São Paulo e Porto Alegre para “entender o desenvolvimento normal e anormal de crianças com alto e baixo risco para problemas de saúde mental” (<http://inpd.org.br/>). Ele foi iniciado em 2009, concomitante à fundação do Instituto, e está dividido em 5 fases com seus respectivos protocolos: “Fase 1 (out. a dez. de 2009): Triagem de matrícula de 15 mil crianças; Fase 2 (fev. a jun. de 2010): Entrevista domiciliar de 2.500 crianças e coleta de saliva (inclusive dos familiares biológicos); Fase 3 (fev. a jun. de 2010): Avaliação neuropsicológica e fonoaudiológica; Fase 4 (fev. a jun. de 2010): Avaliação com ressonância magnética de 750 crianças. Fase 5: Avaliação domiciliar, as crianças serão convidadas a repetir o protocolo inteiro avaliativo.”

como “transtornos” e afins, no presente e no futuro, são agora gerenciados como minimizações do risco e mecanismos de proteção, por novos monitoramentos nos governos de vulnerabilidades sob as mais variadas chancelas e protocolos como “identificação precoce”, não mais de degenerações, mas daquilo que tem de ser combatido em nome da defesa da não degradação da vida. É possível que não estejamos mais diante da tradicional quadra disciplinar degeneração-prevenção-desenvolvimento-progresso, e sim frente a uma disposição de reativas combinações par a par — de prevenções para não degradar e desenvolvimento psiquiatrizado — como forma de sustentação do vivo em programas de melhorias.

Ao longo da cartilha são vários os aspectos abordados, entretanto, na divulgação dos resultados do *Projeto Atenção Brasil* há dois específicos que valem ser estancados. O primeiro refere-se ao investimento voltado ao desenvolvimento de resiliência em crianças e jovens; o segundo diz respeito à ênfase dada na avaliação da capacidade de crianças e jovens adiarem recompensas.

A decisão de dar destaque a estes dois aspectos, nesta breve análise específica, provém das possíveis pistas que podem derivar da vinculação entre resiliência e o apaziguamento de rebeldias. De forma simultânea e complementar, a capacidade de adiar recompensas pode estar apontando para um equacionamento inverso da lógica utilitarista, mas não sua supressão, colocada pela psiquiatria do desenvolvimento sob os termos de prazeres projetados e adiados e a permanência do castigo no interior de uma atual *educação preventivo-terapêutica*.

Por ela se lança mão agora das neurociências como um recente respaldo científico para o governo da verdade, instrumentalizado pela psiquiatrização de uma linguagem que pretende “cuidar” e “proteger”, “melhorar” e “não degradar”, almejando restaurar o que foi degradado pelo viés de seu próprio espelhamento, a resiliência.

Para definir resiliência, a cartilha não deixa de lançar mão de uma

linguagem redutora e infantilizada, aos moldes da velha “Caminho Suave”, transcrevendo-a, pelo viés da saúde mental e da saúde mental infantil a partir de três crianças selecionadas para futuros estudos de profundidade no interior do andamento do *Projeto Atenção Brasil*:

Um grupo muito especial de brasileiros foi identificado neste estudo. São crianças e adolescentes que a despeito de não apresentarem nenhum desses fatores de proteção, apresentam ótimos índices de saúde mental e desempenho escolar. Em Saúde Mental denominamos essa condição por resiliência, um termo advindo da física que descreve a capacidade de um material sofrer um impacto e voltar ao seu estado original sem deformar-se, assim o plástico seria altamente resiliente e o cristal pouco. Da forma em que o termo é aplicado em Saúde Mental infantil entende-se por crianças e adolescentes resilientes aqueles capazes de superar as adversidades de todas as ordens, genéticas, biológicas, psicológicas, socioeconômicas e ambientais, além dos eventos negativos da vida (abusos, violência, desnutrição, etc.) não se deformarem e evoluírem para desfechos positivos. No estudo foram identificadas três crianças nessa condição: meninos de cor não-branca, cujos pais são separados, que moram com a mãe ou com nenhum dos pais, a mãe é analfabeta e pertencem à classe econômica D ou E, apresentam altos índices de Saúde Mental e alto desempenho escolar (Ibidem: 14).

Quando o *Projeto Atenção Brasil* afirma que sobre os fatores de risco é preciso atuar e, em relação aos de proteção, é necessário estímulo, defende a atuação no governo do que ele próprio denomina risco e estimular a participação para a proteção da segurança. E se isto se inicia no questionário aplicado, assim como na metodologia e referencial teórico utilizados pela pesquisa, ao mesmo tempo, o *Projeto Atenção Brasil* explicita que seu interesse está voltado para a criação de um material “focado” em educar para o adiamento de recompensas e na educação para a resiliência. Aqui, também, reside o que este projeto traz como expressão de uma política.

Educar para o adiamento de recompensas é educar para o autocontrole,

a autodisciplina, e o controle dos impulsos, é também educar para a tomada de decisões. Portanto, deve determinar condutas educacionais relacionadas a numerosos temas como, por exemplo: hábitos de consumo, alimentação, sono e vestuário, estabelecimento de horários e rotinas, premiações e punições, tarefas escolares, etc., o que representa grande parte do dia-dia da relação pais e filhos (Ibidem: 17-18, grifos meus).

Da capacidade em adiar recompensas, elemento valorizado no interior do item “estimulando os fatores de proteção”, encontra-se o ínfimo diário, atravessado pelo duplo conformismo-obediência, incidindo em crianças e jovens, um duplo transformado mais do que em rotina, em produções políticas da vida tornada conduta. É deste duplo que deriva a resiliência, esta capacidade-competência plástica, esta elasticidade⁵, como atributo especial, e dela já se desdobra uma das generalizações transcritas na cartilha e presentes tanto no projeto como na pesquisa.

Se fosse possível entrevistar os pais de mais de dois bilhões de crianças e adolescentes que vivem no mundo, certamente constataríamos uma grande diversidade no olhar desses pais em relação aos seus filhos. Por outro lado, não ficaríamos surpresos em constatar a uniformidade das expectativas desses mesmos pais para a vida dos seus filhos: serem felizes, terem sucesso e saúde. Para conquistar esses desfechos na vida, a criança precisa desenvolver um conjunto de competências que a torne resiliente (Ibidem: 18, grifos meus).

Da generalização para todos — e é de não esquecer a afirmação de Foucault de que tudo que é geral não existe, entretanto, é preciso acompanhar seus efeitos de verdade —, deriva a uniformidade advinda da

⁵ Sobre a elaboração da noção de *elastificação*, problematizando em uma perspectiva analítica histórico-política novos monitoramentos na sociedade de controle, que se iniciam pelos investimentos em crianças e jovens como redimensionamentos prisionais na sociedade de controle, ver AUGUSTO, Acácio (2009). *Política e polícias. Medidas de contenção da liberdade: modulações de encarceramento contra jovens*. São Paulo: Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais no Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais/PUC-SP, em especial pp. 147-169.

exaltada resiliência que se pretende obter no que é construído enquanto “o como ser”: ser feliz; e em seu complemento recíproco “o como ter”: ter sucesso e ter saúde. O sucesso mostra-se como a meta principal fomentada e perseguida, apresentando um sutil e explícito vínculo indissociável com esta concepção de saúde, na qual a produção de sua própria segurança conecta-se ao investimento de uma educação voltada para crianças e jovens resilientes. A formação de “felizes”. Consolidação compensatória inflacionada, entre resiliência e recompensa, prometida e passível de ser acessada sob a equação “vale qualquer coisa” para ser e para ter. E como se não bastasse bater e rebater em torno do “ser” e do “ter”, trata-se de ser resiliente, ter resiliência.⁶

Resiliência. Que palavra é essa?

Palavra religiosa e renovada pela ciência. Palavra religiosa e renovada pela política. Palavra religiosa que refaz o regime dos castigos. Do castigo que incide em corpos de crianças e jovens.

Resiliência, palavra que se pretende inovadora, também designa voltar atrás, num vaivém entre estados que preservam e conservam. Não como equivalência, mas como complementaridade que inclui e apazigua o confronto de forças no redimensionamento de conflitos negociados e punições revificadas.

Foucault, em 1977, ao problematizar a existência dos Gulags, usou

⁶ Uma das procedências modernas do termo resiliência encontra-se nas experiências do físico britânico Thomas Young, em 1807, a partir de materiais submetidos a uma determinada força, observando as deformações que esta produzia, levando em conta os efeitos de compressão e descompressão, e a capacidade de voltar a sua condição anterior ao impacto. Interessava estabelecer a resiliência de um material numa equação recíproca entre sua capacidade de armazenamento máximo de energia sem sofrer uma deformação permanente. Este experimento foi intitulado como “módulo young”, conhecido também como “módulo de resiliência” ou “módulo de elasticidade”, pelo qual pode-se aferir, por cálculos matemáticos na física, a resiliência de um material, considerando que diferentes materiais, dependendo de sua composição química, também têm módulos de resiliência distintos. Do sobrenome do físico “young” (jovem) ao módulo young (módulo jovem), módulo resiliente. E hoje os investimentos na formação de crianças e jovens resilientes.

de saída em sua análise uma expressão para sinalizar uma possível armadilha: *o ecletismo acolhedor*. Foucault (2003) lançava a expressão ecletismo acolhedor para recusar ser enredado no que ele denominou de *jogo das denúncias sistemáticas*. Para não se deixar ser confundido com aqueles que pretendiam dizer “nós também temos o nosso gulag” — e aí tudo se equivale — fazia-o para mostrar a diferença entre a instituição gulag e a questão gulag, não temendo enfrentar em sua análise a segunda, era esta que lhe interessava, sem negligenciar os efeitos da primeira. Ao se situar o interesse em problematizar o presente, do ponto de vista genealógico, não se deve confundir isto a uma salvaguarda institucional, ou uma correção a ser implementada para melhor fazer funcionar as instituições ou as coisas, como modo de nos livrar de agruras produzidas pela expressão de uma política que se escancara e que não se confunde com uma questão de legitimidade, de determinações, ou de sua presença, ausência ou suspensão temporária. Não é possível confundir dispositivo com legitimidade. Para promover esta indiscernibilidade, é preciso um tanto de crença, um tanto de “tudo suportar”, sob uma ditadura ou sob a democracia.

Hoje, a suportabilidade, inerente à resiliência e à religião, transmuta-se, sob a forma de tudo negociar, como maneira de incluir, mas ela própria não abre mão do limite, e é em nome dele que também dizima o que designa como insuportável e nocivo. Talvez seja por aqui, também, que a religião se restaure e se preserve, fortalecendo seu vínculo indissociável com a política, alternando-se e restaurando-se pela ciência.

Não há governo da vida sem morte deliberada, dizimações, traições e trapaças, prêmios e esquecimentos. Governar a vida com ciência, sabedoria, esclarecimentos, descobertas, anúncios e conservações exige silêncio. Silêncio da reflexão metódica, paciente, refeita muitas vezes; triste silêncio do fracasso, esfuziante silêncio do altruísta. Silêncios de omissões em nome *de*, de recusados, de espoliados, de tolos crentes, de surpreendidos religiosos, silêncio de

políticos, de governantes da ciência, de proprietários da verdadeira consciência. Silêncio, por favor! Inscritos ali naquela placa no corredor hospitalar, ou simplesmente o imperativo *silêncio!* Silêncio, falar baixo, bom tom, sufocando gritos de animais, e de gente que, também, é bicho. Silêncio, por fora dos gritos sufocados nas celas, quartos de hospitais, manicômios, casas de pessoas de bem que violentam crianças, espancam meninos e meninas, abusam de seus corpos, devoram seus prazeres, escravizam pelas classes, grupos, minorias e majorias. Silêncio dos silenciados. Não há guerra que sufoque o grito dos vencidos, a não ser quando estes foram dizimados. Mesmo assim ecoará um berro do último índio perfurado por bala, lâmina ou somente o devastador pó químico (Passetti, 2007a: 115).

Não é negligenciável que no Brasil, no caso específico de crianças e jovens, a resiliência tenha reemergido em torno do castigo sobre seus corpos, quando, na década de 1960, a bibliografia médica tratava isto como “síndrome da criança espancada”, derivando daí o conceito de maus-tratos que deu vazão ao espraiamento das vitimologias e combates à impunidade, que conserva o circuito retroalimentado de crianças e jovens violentados e preserva sociabilidades autoritárias.⁷

Resilientes são aqueles que tudo suportam, toleram e acolhem. Talvez não seja fortuito que estudos sobre resiliência no Brasil, tenham ganhado campo contemporaneamente, quando a medicina buscava uma forma científica de responder, na década de 1970, durante a ditadura militar, às surras e mutilações de corpos de crianças por seus próprios pais.

A psiquiatria, por sua vez, viria a se fartar a partir da recuperação do termo resiliência, possibilitada pelas pesquisas, na década de 1970, do psiquiatra infantil Edwyn James Anthony (1987) sobre psicopatologias de crianças, introduzindo o termo “invulnerabilidade” no interior da psicopatologia do desenvolvimento, desdobrando-se em publicação

⁷ A noção de *violentados* e a noção de *sociabilidade autoritária* foi elaborada no decorrer de pesquisa que se encontra publicada em PASSETTI, Edson; LAZZARI, Márcia; OLIVEIRA, Salete et al. (1995). *Violentados: crianças adolescentes e justiça*. São Paulo.

posterior, na década de 1980, organizada por Anthony, incluindo vários autores, sob o título *A criança invulnerável*. Vinha se firmar por este viés do absoluto uma das procedências do conceito de vulnerabilidade pelo seu inverso, sinalizando para mais um dos possíveis redimensionamentos da relação normal-anormal enquanto vulnerável-invulnerável. Mas também a isto, no interior do debate sobre a resiliência, vieram somar relativizações que foram capazes de modular esta monumental meta da “invulnerabilidade” em moldagens resilientes que reafirmaram o conceito de “vulnerabilidade”, não só como substituto da vítima mas também do algoz. Outra versão do ecletismo acolhedor.

Não é negligenciável que os defensores dos investimentos na formação de “pessoas resilientes” lancem mão de “exemplos” da resiliência construídos a partir do que eles denominam, também, de “vítimas do campo de concentração”, assim como da criança “vítima de maus-tratos” ou da “criança vitimizada”, e que permaneceram intactos, posteriormente, e o superaram e souberam ser felizes. Esta argumentação em favor da pertinência do conceito de resiliência pela “vítima”, respalda-se na atualização de seu conceito pelo de vulnerabilidade. Renova-se o lugar da vítima e se perpetua o jogo dela própria com seu próximo algoz. E dela como o próximo algoz de alguém enquanto forma de governo incentivada a ser praticada por cada um. De forma suave, eclética e acolhedora em governos compartilhados do castigo, e do castigo amado, clamado e exercido pelos seus próprios alvos preferenciais: crianças e jovens.

Da designação médico-política da “síndrome da criança espancada”, atravessando a concepção jurídica-política de maus-tratos, aos inumeráveis mecanismos de proteção compartilhados pelos considerados vulneráveis, propalados no século XXI, é de um contínuo de castigo que se fala. E é dele que menos se fala.

Interessa hoje enfrentar e afrontar os desdobramentos de projetos e pesquisas da atual psiquiatria do desenvolvimento associada às

neurociências, fomentadores, agenciadores de uma educação voltada para a formação de crianças e jovens resilientes, que respaldam novas práticas políticas de cuidados e proteção em que o ponto de clivagem é a resiliência.

É possível que a resiliência seja hoje uma das expressões políticas mais próximas de um *eclétismo acolhedor*, no qual o castigo permanece. E os felizes aprimorados seguem e o seguem.

Na cartilha uma política, resiliência e suas estratégias

A cartilha do projeto *Atenção Brasil*, em seu tópico “educando para a resiliência”, apresenta dez estratégias para os educadores, com ênfase nos pais e na família, para se estender aos dois outros campos envolvendo a escola e os profissionais de saúde: 1. Empatia; 2. Comunicação eficiente; 3. Mudança de roteiros negativos; 4. Amar de forma que eles se sintam especiais e admirados; 5. Aceitá-los como eles são; 6. Ajudá-los a identificar suas habilidades e com elas experimentar o sucesso; 7. Ajudá-los a aprender que erros são oportunidades para aprender; 8. Ajudá-los a desenvolver responsabilidade, compaixão e consciência social; 9. Ensiná-los a resolver problemas e tomar decisões; 10. Disciplinar promovendo a autodisciplina e autoconfiança.

Diante destas dez estratégias é possível sinalizar breves apontamentos analíticos.

A “empatia” é colocada como uma habilidade vital e universalizada para parametrar o que é construído como genérico inerente ao que denominam na cartilha relacionamentos humanos, e é nela que situam a chave em educar para a resiliência, vinculando-a à superação de frustrações. Aqui é possível extrair um *continuum* daquilo que se espera da capacidade em adiar recompensas em uma relação direta estimuladora da superação pelo conformismo.

Em contraponto ao genérico na empatia, a “comunicação eficiente” é atravessada pelo aspecto da impessoalidade pelo que denominam interpessoal, situando o vínculo entre comunicação e eficiência como uma arte de onde derivam as importantes implicações para resiliência, e seu ápice iguala comunicação eficiente como a arte da comunicação.

Ao se tomar as duas primeiras estratégias, e lembrando o que disse Deleuze (1992) ao afirmar que comunicar nunca foi sinônimo de resistir, é possível que tenhamos aqui um contínuo entre superação pelo conformismo e a eficiência como a arte atual da entrega de si, religiosa por excelência, para efeitos de comunicação contínua.

A “mudança de roteiros negativos” implica na cartilha no que denominam de “criar rotas alternativas para um final comum”. O elemento realçado nesta terceira estratégia é a “criatividade”. Se não estamos mais diante de modelos, mas de moldagens auto-deformantes que se modulam (Deleuze, 1992: 211), parece haver aqui uma vinculação entre ajustes cabíveis menos pela adaptação clássica do comportamentalismo e mais pela vertente cognitiva das neurociências, que também restaura o comportamental, entretanto, pela via de algo mais próximo a uma adequação. Valoriza-se, então, a similaridade criativa entre o que se adéqua no interior de um velho itinerário e a conduta apropriada produzida por cada criativo em direção a uma meta comum a todos que passa a ter seu governo compartilhado. O fim comum é a uniformidade esperada como meio criativo de fazê-la existir naquilo que subordina, arregimenta, nivela e emburrece, mesmo em meio a tanta inteligência. Em outras palavras, resigna pela criatividade.

A quarta estratégia, “o amor” é derivado da incondicionalidade atribuída como elemento diluidor das diferenças ao distingui-lo pela velha figura do “papai e da mamãe”. A entrega de si a uma autoridade superior que começa na religião e que não só culmina, mas funda o próprio Estado.⁸ O amor incensado na família é estendido como *frames*

de atenção ao que na cartilha aparece denominado por momentos blindados de “dedicação”. A blindagem é a capa revestidora do elemento que enfatiza a tolerância, também como componente da resiliência; entretanto, é mais: aqui, a relação amor-tolerância trafega em sua própria assimetria hierárquica e desemboca no alerta de segurança que fala por si. Amor sim, transgressão não. Vida tornada sobrevivência, de miséria ou abastada. É a mesma miséria.

(...) eu só posso ser criança, só posso estar vivo, quando eu ultrapasso o limite, quando eu ultrapasso a fronteira, ou quando eu habito a borda, ou quando eu habito a área de risco. Porque senão você acreditará que alguém poderá cuidar de você, de mim, de nós. E se alguém pode cuidar de mim, eu sou apenas o amante da obediência. É isso (Passetti, 2008: 96).

Aqui habita, no precário, no que não se deixa apanhar, uma saúde inclassificável, saúde em insurreição inestancável (Passetti, 2003).

E quando a cartilha passa do amor à quinta estratégia, a “aceitação”, é do aceitar-se como se é que aparece a ajuda à consolidação da mudança aliada à auto-estima, vulgarização do enamoramento de si em fluxos do que Passetti situa na sociedade de controle como *normalização do normal*⁸, voltados ao nivelamento da vida, da vida tornada conduta de dedicação às expectativas e objetivos, presentes também na psiquiatria do desenvolvimento, como contínuo aprimoramento psiquiatrizado, medicalizado, restaurado, revestido, inócuo e inofensivo.

Diante disso, ao passo correlato na sexta estratégia, “o sucesso” é fomentado, gestado, estimulado como atributo de reconhecimento

⁸ A este respeito ver STIRNER, Max (2002). “Algumas considerações provisórias sobre o estado fundado no amor”. In: *Verve*. Tradução de Bragança de Miranda. São Paulo: Nu-Sol, n. 1, (maio), pp. 13-21.

⁹ Ver em especial PASSETTI, Edson (2007b). “Direitos Humanos, sociedade de controle e a criança criminosa”. In: Comissão de Direitos Humanos do CRP-RJ (Org.) *Direitos Humanos? O que temos a ver com isso?*. Rio de Janeiro: Conselho Regional de Psicologia, pp. 63-82.

e capacidade a ser investida e perseguida como maneira eficaz de promover, segundo a cartilha, autoconfiança e auto-estima; esperança e otimismo. De novo, a parêntese resiliência e recompensa, num adiamento interminável do presente, e em sua entrega aos governos dos possíveis. Este vão de condutas e conduções. De governos e melhorias.¹⁰

E se na sétima estratégia trata-se de “aprender a aprender com os erros”, é dela que se invoca também a oitava, quando o que é valorizado é investir em crianças e jovens resilientes portadores de compaixão, responsabilidade e consciência social. Da consciência de que não se abre mão. Entretanto, hoje, é menos por ela e mais pela resiliência, esta capacidade ampliada de governar-se para se saber governado, enquanto definição privilegiada da denominada qualidade de vida, é que sobrepõe o amor, a auto-estima, o apiedamento e a entrega da própria vida ao sucesso e à nona estratégia, a tomada de decisões, ambos embocados e embrenhados no empreendimento de si, onde tudo cabe. E, no vão, a seletividade da triagem, proveniente do desdém hipócrita no desfile interminável de misérias. De misérias decididas e bem sucedidas.

Por fim, a décima estratégia, “promover a autodisciplina e a autoconfiança”. É nela que a cartilha vincula os resíduos da disciplina em função da resiliência e o controle como elemento contínuo de condição inequívoca de governos do vivo em estado de conservação restaurada. A volta tautológica da mesma epígrafe por onde a cartilha se abre: “Para os educadores que desejam que seus filhos e alunos tenham controle sobre suas vidas e não que a vida tenha controle sobre eles” (Arruda et al., 2010: 3).

Crianças e jovens incididos, do ponto de vista político, pelos investimentos de uma educação para a resiliência (Lindstrom, 2001; Slap,

¹⁰ Ver PASSETTI, Edson (2011). “Governamentalidade e violências”. In: *Revista Currículo sem fronteiras*. Volume 11, n. 1, Jan-Jun, pp. 42-53. Disponível em <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol11iss1articles/passetti..>

2001; Yunes, 2003; Junqueira e Deslandes 2003; Koller e Poletto 2008; Norte, et al., 2011), valorizada na formação, produção e restauração da melhoria de si e da melhoria dos outros, pelo assemelhamento resiliente do mesmo para chegar, por outras vias, ao vínculo entre tolerância e segurança. Semelhança dissolvida e ao mesmo tempo renovada nas medições e projeções de cálculos probabilísticos governáveis, voltados ao governo de todos por cada um (portanto, democrático); medianos e individualizados (derivados de incontáveis nivelamentos pastorais); de suportar um impacto e refazer o estado original, não como aquele que era, mas modulado por estados conformados ao que pretende ser em condições de tolerância e, desta maneira, pela capacidade de sustentar um determinado estado governável e governado, pela vida tomada sob controle e gestão resiliente.

Valorizações da capacidade de promoção de perpetuar condições otimizadas no interior da minimização dos riscos (liberal por excelência), onde a utilidade, apesar de não desaparecer, assume um segundo plano para ceder lugar preferencial à “capacidade inteligente”, entendida como aquela disponível a compartilhar-se e servir à melhoria de governos do vivo em estado de conservação, pela condição contínua de meta em direção ao não degradado. Preservado e conservado para empreendimentos na melhoria de si e dos outros. Melhorias de governo do vivo em estado de conservação. Resiliência, ecletismo, acolhimento e infindáveis castigos.

Diante de ápices da mediocridade suas equalizações e nivelamentos. Diante da mediocridade feita circunstância ou contínuo, um grito próprio, um fogo, um abscesso vivo, uma fratura exposta. A peste. Artaud em um estranho retorno: *a vida é de queimar as questões*.

- Seus interesses sempre foram filosóficos?
- Tal como meu pai, me orientei para a medicina. Pensei em

me especializar em psiquiatria, e assim, trabalhei três anos no Hospital Sainte-Anne de Paris. Eu tinha 25 anos (...). Foi então que entrei em contato com alguém, que chamarei Roger, um interno de 22 anos. Ele havia sido enviado para o hospital porque seus pais e amigos temiam que ele se fizesse mal e acabasse se autodestruindo (...). Nós nos tornamos bons amigos. Eu o via várias vezes ao dia durante minhas visitas ao hospital, e ele começou a simpatizar comigo. Quando ele estava lúcido e não tinha problemas, ele parecia muito inteligente e sensato, mas, em alguns outros momentos, sobretudo os mais violentos, devia ficar enclausurado. Ele era tratado com medicamentos, mas esta terapia se mostrou insuficiente. Um dia, me disse que sabia que nunca o deixariam partir do hospital. Esse terrível pressentimento provocava um estado de terror (...). A ideia de que podia morrer o inquietava muito, e ele até pediu um certificado médico que nunca se iria deixá-lo morrer. É claro que esta súplica foi considerada ridícula. Seu estado mental deteriorou e, afinal, os médicos concluíram que, se não se intervisse, fosse de que modo fosse, ele se mataria. Assim, com o consentimento de sua família se procedeu a uma lobotomia frontal neste rapaz excepcional, inteligente mas incontrolável... Embora o tempo passe, não importa o que eu faça. Não consigo esquecer seu rosto atormentado. Com frequência eu me perguntei se a morte não seria preferível a uma não-existência, e se não deveríamos fazer o que quisermos de nossa vida, seja qual for nosso estado mental. Para mim a conclusão evidente é que mesmo a pior dor é preferível a uma existência vegetativa (...) (Foucault, 2003b: 308-309).

Não é uma questão de concessão que se coloca diante deste pequeno estilhaço. Mas a investida no reverso da fissura, na mesma entrevista que Foucault dá a um fotógrafo, às portas da década de 1980, com a aids explodindo e seis anos antes de morrer em uma das alas da Salpêtrière. Com a aids explodindo e sendo chamada de peste-gay. Às portas da década de 1980, quando ele também situava que estávamos em um momento voltado para o “vigiar de perto”, para um momento que ele preferiu chamar de manhãs cinzentas da tolerância, ele que não se esquivava e afirmava “eu capto o intolerável”, no vigiar de perto, tecendo a base do programa de tolerância zero, da polícia de

proximidade, ao gosto britânico da Europa e da polícia de visibilidade ao gosto estadunidense. Com o programa de tolerância zero tomando pé e iniciando sua faxina pelo que inicialmente, em Nova York, se denominou peste das ruas, e suas complementaridades de baixos começos com o que passaria a se denominar como segurança cidadã, atravessada por qualidade de vida. Mas não só, Foucault acrescenta a Bauer, o fotógrafo que lhe entrevista às portadas da década de 1980.

Hoje, em nossa sociedade de orientação psiquiátrica, se considera com benevolência qualquer coisa que possa propiciar prazer aos indivíduos. A psiquiatria tornou-se a nova religião. (Foucault, 2003b: 312).

Hoje, quando quase tudo e quase todos pretendem estar seguros e felizes, ser acessados, obter acesso, ter sucesso, ascender, desde que não se acenda fogo algum demasiado próximo, e isto implica em aplacar o fogo de crianças e jovens investindo em sua *melhoria*, a estranheza de uma afirmação de Artaud interessa, em uma fissura da própria palavra acesso, fraturando isto que se coloca sob a forma de pretender “cuidar” e “proteger”.

“É a saúde entre dois acessos de febre quente que vai passar.

É a febre entre dois acessos de uma insurreição de boa saúde” (Artaud, 1995: 285).

Estranho retorno ...

“Se as grandes rupturas são sempre negociáveis, as pequenas fissuras são inegociáveis (...)” (Passetti, 2007c, 26).

Talvez seja algo próximo de uma dupla fissura, uma própria que se volta para acompanhar e fraturar fissuras incididas em corpos, em vidas,

em existências de crianças e jovens. É uma em seu retorno esquisito, estranho, num demorar-se, mesmo breve num mínimo fôlego, em fraturas expostas. Um vinco, um sulco, uma cicatriz, um abscesso vivo. Um abscesso vivo que se volte contra a própria política. Mas não basta, apenas, arruinar a política. E aqui é uma marca, um tom, descoberta em anarquista companhia.

Bibliografia

ARTAUD, Antonin (1984). *O teatro e seu duplo*. Porto Alegre: Max Limonad.

___ (1995). “Van Gogh, o suicidado da sociedade”. In: *Linguagem e vida*. Tradução de Maria Lucia Pereira et alli. São Paulo: Editora Perspectiva.

AUGUSTO, Acácio (2009). *Política e polícias. Medidas de contenção da liberdade: modulações de encarceramento contra jovens na sociedade de controle*. São Paulo: Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais no Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais - PUCSP.

DELEUZE, Gilles (1992). “*Post-scriptum* sobre as sociedades de controle”. In: *Conversações*. Tradução de Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Ed. 34.

FOUCAULT, Michel (1979). “Sobre a prisão”. In: MACHADO, Roberto (Org). *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal.

___ (1990). *O pensamento do exterior*. Tradução de Inês Autran Dourado. São Paulo: Princípio.

___ (2003). “Poderes e estratégias”. In: MOTTA, Manuel de Barros (org.). *Estratégia, poder-saber*. Ditos e escritos IV. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, pp. 241-252.

___ (2003b). “Conversação sem complexos com um filósofo que analisa as ‘estruturas de poder’”. In: MOTTA, Manuel Barros (org). *Estratégia, poder-saber*. Ditos e escritos IV. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, pp. 308-309.

NIETZSCHE, Friedrich (1998). *Assim falou Zaratustra: um livro para todos e para ninguém*. Tradução de Mário da Silva. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

PASSETTI, Edson (2003). *Éticas dos amigos: invenções libertárias da vida*. São Paulo/ Brasília: CAPES.

___ (2006). “Ensaio sobre um abolicionismo penal”. In: *Verve*. São Paulo: Nu-Sol, vol. 9, maio, 83-114.

___ (2007a). “Pintar o sete: anotações sobre o governo da ciência, condutas e éticas”. In: *Anarquismo urgente*. Rio de Janeiro: Achiamé.

___ (2007b). “Direitos Humanos, sociedade de controle e a criança criminosa”. In: Comissão de Direitos Humanos do CRP-RJ (Org). *Direitos Humanos? O que temos a ver com isso?* Rio de Janeiro: Conselho Regional de Psicologia, pp. 63-82.

___ (2007c). “Arte e resistências: ensaios entre amigos”. In: *Anarquismo urgente*. Rio

de Janeiro: Achiamé.

___ (2008). “Política e resistências na sociedade de controle”. In: *Seminário Internacional Direitos e violência na América Latina*. Rio de Janeiro: UERJ, 2008. Versão ampliada “Conversa sobre anotações a respeito de política, resistências, sociedade de controle e educação” in *Anais do 1º Ciclo de Conferências Políticas que produzem educação*. São Gonçalo: UERJ, 2008, pp. 85-96. Disponível em <http://www.nu-sol.org/artigos/ArtigosView.php?id=13> (consultado em 24/07/2010).

___ (2011). “Governamentalidade e violências”. In: *Revista Currículo sem fronteiras*. Volume 11, n. 1, Jan-Jun, 42-53. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol11iss1articles/passetti.pdf> (consultado em 12/04/2011).

PASSETTI, Edson; LAZZARI, Márcia; OLIVEIRA, Salette et. al. (1995). *Violentados: crianças adolescentes e justiça*. São Paulo.

SIQUEIRA, Leandro Alberto de Paiva (2009). *O (in)divíduo compulsivo: uma genealogia na fronteira entre a disciplina e o controle*. São Paulo: Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais no Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais - PUCSP.

STIRNER, Max (2002). “Algumas considerações provisórias sobre o Estado fundado no amor”. In: *Verve*. Tradução de Bragança de Miranda. São Paulo: Nu-Sol, vol. 1, pp.13-21.

Referências sobre resiliência

ANTHONY, Edwyn James (Org.) (1987). *The invulnerable child*. Washington D.C.: Library of Congress. Disponível em <http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=tp4NKEfh5pcC&oi=fnd&pg=PA3&dq=the+invulnerable+child&ots=sbXvqx9S8N&sig=MmBXcmERbIwscfciS7QeEVDfI8c#v=onepage&q&f=false> (consultado em 22/05/2010).

JUNQUEIRA, Maria de Fátima Pinheiro da Silva e DESLANDES, Suely Ferreira. (2003). “Resiliência e maus-tratos à criança”. In: *Cadernos de Saúde Pública*, 19 (1), Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003, pp. 227-235. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2003000100025&lng=en (consultado em 14/06/2010).

KOLLER, Silvia Helena e POLETTO, Michelle (2008). “Contextos ecológicos: promotores de resiliência, fatores de risco e de proteção”. In: *Estudos de psicologia*. Campinas, vol. 25, n. 3, pp. 405-416. ISSN 0103-166X. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-166X2008000300009&script=sci_abstract&tlng=pt (consultado em 18/07/2010).

LINDSTROM, Bengt (2001). “O significado de resiliência”. In: *Adolescencia Latinoamericana*. Porto Alegre, vol. 2, n. 3, pp.133-137. Disponível em http://ral-adolesc.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-71302001000300006&lng=pt&nrm=iso (consultado em 19/08/2009).

NORTE, Carlos Eduardo, et al. (2011). “Impacto da terapia cognitivo-comportamental nos fatores neurobiológicos relacionados à resiliência”. In: *Revista de Psiquiatria e Clínica*. São Paulo, vol. 38, n. 1, pp. 43-45. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-60832011000100009&lng=en&nrm=iso (consultado em 15/08/2010).

SLAP, Gail B. (2001). “Conceitos atuais, aplicações práticas e resiliência no novo milênio”. In: *Adolescencia Latinoamericana*. Porto Alegre, vol. 2, n. 3, pp.173-176. Disponível em http://ral-adolesc.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-71302001000300011&lng=es&nrm=iso (consultado em 09/08/2010).

YUNES, Maria Angela Mattar (2003). “Psicologia positiva e resiliência: o foco no indivíduo e na família”. In: *Psicologia em Estudo*, vol. 8, n.spe, pp. 75-84. ISSN 1413-

7372. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722003000300010&lng=en&nrm=iso (consultado em 14/09/2010).

Artigos outros:

KAPCZINSKI, Flávio et al. (2002). “Neuropatologia de células gliais em modelo de integração neurônio-glia no transtorno de humor bipolar”. In: *Revista de psiquiatria Clínica*. São Paulo: Departamento e Instituto de Psiquiatria da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), vol. 29, n. 4, pp.197-203.

Notícias:

Andi: <http://www.andi.org.br/infancia-e-juventude/noticia-clipping/pesquisa-avalia-os-habitos-comportamento-e-saude-mental-das-cr>. (consultado em 12/01/2010).

Outras publicações (Cartilha):

ARRUDA, Marco Antônio; ALMEIDA, M.; BIGAL M.E; POLANCZYK, G. V.; MOURA-RIBEIRO, M. V.; GOLFETO, J. H. (2010). Projeto Atenção Brasil: Saúde Mental e desempenho escolar em crianças e adolescentes brasileiros. Análise dos resultados e recomendações para o educador com base em evidências científicas. Ed. Instituto Glia, Ribeirão Preto, SP.

Sites:

ANDI Comunicação e Direitos: <http://www.andi.org.br/>

Comunidade Virtual Aprender Criança: <http://www.aprendercrianca.com.br/>

Instituto Glia: <http://www.institutoglia.com.br/>

Instituto Nacional de Psicologia do Desenvolvimento: <http://inpd.org.br/>

Universidade de Duke: <http://www.duke.edu/>

Élisée Reclus: torrente libertária

Jean Didier Vincent.

Élisée Reclus, géographe, anarchiste, écologiste. Paris: Robert Laffont, 2010, 426 páginas.

Beatriz Scigliano Carneiro

Pesquisadora no Nu-Sol/PUC-SP e no Projeto Temático FAPESP Ecopolítica. Publicou o livro *Relâmpagos com claror: Lygia Clark, Hélio Oiticica, vida como arte.* São Paulo: Imaginário/FAPESP, 2004.

“O passeante, que hoje percorre a esplêndida avenida Élisée Reclus que margeia o Campo de Marte [Paris], saberia quem foi o ilustre desconhecido de quem esta carrega o nome?” Esta questão, provocando o distraído caminhante de uma via de circulação, abre a extensa biografia de Élisée Reclus, escrita por Jean Didier Vincent, e que recebeu o prêmio Femina de melhor ensaio publicado em francês de 2010. Dizer que Reclus fora um “grande sábio, um visionário, o inventor de uma nova geografia e um escritor genial”, frases apressadas ditas como respostas possíveis, ainda não faz jus ao biografado, segundo Vincent. Muitos ignoram que, educado para ser um pastor como o pai, Reclus tornou-se ateu convicto; que,

enquanto militante libertário, foi preso, exilado e vigiado constantemente pelo Estado francês; que sua geografia não pode ser dissociada das práticas anarquistas de liberdade.

Após sua morte em 1905, a vasta obra geográfica de Élisée ficou esquecida por décadas, em favor de uma geografia desenvolvida na universidade francesa com Vidal de La Blanche, e mesmo de uma geografia de cunho militar, como a do alemão Ratzel. Seu nome deixou até de ser citado em compêndios e verbetes referentes ao tema. Nos círculos anarquistas, porém, Reclus permaneceu como uma referência libertária ao lado de Bakunin, Kropotkin, Proudhon, entre outros; suas obras políticas continuaram a ser difundidas.

Apenas nos anos 70 do século XX, seus estudos científicos foram gradualmente redescobertos pelas universidades na França, contribuindo com o surgimento de novos métodos, conceitos e temas geográficos. No início do século XXI, a obra de Reclus, tanto a científica quanto a política, tem sido recuperada para a ecologia.

No século XIX, Reclus divulgou na França o livro *Man and Nature* (1864) e se correspondeu com seu autor, o estadunidense George Marsh, atuante na conservação da natureza. Marsh escreveu sobre os efeitos da ação humana no meio natural, e suas propostas de proteção da natureza não enfatizavam a preservação de santuários selvagens, mas uma utilização cuidadosa dos recursos naturais disponíveis para a vida humana, com a qual concordava Reclus.

Nas palavras de Vincent: “Devido ao caráter inovador e muito atual da geografia de Reclus, é possível fazer dele um dos ‘pais’ da ecologia moderna. Esta, atualmente muito difusa, para não dizer confusa no plano epistemológico, teria interesse em se aproximar da geografia científica e libertária de Reclus” (p. 17). A geografia reclusiana caracteriza-se pela descrição da produção social do espaço e pela análise das relações entre as socieda-

des e o quadro físico e biológico em dimensões, simultaneamente, espaciais e temporais. A vida e a natureza coincidem, para além do orgânico, pelo movimento constante. Vulcões e terremotos resultam do movimento da crosta da terra e da pressão do magma no interior do planeta, hipótese ousada na época para a qual Reclus encontrava fundamento na observação das paisagens.

Apesar de compartilhar a ideia de evolução e progresso predominantes no século XIX, para Reclus: “Tudo muda, tudo se move na natureza em um movimento constante, mas se há progresso, pode haver também um recuo e se as evoluções tendem a um crescimento da vida, há outras que tendem para a morte” (p.16). Nestes ciclos de evolução ou regressão também poderiam ocorrer mudanças repentinas capazes de alterar a direção de uma linha evolutiva.

Todavia, Jean Didier Vincent não é ecologista, nem anarquista, nem geógrafo: é um médico neurobiologista com uma contribuição seminal para o desenvolvimento da neuroendocrinologia, estudo que liga os hormônios ao sistema nervoso. Foi professor na Universidade Paris XI, membro da Academia Nacional de Medicina e da Academia de Ciências,

e também diretor da Fundação para a Inovação Política — “um *think tank* liberal, progressista e europeu”, de orientação centro-direitista, ligado ao ex-presidente Jaques Chirac. Hoje, preside o Conselho dos Programas do Ministério da Educação Nacional. Publicou livros de divulgação científica da neurobiologia. Traduzidas para o português, há obras como *Biologia das paixões*, *A carne e o diabo*, *Viagem extraordinária ao centro do cérebro*, *A vida é uma fábula* e o ensaio *Casanova e o contágio do prazer*.

Uma biografia de Reclus não é um trabalho inédito, apesar da constatação inicial do esquecimento que recaiu sobre o geógrafo anarquista. Entre as fontes, além das obras do biografado e sua correspondência, Vincent também utilizou outras biografias: o livro escrito por Paul, filho de Elias, intitulado *Os irmãos Reclus*; o estudo de Roger Gonot, *Élisée Reclus, o profeta do ideal anarquista*, publicado em 1992, com apoio da cidade de Orthez; dois livros de Henriette Chardak, *Élisée Reclus, o homem que amava a terra* e *Élisée Reclus, um enciclopedista infernal*, lançados recentemente, e artigos de autores que recuperaram Reclus para o mundo acadêmico. Há um agra-

decimento especial a Helene Sarrazin por sua “incomparável biografia”, *Élisée Reclus e a paixão do mundo*, de 1985. Porque então o interesse de Jean Didier pelo geógrafo anarquista Élisée Reclus?

No prólogo, em poucas linhas, descreve-se a experiência de um menino que tira as roupas e se atira na torrente gelada de um rio; deixa-se levar pela correnteza, rolando junto com a terra arrastada pela água, e depois, ainda nu, seca-se ao sol. Veste-se e retorna para casa em silêncio. Nada comenta sobre essa secreta experiência com seu curioso irmão, Elias. O menino é Élisée, apresentado como alguém marcado pela experiência com dois elementos: água e terra. São cursos d’água, alagadiços, vales e montanhas; são elementos das paisagens que circundavam Reclus desde a infância, no sudoeste da França, e durante suas viagens. Em suas próprias palavras: “Parece-me que me tornei de fato parte do meio que me envolve, eu me sinto um com as ervas flutuantes, com o saibro movente sobre o fundo, com a correnteza que faz oscilar meu corpo... Todo esse mundo exterior é real?” (p. 151).

Na biografia, Reclus não aparece destacado de um cenário histórico e geográfico, mas imerso em um fluxo

em movimento, imbricado com o meio natural e social. Descrevem-se as vidas de muitas pessoas de seu círculo e até acontecimentos que ele não participou — como o massacre de 1º de maio de 1886, em Chicago —, mas que tiveram efeitos na França e no seu percurso. O texto conta com retratos vivos de uma rede de acontecimentos que se interligam, muitas vezes relatados com extensas citações de Reclus retiradas de seus livros, artigos e cartas, ou então, comentários de pessoas que conviveram com ele ou participaram desses eventos. Vincent explora a rede de relações do biografado, mesmo assim assinala em algumas passagens certa dificuldade em seguir seus encontros e deslocamentos.

A trajetória de Reclus se apresenta em três partes, do nascimento à morte, inspiradas em seu livro preferido, *História de um riacho*, em que um curso d'água conta com três fases: arroio, ribeirão e rio. A existência estende-se como um fluxo de um arroio que se torna ribeirão e, com a afluência de outros corpos d'água, cresce como um rio caudaloso, compondo paisagens em seu percurso até desaparecer no mar. Considerar a cronologia de uma vida tal qual um curso d'água, remete ao espaço em que este corre, às paisagens que

compõe, a um fluxo que permanece em movimento contínuo. O tempo ganha forma material e se espacializa.

Se Reclus ainda não é suficientemente conhecido em seu país natal, no Brasil, afora em circuitos anarquistas e em alguns nichos acadêmicos, ele hoje praticamente parece esquecido na poeira de seus volumes depositados nas seções de livros raros das bibliotecas. Entretanto, a *Geografia Universal* em francês fora item imprescindível de muitas bibliotecas da elite brasileira no século XIX. O próprio Reclus, esteve no Brasil em 1893, e foi homenageado na Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro. Vincent não chega a mencionar especificamente nenhuma visita ao Brasil, citando apenas uma genérica viagem à América do Sul, em 1893, para complementar pesquisas para os últimos volumes da *Geografia Universal* (p. 358).

Em 1900, a livraria Garnier publicou em requintado volume a tradução para o português de “Estados Unidos do Brasil”, um capítulo da *Geografia Universal* que se tornou referência para os geógrafos no país, entre eles, Euclides da Cunha. Os anarquistas brasileiros e portugueses passaram, simultaneamente, a publi-

car traduções e divulgar seus artigos políticos. Depois Reclus foi sendo esquecido, ainda mais do que na França.

Em função desse desconhecimento, — nem há avenidas Élisée Reclus no Brasil —, cabe aqui citar alguns pontos das três partes da biografia, de modo a trazer um esboço breve de quem foi. A primeira parte trata dos anos de formação, período similar

às nascentes dos cursos d'água que brotam das montanhas e se lançam inexoráveis em torrentes fortes e velozes pelos declives geomorfológicos. Élisée nasceu em 1830, na cidade de Sante-Foy-la-Grande, às margens do rio Dordogne, região da Aquitânia, filho de um pastor protestante. Seu pai esperava que dois de seus 14 filhos, Elias, o mais velho, e, três anos mais novo, fossem pastores. No entanto, desde muito jovens, ambos deixaram a religião e a crença em Deus. Os irmãos Élisée e Elias foram parceiros e companheiros a vida inteira, com alguns períodos de afastamento, mas sem nunca deixarem arrefecer a amizade que os unia além dos laços de sangue e das práticas libertárias.

Élisée passou alguns anos da infância com os avós maternos em La Roche Chalais, às margens do rio

Drone. Lá, dividia seu tempo entre a escola, a biblioteca do avô, passeios ao ar livre e banhos nos riachos. Na época, ao presenciar a matança de animais domésticos para servirem de refeição, decidiu tornar-se um vegetariano convicto e nunca mais comer cadáveres de animais. Seu irmão Elias o seguiu nessa decisão, mas admitia “comer carne socialmente”.

Os irmãos frequentaram uma escola protestante em Neuwied, às margens do rio Reno, na Alemanha e, a seguir, no ano de 1848, começaram a cursar a Faculdade de Teologia em Montbaun, uma escola da renovação protestante na França, de onde foram afastados por motivos políticos. A cidade de Montbaum tornara-se foco de agitação de trabalhadores e estudantes em um ano conturbado, e militantes esquerdistas de Paris frequentavam reuniões dos estudantes, dentre os quais estavam os irmãos Reclus.

Ainda estudantes, os irmãos realizaram uma caminhada a pé pelo centro sul da França em direção ao mar Mediterrâneo, o que muito marcou Élisée. Ao sair da faculdade de Montbaun, decidiu trabalhar como professor de geografia no antigo colégio que frequentou em Neuwied, e dali seguiu para Berlim para dar

continuidade aos estudos. Foi aluno e discípulo de Carl Ritter, um dos grandes geógrafos da Universidade de Berlim.

O golpe de estado de Luís Napoleão Bonaparte, presidente da República Francesa, em dezembro de 1851, visando restaurar o império e tornar-se monarca, revoltou grande parte da população e os republicanos se prepararam para lutar. Os irmãos Reclus tentaram montar um foco de resistência na pequena cidade de Orthez, onde residia a família. Perseguidos pela polícia política, fugiram para Londres e depois para a Irlanda. Após um período de trabalho nos campos irlandeses, Élisée viajou para América, onde ficou até 1857. Nesses anos, morou na Louisiana, região sul dos Estados Unidos, visitou Chicago, na época uma grande cidade com um milhão de habitantes, Panamá, Cuba e tentou implantar sem sucesso uma colônia agrícola na Colômbia. Durante sua estadia no continente americano, empenhou-se em descrever paisagens e tipos humanos, posteriormente usados em suas obras. Observou com interesse a mestiçagem e a convivência em um mesmo espaço entre pessoas de procedências diversas: negros, índios, europeus. Entretanto, na Louisiana, encontrou os mercados de

escravos, alimentando a prática que ele considerava um horror absoluto.

Com o fracasso de seu projeto de colonização em Serra Nevada, na Colômbia, e enfraquecido por doenças tropicais, Élisée decidiu voltar para a França, em 1857. Na segunda parte, o período em que viveu na França até ser exilado, em 1872, caracteriza-se como um riacho que recebe águas de outros arroios e prossegue o caminho com mais força tornando-se um ribeirão.

Reclus passou a escrever sistematicamente artigos científicos para revistas especializadas e, graças à qualidade de seus trabalhos, entrou para a Sociedade Geográfica Francesa, em 1858. A editora Hachette contratou-o, no início para a elaboração de guias turísticos, depois encomendou-lhe trabalhos de maior amplitude e publicou suas pesquisas, destacando-se dois trabalhos iniciais: *A Terra: descrição dos fenômenos da vida do globo e História de um riacho*.

Em Paris, reencontrou o irmão Elias, agora casado com a prima Noemi e com um filho, Paul. Os dois irmãos e respectivas famílias moraram juntos em Paris, até 1871, em residências suficientemente acolhedoras para receber amigos, militantes e promover reuniões políticas.

Ao visitar a família em Sainte Foy la Grande, Élisée casou-se apenas no civil com Clarice, uma amiga de infância, mestiça de francês europeu com uma senegalesa. No entanto, no começo de 1869, Clarice morreu dias depois do parto da terceira filha, que também não sobreviveu.

Nesse segundo período de sua vida, aproximou-se de grupos políticos de esquerda como os blanquistas; conheceu Proudhon e tornou-se amigo de Bakunin. Ao viajar para a Inglaterra reuniu-se frequentemente com associações operárias. Em 1868, durante o 2º Congresso da Liga da Paz e da Liberdade, em Berna, Suíça, faz sua primeira declaração pública de adesão ao anarquismo. Em seu discurso destacou a luta para a destruição do Estado e pelos direitos e liberação das mulheres (a residência dos Reclus, em Paris, recebia também amigas e militantes feministas, como Louise Michel e Pauline Mink).

Em uma das viagens à Inglaterra, reencontrou Fanny Herminez, antiga aluna das aulas particulares de francês que ministrou durante sua fuga para Londres, em 1851. Adeptos da união livre entre os sexos, uniram-se sem formalidades, em 1870, data que coincidiu com a guerra entre França e Prússia.

Apesar de pacifista, para evitar a invasão de Paris pelos prussianos que se aproximavam, Reclus se alistou na Corporação de Balonistas, na qual estava seu amigo e fotógrafo Felix Nadar. Contudo, o governo francês de Thiers se submeteu a Bismarck, mediante um tratado de paz e permitiu a entrada do Exército prussiano na capital. Em 18 de março de 1871, data do início da Comuna de Paris, franceses de várias tendências políticas antigovernistas pegaram em armas e foram às ruas, ocupando diversos quarteirões da capital. O governo se transferiu para Versalhes. A Comuna foi sanguinariamente reprimida. Reclus foi preso com arma na mão na luta contra a polícia. Recusou um perdão que exigiria a renúncia de suas convicções e foi a julgamento. Recebeu a pena de deportação para Nova Caledônia, mas uma campanha internacional influenciou na comutação desta para banimento por 10 anos.

Em 1872, exilou-se na Suíça com a família; assim começa a terceira parte do livro, associada à força de rios caudalosos. Dois anos depois de uma vida tranquila em Ticino, Fanny morreu de infecção ao dar a luz, assim como a criança dias mais tarde. O desolado Reclus mudou-se para Vevey, cidade

às margens do lago Lemán. Continuou trabalhando na elaboração dos livros da *Nova Geografia Universal*, contratado pela Hachette, que continuava a lhe patrocinar viagens pelo mundo para a continuidade das pesquisas. A coleção *Nova Geografia Universal* permanecia um sucesso de vendas e Reclus era reconhecido mundialmente como um grande geógrafo.

Ao mesmo tempo, era um ativo militante anarquista, presente e atuante em encontros libertários importantes da Europa. O momento era de revoltas populares, protestos e atentados contra autoridades. A Suíça se tornara refúgio de militantes de esquerda procedentes de várias nações, alguns muito conhecidos pela atuação anarquista, como Bakunin e Kropotkin. O país estava repleto de espões a serviço de Estados europeus.

Com o acirramento da repressão aos militantes de esquerda em todo mundo, as ações violentas por parte destes se espalharam. No anarquismo não há uma centralidade como ocorre em partidos, nos quais há um controle da conduta de seus integrantes; há anarquismos e ações anarquistas. O pacifismo de Reclus não o impedia de demonstrar admiração por atos violentos, como os de Ravachol. Não concordava com atos de vingança,

mas considerava que defender a liberdade não era violência.

Kropotkin, também anarquista e geógrafo, tornou-se seu amigo. Juntos, participaram de vários encontros políticos e escreveram textos em parceria. Ambos foram muitas vezes acusados pela polícia secreta de serem os “chefes” e organizadores dos anarquistas internacionais e incitadores de ações contra a ordem.

Em 1879, recusou a anistia que o governo francês lhe propôs e retornou à França apenas para visitas breves à família. Em 1894, mudou-se para a Bélgica, convidado a dar aulas na Universidade Livre que mantinha uma orientação liberal diversa da tendência católica predominante no país. No entanto, um atentado a bomba na França, feito pelo anarquista Vaillant, recolocou Reclus na lista dos suspeitos de cumplicidade com ações violentas. Seu curso foi então recusado. No entanto, outros intelectuais, de tendência socialista libertária, formaram uma Universidade Nova, em Bruxelas, e depois o Instituto de Altos Estudos, onde se tornou professor de Geografia. Os cursos não foram reconhecidos oficialmente pelo Estado belga, mas isso não impediu a afluência de estudantes, especialmente estrangeiros.

Morreu em julho de 1905, na casa de Florence de Brouckere, em Thorout, Bélgica. Acabara de publicar a obra *Vulcões e a Terra* e quase terminou sua obra derradeira: *o Homem e a Terra*. Em seus momentos finais, estava acompanhado de Florence, seu último amor.

Vincent procurou explorar a possibilidade de uma relação com o chamado *meio* com uma intensidade capaz de acarretar uma transformação radical de si próprio. O caso de Élisée Reclus demonstrava tal possibilidade. A autoridade paterna e a tradição huguenote da família e da região onde nasceu lhe impuseram uma concepção de mundo já pronta e um modelo a dar continuidade. No entanto, a experiência sensorial com os elementos água, terra e ar contribuiu para que este se afastasse de uma rígida concepção calvinista, a ponto de se desligar da expectativa familiar, da religião e da crença em Deus, vivenciando a liberdade. “Foi o conhecimento dos fenômenos da vida do globo que lhe permitiu reivindicar para o Homem o direito absoluto à liberdade” (p. 12), afirma Vincent.

Reclus dizia que “o livro *Terra* eu comecei há 15 anos, não no silêncio do gabinete, mas na livre natureza, na Irlanda” (p.79). As descri-

ções dos tipos humanos mostravam interesse pela beleza da variedade dos corpos de homens e mulheres. As experiências sensoriais com os elementos da natureza o levaram para um elogio da nudez dos corpos e para o sexo sem pecado. Reclus reconhecia que “o desejo do corpo do outro é natural entre os seres humanos, desde que não signifique posse ou escravidão” (p. 102).

O sensorial e sensual geógrafo retirava da interação com os seres vivos e coisas a experiência da liberdade e também a vontade de conhecer, não para dominar, mas para vivenciar o ambiente com prazer e intensidade, tanto no seu aspecto de suporte material para o corpo, quanto no aspecto estético. Em Reclus, tanto no momento da pesquisa, quanto na escrita, a ciência sabia se fazer prazerosa.

A vida ao ar livre era decisiva para o próprio pensamento. “A caminhada e a natação tinham uma mesma função cheia de júbilo em Élisée. Os dois elementos, terra e água, se confundiam na experiência do corpo. É a presença constante desse último que permitiu Élisée falar de *geografia sensível*” (p. 191).

Podemos encontrar aqui outro menino ensaiando os primeiros passos

às margens do rio Dordogne. Agora é Jean Didier Vincent, também nascido e criado em Sainte Foy La Grande, recuperando as lembranças dos banhos de rio e andanças pelos bosques da Gironda, 100 anos depois de Élisée. Vincent se explica: “O biógrafo tem o dever de ser reservado em relação à própria vida. Mas como não se comunicar com meu herói em nosso amor compartilhado por nossa bela Dordogne?” (p.190). Ele se recorda de que, no colégio dirigido por protestantes onde estudou, próximo a Sainte-Foy, às margens do rio,

durante o verão, era permitido nadar ao meio-dia; lembrança similar à de Reclus sobre seu próprio tempo de escola (pp.190-191). Mas, comenta nostálgico: “Uma tal liberdade seria inconcebível nos dias de hoje.”

“[A Élisée Reclus] uma nova vida foi prometida: uma imortalidade que se manifesta no coração dos outros” — essa é a frase final do livro, cuja leitura leva a concluir que uma nova vida para Reclus “nos dias de hoje” passa longe de homenagens em placas de rua, mas se encontra na coragem de andarilhos livres.

As guerras do fim do mundo

Harald Welzer.

Guerras climáticas: por que mataremos e seremos mortos no século XXI.

Tradução de William Lagos. São Paulo: Geração Editorial, 2010, 317 páginas.

Thiago Rodrigues

Professor no Departamento de Relações Internacionais e Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense (UFF), pesquisador no Nu-Sol/PUC-SP e no Projeto Temático FAPESP Ecopolítica.

Quando o navegador inglês James Cook chegou à Ilha de Páscoa, em 1776, encontrou uma paisagem desolada: não havia uma só árvore, os animais eram raros, os habitantes, poucos, esqueléticos e assustadiços. Intrigou-lhe, especialmente, a quantidade de monumentais cabeças de pedra, muitas delas danificadas, que não condiziam com o ambiente à sua volta. Cook anotou o que viu, não pôde explicá-lo e partiu. Hipóteses sobre o que aconteceu em Páscoa tiveram que esperar por estudos arqueológicos e antropológicos, no século XX, que sugeriram uma história apocalíptica. A ilha teria sido colonizada por polinésios que chegaram a um arquipélago tropical rico e fértil. Passados alguns séculos, disputas entre os clãs —

centradas na capacidade de construir mais e maiores cabeças de pedra —, teriam consumido a cobertura vegetal, devido à necessidade de madeira para a produção dos ídolos, esgotando o solo e secando as fontes de água. Com a diminuição do alimento e da água, os clãs teriam se lançado à guerra de extermínio. Em pouco tempo, as estruturas sociais e os ídolos desmoronaram, restando apenas o triste cenário encontrado por Cook.

O apocalipse tropical de Páscoa foi escolhido por Harald Welzer para exemplificar como, tanto no passado como no presente e futuro, a alteração nas condições ecológicas pode levar ao acirramento dos conflitos sociais e à guerra. Eis a tese central do livro publicado em 2010, escrito pelo professor de psicologia social na Universidade

Witten/Herdecke, Alemanha, que tem se dedicado, com mais regularidade, ao estudo da participação social no Holocausto durante os anos 1930 e que, com essa obra, aumentou o número de escritos sobre a relação entre a degradação ecológica e os conflitos no mundo.

O tema não é propriamente novo, tendo sido incorporado por pesquisadores que, desde os anos 1990, dedicaram-se à análise das alterações nos conflitos violentos internacionais e domésticos após o fim da Guerra Fria. Mesmo o vínculo entre “ecologia” e “guerra” não poderia ser considerado uma novidade, como indicam, entre outros, os trabalhos do historiador militar John Keegan. A diferença na abordagem de Welzer está, ao menos, em dois planos: no diálogo que estabelece com discussões do presente em que escreve; e na posição política que assume.

A resenha a seguir, longe da pretensão de sumarizar a obra, procurará apresentar como esses dois planos se mostram no livro, indicando possibilidades de leitura e problematização interessadas no estudo da ecopolítica na perspectiva da instauração de novas condutas públicas e privadas e das emergentes táticas de gestão política do planeta.

Uma política de sobrevivência, ou simplesmente, violência?

Welzer dedica sua atenção não às “catástrofes” tidas como “naturais” — como um terremoto ou um tsunami —, mas àquelas que, aparentando ser “naturais”, seriam decorrência da ação humana (pp. 215-217). Essas “catástrofes”, que surgem na forma de grandes furações, inundações, nevascas fora de época ou de lugar, deslizamentos ou chuvas torrenciais imprevisíveis são aquelas que têm sido apontadas por organizações como o *Intergovernmental Panel on Climate Changes* (IPCC), que Welzer incorpora e aceita, como os incidentes climáticos extremos decorrentes do desequilíbrio ecológico provocado pelo modelo de desenvolvimento econômico e social ocidental universalizado nos últimos 250 anos (p. 57). As mudanças climáticas, portanto, não seriam “naturais”, mas induzidas pela atividade humana, o que faria delas “um problema *ecossocial*” (p. 219, grifo do autor) e dos desastres ambientais, modalidades específicas de “catástrofe social” (p. 44).

Segundo Welzer, serão essas “catástrofes sociais” produzidas pelas mudanças climáticas que motivarão parte substancial dos conflitos do-

mésticos e internacionais no século XXI. Para o autor, esses conflitos, de fato, já começaram, tendo sido anunciados ainda no final do século XX com o chamado “genocídio em Ruanda”, ocorrido em 1994. Welzer considera que as interpretações do genocídio ruandês como um “conflito étnico” são equivocadas não apenas porque desconsideram o processo de criação das “etnias” tutsi e hutu pelos colonizadores alemães e belgas, mas, também, porque ignoram uma *variável ecológica* que teria sido fundamental. O autor argumenta que o assassinio em massa foi possível, além dos fatores históricos, políticos e sociais, pela existência de um “problema ecológico e demográfico” (p. 95). Para Welzer, a violência de 1994 foi precedida por um crescimento populacional acelerado que trouxe problemas concretos — como a inflação do preço dos alimentos, a fome e o acirramento da luta pela ocupação das terras férteis — potencializados pelas pré-existentes divisões sociais, políticas e econômicas. Assim, o genocídio em Ruanda teria sido não um “embate étnico”, mas um conflito com uma lógica climática de fundo.

Depois de Ruanda, outro acontecimento importante teria sido o fu-

ração Katrina, que arrasou Nova Orleans, em 2005. Para Welzer, o grau de destruição e o caos que se seguiu ao Katrina, com milhões de desabrigados, saques e uma intervenção militar para manter a ordem e proteger a propriedade, teriam estabelecido um padrão esperável para catástrofes futuras. Até mesmo a incapacidade do serviço meteorológico, supostamente mais sofisticado do mundo em prever a força dos ventos, teria revelado como os futuros desastres poderão ser devastadores, com capacidade de destruição ainda maior em países pobres e com menos recursos para a *defesa civil*. O episódio Katrina teria, ainda, possibilitado o surgimento do “conceito de *refugiados climáticos* para indicar a fuga de pessoas devido a eventos atmosféricos” (p. 43, grifo do autor); conceito que, na reflexão de Welzer, como se verá adiante, tem papel central.

O terceiro acontecimento citado por Welzer seria, propriamente, a primeira guerra climática do século XXI: o conflito na província sudanesa do Darfur. Welzer relata o conflito no sudoeste do Sudão como uma “guerra climática” iniciada a partir do rápido processo de desertificação que comprimiu as terras aráveis e as pastagens, colocando em choque os grupos nômades/pastoris e os se-

dentários/agricultores, em disputa por território. O conflito teria crescido com a chegada, nos anos 1990, de grupos paramilitares (os *djandjawids*) apoiados pelo ditador Omar Al-Bashir para debelar supostas movimentações pró-independência na região. O agravamento da violência levou, então, à formação de levadas de refugiados que se deslocaram para o Chade, no oeste, mas também para países ao sul e ao norte, produzindo um problema humanitário que mobilizou a ONU, a União dos Estados Africanos, a União Europeia e organizações humanitárias não-governamentais (p. 100).

Desse modo, apesar de ter sido noticiada mundialmente como um “conflito étnico”, a violência no Darfur seria, para Welzer, uma “guerra climática”, ou seja, uma situação de “guerra permanente” (p. 101), ainda que descontinuada, que conteria a combinação de elementos políticos, econômicos e sociais — muitas vezes existentes de longa data — catalisados e potencializados por mudanças no ecossistema. Um dos efeitos imediatos seria a produção de contingentes de “refugiados climáticos” que pressionariam as fronteiras dos países vizinhos e das “ilhas de bem-estar” (p. 121) dos Estados ocidentais — notadamente a União Europeia, mas

também, os Estados Unidos da América —, gerando ameaças à estabilidade institucional e à ordem política estabelecida. Essas ameaças, sustenta Welzer, seriam ainda maiores nos países pobres que ele classifica como “sociedades fracassadas”, “Estados fracos”, “nações em colapso”, entre outros sinônimos para o que, na literatura das Relações Internacionais, convencionou-se designar — seguindo a difusão do termo realizada, nos anos 2000, por Francis Fukuyama — de “Estados falidos”.

Para Welzer, as “nações frágeis” seriam as primeiras a sofrer com o impacto das mudanças climáticas porque veriam “sua *vulnerabilidade* consideravelmente intensificada perante os *riscos* ambientais, e de maneira semelhante, condições de *defesa* contra as modificações climáticas claramente menores” (p. 105, grifos meus). É importante notar como o autor lida com cálculos de *vulnerabilidade* e *risco* a fim de aferir capacidades concretas de reação às mudanças climáticas e, conseqüentemente, a possibilidade de equacionar os conflitos decorrentes. Ao aceitar a definição de “Estado falido”, Welzer considera que a debilidade institucional dos “Estados pobres” será exacerbada pelo fato de que neles as mudanças

climáticas acontecerão de forma mais intensa e os meios de enfrentamento serão reduzidos. Em suma, para Welzer, “as variações climáticas constituem um *perigo social* [capaz] (...) de provocar catástrofes sociais, tais como a desagregação de um sistema de governo, guerras civis e genocídios” (p. 261, grifo meu); e serão os países pobres os mais atingidos.

A consequência em termos de segurança para os Estados ocidentais virá, para o autor, de dois modos: *indiretamente*, pelas turbulências regionais (na África, Ásia, Oceania e América Latina) provocadas pelas “guerras climáticas” que alimentarão o ambiente para a radicalização política e o terrorismo, além de criar zonas excluídas dos fluxos do capitalismo globalizado; e *diretamente*, pela pressão constante das fronteiras europeias e estadunidenses pelas ondas de refugiados ambientais; além dos eventuais atentados terroristas de grupos provenientes de “Estados falidos”.

Para Welzer não seria uma novidade afirmar que as guerras mudaram desde o final da Guerra Fria, pois muitas foram as obras dedicadas ao surgimento dos grupos armados não-estatais e à proliferação de guerras

civis que questionaram, frontalmente, o monopólio estatal da violência e seu direito exclusivo de recorrer à guerra (pp. 132-140). O dado novo seria o reconhecimento das mudanças climáticas como instigadoras dessas novas modalidades de guerras, ao lado de outras explicações mais ou menos tradicionais como os fatores históricos, políticos, econômicos ou “étnicos”. Welzer preocupa-se em lançar o alerta de que “cada quilômetro quadrado cedido à desertificação representa um *encolhimento do espaço de sobrevivência* dos seres humanos e se converte em fonte direta ou indireta da violência” (p. 105, grifo do autor). Seria a volta, por outros meios, da noção de *espaço vital*, que para os nazistas justificou a expansão em direção ao leste e que para os Estados ricos ou pobres, e mesmo grupos organizados dentro de territórios formalmente soberanos, impulsionaria novas práticas de expansão e genocídio fazendo com que a situação extrema de ameaça à *sobrevivência* justificasse qualquer ato, substituindo a *política* pela *violência*.

Salvar o mundo, os homens e a política

As soluções indicadas até o mo-

mento para enfrentar o aquecimento global e as mudanças climáticas têm sido, para Harald Welzer, inapropriadas porque partilham da mesma lógica da atual configuração da economia globalizada, sendo apenas alternativas ao mesmo modelo de desenvolvimento. Segundo o autor, essas soluções poderiam ser resumidas em três níveis: individual, internacional e doméstico. O plano individual seria o da conscientização ambiental, compreendida como “as atitudes a serem tomadas individualmente a fim de salvar o mundo” (p. 268) como, por exemplo, dar educação ecológica para os filhos, economizar água, praticar carona solidária com os amigos, ir para o trabalho de bicicleta, separar o lixo orgânico do reciclável etc.

Para Welzer, a solução individual é uma “proposta grotesca” que reduz “radicalmente o nível e a complexidade das necessidades de reação e dos aspectos de responsabilidade que as modificações climáticas exigem de forma radical” (p. 269). Ao invés de evidenciar a necessidade de mudanças substanciais, o prisma individualizante da “retificação de hábitos pessoais” apenas alivia consciências e a responsabilidade dos “atores políticos e corporativos [com relação]

aos seus deveres reais em tomar medidas mais eficazes”, não tendo “qualquer influência relevante sobre o processo [de mudança climática]” (Idem).

O segundo plano seria o internacional, representado pelos esforços levados adiante, desde os anos 1970, para a construção de um regime legal planetário de proteção do meio ambiente. O problema desse sistema, para o autor, é que este não dispõe dos meios coercitivos necessários para fazer valer as decisões acordadas; posição próxima à dos teóricos realistas no campo das Relações Internacionais, e que explicita a partilha da crença no conceito tradicional da filosofia política de que só há eficácia na aplicação da lei se existe uma instituição política — que para os realistas, seguindo a clássica definição de Max Weber, seria o Estado moderno — capaz de obrigar ao cumprimento da lei diante da ameaça do uso da força física. Welzer, no entanto, indica sua expectativa de que o “direito criminal internacional” (p. 271) se sofisticue, aumentando o seu grau de institucionalização e eficácia. Para o autor, isso “ainda se situa em um futuro mais ou menos distante” (Idem), mas poderá seguir caminho similar ao regime internacional dos direitos humanos —

pois o direito ao meio ambiente também se configuraria com um direito humano — que caminhou para a criação de tribunais penais internacionais *ad hoc* e procura afirmar, hoje, um tribunal permanente.

O plano doméstico ou nacional é, para Welzer, o terceiro e mais importante dos níveis, pois nele se dá a efetiva transformação dos compromissos internacionais em leis e, diante da existência do poder coercitivo central, dá-se a possibilidade concreta de que a legislação seja cumprida. Assim, medidas que seriam ineficazes no plano individual — como trocar as lâmpadas incandescentes por fluorescentes ou inibir o uso de combustíveis poluentes — ganhariam amplitude se fossem leis gerais, obrigatórias a todos e fiscalizadas pelo Estado. Uma vez mais, a ênfase do autor no Estado — que, pela negativa, ajuda a compreender sua adesão ao conceito de “Estado falido” — o faz apostar no fortalecimento das instituições políticas desde que haja um aperfeiçoamento da prática política.

Esse aperfeiçoamento deveria passar pelo incentivo a novas formas de fazer política para além da “política parlamentar” e da limitação ao “ciclo das eleições” (p.

285). Welzer defende, assim, uma reforma política que abra “oportunidades de participação” (Idem) para que se constitua uma democracia nas modalidades *participativa* e *direta*, aproveitando as novas facilidades computo-informacionais. Então, um nível maior de “comunicação e de participação [conduziria] a um grau mais elevado de identificação cidadã com a sociedade que ajuda construir” (Ibidem), gerando um “juízo prático da necessidade de combater os menores efeitos do aquecimento global, não somente por meio de uma cultura planetária de redução radical do dispêndio de recursos naturais, mas também por meio de uma cultura de participação totalmente nova” (p. 287).

Em suma, o enfrentamento *real* das mudanças climáticas necessitaria de uma alteração da prática política e o incentivo a um novo “*projeto cultural da boa sociedade*” (p. 286, grifo do autor), ou seja, de uma reforma nos hábitos e valores, impulsionada pela reforma da democracia, convocando à participação geral e à harmonização ampla de práticas e condutas. A nova “boa sociedade” deveria ser, desse modo, medida por critérios completamente diferentes dos atuais; com outros conceitos para desenvolvimento e bem-estar não mais os associados à

revolução industrial responsável pelo desenvolvimento de parte dos países ocidentais e inviável — ou melhor, *insustentável* — de ser universalizada, pois o planeta não a suportaria.

Os países desenvolvidos e os chamados emergentes têm defendido, segundo Welzer, pequenos ajustes dentro da mesma lógica de desenvolvimento, como exemplifica o projeto do etanol como suposta alternativa sustentável aos combustíveis fósseis. O etanol, no entanto, exigiria o desmatamento de florestas e a ocupação de terras férteis que poderiam ser usadas para a produção de alimentos, além de manter a matriz energética centrada nos motores a combustão interna. Seria preciso, então, alterar o modelo de desenvolvimento, o que somente aconteceria com uma modificação dos valores expressos por meio de uma participação constante na vida política e comunitária.

A modificação nos costumes deveria, assim, influenciar a alteração das políticas externa e de segurança dos Estados, sobretudo, as dos desenvolvidos. No plano internacional, os países pobres — para Welzer, as principais vítimas das mudanças climáticas — deveriam receber auxílio para se desenvolverem dentro de um novo modelo produtivo sustentável

e não mais recebendo ajuda humanitária que tem sido, apenas, alvo de saque pelas elites locais e “senhores da guerra”, auxiliando na reprodução infundável dos conflitos locais (pp. 151-152), sem auxiliar efetivamente as populações-alvo. De outro lado, a política com relação aos imigrantes tem sido baseada, segundo Welzer, na violação sistemática dos direitos humanos, pois está fundada no erguimento de barreiras físicas (muros, cercas, forças especiais de policiamento de fronteira) e eletrônicas (radares, satélites), e na construção de uma rede de “zonas de proteção”, como eufemisticamente se chamam os campos de refugiados e os campos de concentração para imigrantes ilegais na Europa, nos EUA e nos seus arredores (pp. 193-208).

As guerras climáticas nos “Estados falidos” seriam, então, fontes de ameaça constante à segurança dos “Estados desenvolvidos”, pois promoveriam o deslocamento de refugiados e a radicalização terrorista antiocidental das populações mais afetadas pelas mudanças climáticas. A reação a tais ameaças pelos Estados ocidentais, mantendo-se o modelo de desenvolvimento presente, tem levado não apenas às violações dos direitos humanos dos que estão para fora dos

“bolsões de bem-estar”, como também, açotado os direitos civis de seus cidadãos em nome das leis de exceção para combater o terrorismo (p. 290).

Desse modo, o corolário dessa reflexão é que a segurança de cada Estado, primordialmente dos “desenvolvidos”, depende da adoção de um novo modelo de sociedade, centrado num outro conceito de desenvolvimento e em outras práticas políticas lastreadas por um câmbio moral que eleja “a maneira como realmente desejamos viver na sociedade de que fazemos parte e em que desejaremos viver no futuro” (p. 281). A salvação da humanidade, portanto, dependeria, simultaneamente, da salvação do planeta, do Estado, dos países pobres, da ordem internacional e da política fundada numa nova moral.

Guerra, moral e política

O livro de Welzer não é, simplesmente, sobre a *securitização* das mudanças climáticas, expressão bastante em voga para designar que uma questão foi encampada pelos Estados como um tema concernente à sua segurança e à segurança internacional. Mais do que isso, o

texto explicita como a preservação do meio ambiente é um dos itens centrais para a constituição de uma nova ordem planetária que implica na elaboração de novas instituições supranacionais, de um direito cosmopolita e de Estados adaptados aos novos fluxos globais de capital, produtos, dados, imagens e inteligências produtivas.

Nessa nova política planetária, a segurança não se restringe apenas a um tema nacional, tampouco internacional. Emerge, ao contrário, como um problema *transterritorial* que recobre o globo não para substituir o Estado e sua segurança, mas para redimensioná-lo em novas centralidades políticas, quer seja em consórcios estatais, como a União Europeia, quer seja em coalizões militares, como a OTAN, ou em projetos mais ou menos desenvolvidos de integração comercial, econômica e política nos cinco continentes. A adesão de Welzer ao conceito de “Estado falido” explicita sua aposta no poder político centralizado, ainda que reformulado em suas instituições e procedimentos participativos, como fórmula para alcançar a paz, entendida não apenas como a superação da guerra por meio das instituições, mas também, como reforma moral das condutas em nome

da salvação do planeta associada às salvações individual e coletiva.

Assim, quando o autor recrimina as soluções preservacionistas individuais, afirmando que o problema requer mais do que “retificação de hábitos pessoais” (p. 269), a questão não diz respeito exatamente à “retificação” das condutas individuais, mas à falta de uma articulação que as retifique *ampla e coordenadamente*. Daí a importância do Estado como força que deve zelar — e, no limite, impor — as condutas necessárias à construção da nova “boa sociedade”.

O livro de Welzer, desse modo, não se restringe a tratar das “novas guerras” como um acontecimento descolado da modelação de uma nova sociedade voltada ao planeta. Quando o autor sustenta que as guerras climáticas seriam “guerras permanentes” (pp. 140-149), envolvendo Estados, coalizões de Estados, grupos paramilitares, traficantes, terroristas etc. e que se retroalimentam, reproduzindo as violências, é possível lembrar-se da noção de “estados de violência”, apresentada por Frédéric Gros como uma hipótese para analisar os conflitos contemporâneos. No entanto, se Welzer nota características fundamentais desses conflitos destacadas por Gros — como sua fluidez,

a presença de grupos privados, sua desterritorialização, sua indefinição territorial e jurídica —, ele o faz não com a intenção de problematizá-los, mas apenas as *assimila* a partir de um referencial hobbesiano que se atemoriza diante da perda do monopólio da violência física por parte do Estado. Afinal, para Welzer, interromper a destruição do planeta significaria evitar a *catástrofe social* absoluta.

Seria possível notar, então, que para Welzer, as *guerras climáticas* poderiam ser, efetivamente, as *guerras do fim do mundo*; não do mundo geológico, ou mesmo do meio ambiente, mas do *mundo dos e para os homens*. A extinção catastrófica da humanidade, que converteria o planeta em uma grande Ilha da Páscoa, é a visão que atemoriza o autor. Visão atravessada por um não-citado tom malthusiano que associa crescimento demográfico a rarefação de recursos e, conseqüentemente, conflito e morte para a formação de novo equilíbrio. Tom, a um só tempo, humanitarista e moralista que, em adição, vincula pobreza a violência, fazendo dos “Estados falidos” espaços propícios para a guerra e para as “ameaças”, quer sejam na forma de terroristas, quer seja na de famélicos refugiados.

A União Europeia incorporou o tema das mudanças climáticas como uma questão de segurança para o bloco desde a publicação da Estratégia Europeia de Segurança, em 2002, indicando como fontes futuras de conflito precisamente as pressões migratórias e as possíveis rivalidades entre Estados por conta do acesso a recursos naturais e energéticos que rareiam. O tema, por sua vez, não está circunscrito aos europeus, sendo discutido na ONU e preocupando Estados como o Brasil com suas florestas tropicais, aquíferos de água doce, monoculturas de cana-de-açúcar para produção de etanol e reservas de petróleo.

A questão, no entanto, não é apenas um tema diplomático-militar. Além disso, ela implica investimento na alteração de condutas e de valores morais que atravessam indivíduos, empresas, Estados, organizações não-governamentais e intergovernamentais. Em nome da salvação do planeta — para que se salve, também, a humanidade — está em produção um novo conjunto de táticas de governo, simultaneamente locais e globais, que anunciam a dissolução da “política nacional” e “internacional” em uma política planetária e transterritorial. O livro de Welzer é, assim, uma obra *atual* sobre a *guerra*, mas mais que isso, sobre *política e moral*.

As empresas e a sustentabilidade

Felipe Carvalho de Oliveira Costa

Estudante de Ciências Econômicas na PUC-SP; bolsista iniciação científica com o projeto “*Como as empresas pensam a sustentabilidade ambiental*”, vinculada ao projeto temático FAPESP *Ecopolítica*.

Uma breve observação nas práticas de divulgação das grandes empresas evidencia que “sustentabilidade”¹ é a palavra recorrente. Nos mais diversos setores – da mineração ao sistema bancário – as empresas se esforçam para que sejam vistas e conceituadas como sustentáveis.

Nesse contexto, a primeira pergunta que emerge da análise da relação das empresas com a sustentabilidade é: “como elas procedem?”. A rapidez na resposta por elas emitida relaciona-se à “sustentabilidade” como um conceito “frouxo”, tratado de forma rápida e paradigmática.

Explica-se esse tratamento pelo fato dos líderes empresariais pretenderem se apresentar como leigos, reforçando o senso comum e dando a impressão de criarem tal gestão de maneira compartilhada com os empregados. Assim o fazem porque a sustentabilidade se tornou um fator estratégico para os negócios vincula-

dos a uma respeitável reputação. A comunicação da sustentabilidade passou a ter um papel fundamental para essas empresas, impelindo-as a aderir ao discurso sustentável, mesmo que de forma esquemática, rápida ou retórica. Enfim, a construção histórica do conceito de sustentabilidade ocorreu de forma a não permitir uma definição exata, conclusiva e consensual a seu respeito, até mesmo nos meios acadêmicos e especializados.

O que impulsiona uma empresa a ser sustentável? O movimento empresarial sustentável objetiva responder às demandas sociais, culturais e econômicas que se desenvolveram de forma global durante as últimas décadas. A resposta a essas demandas não exige que as empresas discutam, ou levem ao limite, efetivamente, o que seja sustentabilidade e o que isso exige delas; basta serem constituídas formalmente como tal para beneficiarem-se dessa condição a curto prazo²

e contornarem qualquer outro problema estrutural que possa lhe ser colocado. Em outras palavras, é útil às empresas que o conceito permaneça “frouxo”.

O movimento das empresas em prol da sustentabilidade, também passou a retro-alimentar as demandas sociais, culturais e econômicas. Com a ascensão do movimento ambientalista, a partir de 1960, a percepção da sociedade quanto à incompatibilidade do sistema capitalista com o meio ambiente ganhou força, visibilidade e importância a ponto de provocar constantes ajustes, mudanças e redirecionamentos empresariais visando preservar a imagem, e, portanto os lucros. As empresas vistas como prejudiciais, ao meio ambiente e às pessoas, viram-se forçadas a reagir, incorporando, ainda que minimamente, práticas de “responsabilidade corporativa” e “gestão ambiental”.

Como a intenção das empresas é primordialmente *parecer* sustentável, mesmo que isso não signifique efetivamente *ser* sustentável, as práticas de divulgação de suas ações ganharam força na medida em que se converteram em melhoria de imagem, ganho de ativos e, conseqüentemente, em vantagem

competitiva por se apresentarem sustentáveis. Assim, por meio do mecanismo tradicional de competição, as empresas são forçadas a se tornarem sustentáveis e a divulgar seus resultados.

Em suma, pelo processo de retro-alimentação sistêmico, no qual práticas sustentáveis geram mais práticas sustentáveis, difundiu-se o conceito de “sustentabilidade” no meio empresarial e, também, no cotidiano, a ponto de torna-se pré-requisito para as grandes empresas. Estas aprimoram programas “educacionais”³, foram e reafirmam a “exigência” crescente aos cidadãos para que ajam de maneira sustentável.

Desta forma, inúmeros órgãos, ONGs, mecanismos, premiações, selos e certificações configuram nichos moduláveis de mercado muito lucrativo, ao qual interessa a manutenção e expansão do que se pode chamar de “esverdeamento” da sociedade.

Uma breve análise das modulações de produção e consumo predominantes no planeta evidencia como é incompatível a sustentabilidade efetiva, pois a constante expansão de produção e do consumo necessários ao sistema capitalista é inconciliável com a capacidade de regeneração do planeta. Compreende-se assim as

combinações entre a retórica da conservação e a da preservação.

Uma sustentabilidade real exigiria uma reformulação das noções de progresso, desenvolvimento, produção e consumo que predominam, praticamente, em todo o planeta. As empresas, obviamente, não estão dispostas a enfrentar ou mesmo participar de mudanças que levem à derrocada do modo pelo qual toda sua existência se fundamenta. No máximo, dispõem-se a adotar tecnologias menos danosas ao meio ambiente e a otimizar processos com a finalidade de reduzir o impacto ambiental málfico de suas ações.

O objetivo das empresas continuará sendo a maximização de seus lucros e a expansão de seu poder econômico. Entretanto, ajustam-se aos tempos em que se veem obrigadas, ou impulsionadas, a convencer seus acionistas a concordarem com uma mudança de paradigmas de desenvolvimento e a assimilar a *participação* cada vez mais colaborativa de seus empregados.

Empresas sustentáveis desejosas da construção de um planeta sustentável anunciam a “onda empresarial sustentável” para soluções de curto prazo, criadas pelas práticas capitalistas diante de um conflito sempre iminente que ultrapassa a oscilação entre preservação e conservação ambiental.

Notas

¹ Em suas publicações, as empresas não costumam diferenciar *sustentabilidade* de *desenvolvimento sustentável*, de forma que no presente texto esses termos também podem ser vistos como sinônimos.

² Entenda-se curto prazo no sentido em que essa resposta das empresas, ao contrário do que divulgam, parece não ser uma solução definitiva para o problema ambiental, mas sim uma possibilidade para o meio ambiente nos próximos anos/décadas ao meio ambiente, e para elas, imediatamente.

³ Entenda-se como práticas educacionais, a publicidade tradicional e os programas educacionais específicos, como a *Valer — Educação Vale*, programa da mineradora Vale que promove a qualificação dos empregados e o fomento de mão de obra para a cadeia produtiva de mineração. (FONTE: Relatório de Sustentabilidade Vale 2010, disponível em <http://www.vale.com/pt-br/sustentabilidade/relatorio-de-sustentabilidade/paginas/default.aspx>. Acesso em 10 nov. 2011.



ecopolítica

governamentalidade planetária, novas institucionalizações
e resistências na sociedade de controle



[o projeto](#) ▫ [eventos](#) ▫ [agenda](#) ▫ [links](#) ▫ [revista ecopolítica](#) ▫ [contato](#)

pesquisadores

projeto em fluxos

ecopolítica

direitos

segurança

meio ambiente

penalização a céu aberto

mapoteca

documentos

relatórios

leituras e anotações

pesquisas

iniciações científicas

mestrados

doutorados

pós-doutorados

[home](#) | [sobre o projeto](#)

paisagens

texto e seleção de imagens: aline passos e marcia lazzari.
indicação de verbete: edson passetti.



As regulações e regulamentações voltadas ao gerenciamento do planeta, aos direitos de cada vivente e às garantias de segurança para a sociedade produzem intervenções em grupos distintos, classificados como mais ou menos perigosos, refugiados, apátridas...



Há um tempo, estas operações recaem, também, sobre os remanescentes dos efeitos de cataclismos ambientais. São para eles, preferencialmente, que se voltam atenções especiais como proteção, precaução e prevenção diante dos efeitos de desastres.



A poluição do ar e das águas, a destruição das matas, a desertificação e os acúmulos de detritos, igualmente se deslocam. Mesmo não atingindo um suposto padrão de conservação ambiental— ainda que seja sua meta jamais alcançada —, gente e natureza, entrelaçadas, em diversas paisagens são cada vez mais redesenhadas e programadas, segundo expectativas relacionadas com padrões de sustentabilidades.



O acúmulo de lixo atômico, a proliferação das deformidades físicas e de doenças incuráveis, com sequelas insuportáveis, a difusão do medo ao desconhecido, a inerente destruição que acompanha um acidente nuclear, tudo isso compõe um percurso que envolve vida, pessoas e meio ambiente. Atinge-nos mais ou menos com a força de um raio, mas exigem que nos acomodemos às autoridades e aos itinerários políticos traçados por suas mãos.



Móveis e inusitadas, transnacionais, efêmeras ou não, as paisagens são históricas. Expressam fatos, estabelecem conexões, indicam



interpretações, estampam e comunicam movimentações das pessoas. Compreendem um acontecimento, uma imensidão na qual estão os fenômenos naturais que irrompem, surpreendem e assustam pessoas. Seus efeitos escancaram os manejos da ordem ou a subvertem.



As paisagens escolhidas recortam momentos singulares da tragédia no Japão e relembram outros acidentes nucleares que mudaram as relações entre pessoas e meio ambiente, provocaram deslocamentos inalcançáveis pela almejada *qualidade de vida* e instauraram a eminência da morte e proliferação de doenças. A partícula *beta* com capacidade de atingir cerca de um centímetro na pele, causa queimaduras; raios *gama* atravessam o corpo, deformam as células, e produzem vários tipos de câncer...



Em 11 de março de 2011, assistimos, quase em tempo real, um tsunami que atingiu 23 metros de altura e destruiu grande parte da costa nordeste do Japão. Deixou os dispositivos de vigilância eletrônica reduzidos a ínfimas informações. Os que escaparam da morte presenciaram a destruição de suas casas, bichos, plantas, amigos, parentes, vizinhos e pessoas desconhecidas em suas cidades. Os convalescentes têm atados à memória do pavor o vazamento radioativo.



As tragédias recentes ampliam imprevisíveis desdobramentos. A usina de Fukushima relembra a explosão de um dos quatro reatores da usina de Chernobyl, na Ucrânia, em 1986, que espalhou uma nuvem radioativa de 100 milhões de curies; recorda o Three Mile Island, ocorrido nos Estados Unidos, em 1979; repassa em nossas reminiscências o acidente em Goiânia, no Brasil, em 1987, que levou à morte vários moradores de uma região empobrecida da cidade em decorrência da contaminação por césio 137; reacende as ameaças produzidas pelas construções das usinas nucleares em Angra dos Reis, Rio de Janeiro, região onde a incidência de fortes chuvas aliada às condições do solo já provocaram tragédias e mortes, como no início de 2010.



Está em jogo na composição dessas paisagens certa política de gestão de riscos, segundo a qual a lucratividade na utilização de energia nuclear deve superar acidentes e tragédias anunciadas.

Natureza, s. f. (do latim *Natura*)

IXIGREC



Esse termo pode ser entendido em sentidos muito diferentes, seja designando de modo geral tudo o que existe, seja indicando mais particularmente as qualidades e a essência própria de cada objeto examinado separadamente.



No primeiro caso, seria quase sinônimo de universo, mas num sentido mais restrito, mais humano, mais personalizado, mais ativo e materialista, abarcando múltiplas nuances, seja como designação



Impessoal da evolução da substância em movimento, seja como compreensão de um princípio ativo agindo sobre essa mesma substância; finalmente, como concepção do estado do mundo, principalmente do mundo terrestre, fora da influência humana.



No segundo caso, menos sujeito a discussão, ele designa, sobretudo, os atributos particulares de cada coisa, o aspecto característico sob o qual ela impressiona nossa sensibilidade. Para os seres vivos, ele compreende tudo o que é inato, espontâneo, instintivo, anterior à educação.



Em seu esforço de compreensão, os homens tentaram, através de métodos racionais ou especulativos, classificar suas impressões, dar um sentido a tudo que os rodeava e a explicação animista deve ter sido uma das mais fáceis e mais primitivas a se apresentar para a inteligência humana. De acordo com essa concepção antropomórfica, tudo era dotado de vontade, de objetivo, de finalidade. A ambiguidade dos textos antigos não permite uma ideia muito precisa da concepção que seus autores tinham da natureza. A abundância e a multiplicidade dos atributos de suas inúmeras divindades não facilitam tal pesquisa. É difícil saber se, no espírito dos primeiros povos, a Natureza personificou-se abstratamente como princípio ativo de tudo que se move, sob a forma imprecisa de um princípio universal contido em toda substância, ou se ela era concebida como muitas vontades separadas, agindo em cada objeto.



O estudo dos povos primitivos não mostra a existência entre eles de especulações muito profundas, e suas concepções simplistas atribuem aos espíritos tais poderes que acabam suprimindo qualquer busca de causas menos voluntárias. Entre os povos cultivados, o espetáculo do mundo revelou-se rico de contradições e sua engenhosidade esforçou-se por conciliar o problema insolúvel do determinismo manifesto das coisas com o sentimento da liberdade individual.



Toda poesia antiga é marcada por esse dualismo, onde o homem se encontra perpetuamente em luta contra as forças simbolizadas da natureza. A filosofia grega aprofunda realmente essa questão, mas certa ética atrapalha essa pesquisa, que só se realiza com sucesso fora de qualquer intervenção das ideias de bem e mal. Nem o epicurismo, nem o estoicismo chegaram a abordar profundamente o problema. Tampouco a Idade Média, impregnada de peripatetismo, os filósofos do século XVII e XVIII ou os filósofos modernos deram passos decisivos na compreensão da evolução do universo. A causa desse insucesso é provavelmente resultante do fato de que o homem busca em sua explicação do universo algo de humano que se insinua involuntariamente ou inconscientemente em suas meditações. Foi assim que as ideias de harmonia, de ordem, de leis, de evolução, de regularidade, geradas pelas próprias condições nas quais vivem os humanos, mas que são apenas consequências de sua adaptação ao meio, acabaram sendo postuladas como uma realidade independente do homem, necessitando uma explicação evidentemente finalista.



Quando já de início se pensa que a natureza é harmoniosa, que a evolução universal é grandiosa e bem ordenada, a seguir pode parecer espantoso que isso não seja a obra de uma causa inteligente, pois apenas uma inteligência poderia conceber a ordem e realizar a harmonia dentro do caos.



Portanto, a solução do problema está em analisar no que consistem a ordem e a harmonia da natureza e em pesquisar se essas duas concepções não seriam um produto de nosso funcionamento. Notemos que a ideia de ordem subentende a de organização visando certo objetivo, uma finalidade, e seria preciso em primeiro perguntar se existe realmente ordem no universo. Ora, é aqui que a questão da relação entre a duração humana e a duração dos fenômenos permite-nos rejeitar o conceito da bela ordenação do cosmo. De fato, chamamos de ordem o arranjo, a coordenação das diversas partes de uma coisa visando um objetivo a ser realizado, e o espetáculo do mundo mostra-nos apenas destruição mútua, instabilidade, perpétuos recomeços. Nenhuma forma dura eternamente, tudo se dissolve sob a influência do movimento universal. A ordem, a harmonia são apenas aspectos momentâneos do mundo ambiente, que duram o suficiente para formar em nossa memória uma sucessão de imagens cujo conjunto não é *imediatamente* prejudicial a nossa conservação. Mas exatamente devido ao fato de que tudo se destrói, é evidente que aquilo que chamamos de harmonia é formado por um conjunto de minúsculas destruições ou mudanças imperceptíveis, em equilíbrio com nossa própria variação permanente. É esse equilíbrio, essa adaptação criadora de nossa duração que maravilha os finalistas. Eles não enxergam que a ordem natural é desordem que dura, e que o conceito da infinidade do tempo e espaço, criado por nossa duração humana, está em oposição com qualquer concepção de objetivo, de limite, de fim.



O mundo biológico, com suas atrocidades basta por si só para arruinar o conceito da harmonia universal e o da excelência da natureza. O sofrimento e a morte não servem para nada, pois tudo sofre e morre, e essa gigantesca hecatombe não possui qualquer sentido do ponto de vista dos eternos recomeços.



Portanto estamos confrontados com a inutilidade de todas essas coisas e é difícil admitir que ser ou não ser se equivalem exatamente quanto às consequências finais. Essa desastrosa constatação determinou que os partidários das causas finais acreditassem que o mundo possuía um objetivo desconhecido e que todas as contradições aparentes desse mundo deveriam se conciliar harmoniosamente em vista dessa meta misteriosa. Tal conceito é irremediavelmente destruído pela impossibilidade de se cindir a eternidade em duas partes e de se destruir a eternidade que nos precedeu. Essa eternidade equivale, logicamente, àquela que nos sucederá, podendo-se dizer que o mundo atual, tal qual é, oferece-nos o espetáculo do que é realmente o universo, sem qualquer esperança de se supor que ele já foi ou será melhor. Ao contrário, devemos ter certeza que ele é aquele em que nossa existência, boa ou má, é a única possível, pois somos o produto desse mundo e não de algum outro qualquer.



Assim, a natureza não é boa nem má, nem cega ou clarividente. Ela é o conjunto das substâncias em movimento, em meio às quais aparece a duração humana que é a única a dar um valor comparativo aos diversos aspectos dessa natureza pela conservação das imagens ou ritmos favoráveis ou prejudiciais à sua própria conservação.



O progresso da ciência atual demonstrando o dinamismo de toda matéria, destrói igualmente o conceito dualista de um princípio ativo (a energia, a natureza, etc.) agindo sobre a matéria e animando-a.



Deduz-se daí que é apenas nossa psicologia, pelo simples fato de nossa existência, que cria o espetáculo das coisas, sua conservação, sua duração e que tudo isso desapareceria enquanto duração, ordem e harmonia, com nosso próprio desaparecimento.



No entanto, pode-se dizer que o mundo continua a existir após nossa morte, e os fenômenos também continuam se sucedendo numa dada ordem. Isso é exato, mas a constatação de uma ordem e de uma sucessão de fenômenos é um fato biológico, um fato de memória, de conservação de imagens, podendo se deslocar subjetivamente no tempo e, fora de nossas lembranças e de nossa duração humana, nada resta enquanto medida de avaliação do espaço e do tempo.



Finalmente, devemos examinar o que pode ser entendido por estado natural fora da influência humana. De fato, certos filósofos preconizaram o retorno à natureza, como se esta fosse uma espécie de paraíso garantindo a felicidade a todo ser vivo. Entretanto, esse modo de ver, em contradição com o próprio espetáculo da vida, não é de forma alguma errôneo, e pode ser resumido assim: todo ser vivo atual é o produto de uma longa sequência de lutas entre seus ascendentes e o meio. Se atualmente ele se encontra vivo, é porque sua espécie se adaptou às condições desse meio com o qual seu organismo está em equilíbrio mais ou menos estável. Portanto, qualquer mudança mais ou menos brusca do meio, qualquer variação ou transformação pode ter uma influência boa ou má sobre os seres vivos nesse mesmo meio. Dessa forma, os filósofos e os sociólogos hostis à civilização e desejando o retorno à natureza podem pensar com alguma aparência de razão que o homem primitivo encontrava-se numa melhor harmonização com a natureza do que o homem civilizado atual, pois a espécie humana era a sobrevivente de uma série de adaptações onde apenas os mais aptos sobreviveram. Mas isso só é verdadeiro enquanto o próprio meio não variar: enquanto a subsistência, a temperatura, as condições totais de existência oscilarem entre extremos que a hereditariedade específica suporta normalmente. Tudo muda de figura quando as condições variarem por elas próprias: secas, inundações, cataclismos, fenômenos meteorológicos ou astronômicos modificam a fauna e a flora de toda uma região ou de um continente.



Também é preciso notar que a adaptação nunca é perfeita e que os seres vivem, seja bem seja mal, e através todos os tipos de recursos que nem sempre nos parecem os mais favoráveis ao seu bom funcionamento. É isso que explica a diversidade e a própria evolução das espécies. Todos esses fatos mostram que, contrariamente à opinião dos filósofos naturalistas, não é o meio que seria conveniente para o ser vivo, mas sim o ser vivo é que é conveniente ao meio. Assim que deixar de sê-lo, ele desaparece. Dessa maneira, o máximo que podemos pensar de bem sobre a natureza é que os sobreviventes dos massacres milenares possuem um organismo em equilíbrio com as condições naturais do meio no qual eles vivem e que, se eles se afastarem dessas condições, podem se encontrar em situação de risco. Mas se o homem tivesse se adaptado estritamente a essas condições ele teria permanecido um animal vizinho dos antropóides atuais e a questão nem mesmo se colocaria. De outro lado, o próprio fato de que os ancestrais do homem modificaram o meio natural prova que este não lhe convinha inteiramente. É aqui que os filósofos naturalistas se perdem em sua concepção errônea da adaptação, pois





embora o homem não deixe de ser o produto do meio natural, ele próprio forma um meio diferente do meio natural. Ora, no que diz respeito à adaptação, nunca sabemos de antemão qual terá sucesso e qual fracassará. É apenas após a experiência que se pode afirmar que tais ou tais condições se opunham ou eram favoráveis à vitalidade de uma dada espécie.



Então, o homem pode muito bem se adaptar ao meio civilizado que ele criou e nada prova que sua espécie terá por isso diminuída sua vitalidade. Aliás, o espetáculo mesmo da evolução das espécies mostra transformações surpreendentes e com variações bem mais extraordinárias do que aquelas oferecidas pela evolução da humanidade.



Restam as vantagens ou desvantagens que os humanos retiram da vida civilizada. Indiscutivelmente, é a vida social que formou a inteligência e a consciência humanas: assim, é inútil lamentar o desaparecimento da horda primitiva. De outro lado, a natureza emprega como único meio para criar o equilíbrio entre os seres humanos o massacre de uns pelos outros. Nada contribui nesse estado, dito natural, para que cada uma das partes desempenhe um papel harmonioso no conjunto. O movimento vital, ilimitado em seu poder transformador, tende a conquistar qualquer substância assimilável que, limitada, só pode ser suficiente para essa conquista através de uma perpétua destruição de suas combinações. Assim, do átomo às gigantescas nebulosas, tudo se choca e se destrói. A natureza é apenas um campo de batalha eterno. Apenas a inteligência humana reage contra esse caos aterrorizante com seu anseio de harmonia, seu amor pela duração, sua tendência para o equilíbrio pacífico dos seres e das coisas. É a sensibilidade humana que introduziu a ética e a estética num mundo sem finalidade, sem meta, sem justificação.



Portanto, é mais vantajoso para o homem impulsionar para mais além sua evolução extra natural do que retornar a uma existência da qual seus ancestrais se evadiram. Aliás, é mais fácil responsabilizar por nossos instintos belicosos atuais o selvagem primitivo adormecido no coração de qualquer humano do que o pensador que tende a se desenvolver em cada um de nós. O pensamento leva-nos para o espetáculo das coisas, ao passo que a ação tende à posse dessas mesmas coisas, o que gera inevitáveis conflitos. Assim, a inteligência,



o pensamento, produtos sociais, encaminham o homem para soluções pacíficas, harmoniosas, para realizações éticas e estéticas alheias às ferocidades criadas pela ordem natural. O que não quer dizer que o meio civilizado não seja por si próprio criador de males tão temíveis quanto os da própria natureza, mas ele só é maléfico, precisamente, por sua imitação servil dos conflitos naturais.



É conhecendo bem a natureza naquilo que ela tem de poderosa, em sua desarmoniosa e terrível realidade, que o homem irá criar realmente um meio em que se realizará seu sonho de harmonia, fora do qual só existe um eterno caos.

Robert COLLINO (1886-1975), pseudônimo IXIGREC. Foi articulista em L'en dehors e no L'Unique, editados por Émile Armand. O verbete encontra-se na L'Encyclopédie Anarchiste (1934), organizada por Sébastien